



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**QUEM MANDA NO FUTEBOL DA PARAÍBA?
Elites Políticas e Estado Novo (1941-1947)**

DIOGO PIMENTA PEREIRA LEITE

Orientadora: Prof^a Dra. Serioja Rodrigues C. Mariano

Linha de pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa - PB

2017

DIOGO PIMENTA PEREIRA LEITE

QUEM MANDA NO FUTEBOL DA PARAÍBA?

Elites políticas e Estado Novo (1941-1947)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA - PB

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L533q Leite, Diogo Pimenta Pereira.

Quem manda no futebol da Paraíba? : elites políticas e estado novo (1941-1947) / Diogo Pimenta Pereira Leite.

- João Pessoa, 2017.

154 f. : il.

Orientação: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Futebol paraibano - Aspectos. 2. Futebol na Paraíba - Memória. 3. Estado novo. I. Mariano, Serioja Rodrigues Cordeiro. II. Título.

UFPB/BC

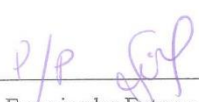
QUEM MANDA NO FUTEBOL DA PARAÍBA?
Elites Políticas e Estado Novo (1947-1947)

DIOGO PIMENTA PEREIRA LEITE

Dissertação de Mestrado avaliada em 04/08/2011 com conceito APROVADO

BANCA EXAMINADORA


Orientadora: Prof.ª Dra. Serioja R. C. Mariano


Examinador Externo PPGHC/UFRJ
Prof. Dr. Victor Andrade de Melo


Examinador Interno PPGH/UFPB
Prof. Dr. Paulo Giovani A. Nunes

DEDICATÓRIA

Ao meu velho guerreiro tricolor, que nunca desistiu dos seus sonhos, e a minha doutora da vida que com conselhos e beijos nunca me abandonou.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação também perpassa pelas escolhas que nós fazemos enquanto indivíduos. Consequentemente tive que me privar do convívio de pessoas queridas, e aprender a lidar com a solidão da sala. É verdade a fala que diz que *a vida não cabe no lattes*, quiçá nessas poucas linhas, por isso gostaria de agradecer as pessoas que de uma certa forma sempre me lembravam que a pesquisa histórica é só uma pequena parte se comparada com a riqueza dos sentimentos e vivências possíveis na magnitude da existência humana.

Serei sempre grato aos meus pais: Ana Luiza Pimenta Pereira Leite e Luiz Carlos Pereira Leite. Com eles pude aprender com os erros, sempre de uma forma que me levasse ao aprendizado através do respeito por quem eu sou, assim como pela tolerância com as outras pessoas. Escutar o que os outros tem a falar, compreender todos os pontos de vista e acima de tudo praticar o amor e a solidariedade para com todos os seres vivos da Terra. Nesse contexto também agradeço a minha irmã, Yasmim Pimenta Pereira Leite, que juntos pelo apoio mútuo construímos o respeito necessário para conseguirmos alcançar os nossos sonhos, que ainda são muitos.

Ainda no âmbito familiar não posso esquecer da minha avó Rosa. A matriarca portadora de uma sabedoria capaz de levar um filósofo a arrancar as barbas apenas com uma metáfora do cotidiano. Outra pessoa que eu amo incondicionalmente, e parte fundamental do meu todo.

Olhando para trás, quando ainda caminhava perdido na seara existencial sobre o que fazer com toda essa História, gostaria de agradecer ao professor Marcos Alvito, que me conhecendo cheio de ideias embaralhadas - ainda nos tempos de graduação - me ajudou a sistematizar o conhecimento da história do futebol, com leituras inesquecíveis e conversas extremamente didáticas. Foi ele que quando ninguém acreditava, como um bom olheiro me deu a oportunidade que eu precisava.

Já em terras paraibanas, tenho que agradecer ao meu companheiro de estrada Isaac, que com seu jeito maravilhoso me deu abrigo, feijão e carinho. Seria injusto eu não falar do Lucian que sempre nas conversas acadêmicas me levava a ir além do que eu achava que sabia, e ainda me dava aulas sobre a História da Paraíba de graça. Outra pessoa importante nesse processo foi o Delano que com seu ótimo gosto por músicas e filmes, me lembrava que valeu a pena ter perdido tanto tempo da adolescência me alimentando do melhor de cultura que a humanidade tem para oferecer.

No campo futebolístico, só teve o João Paulo Ribeiro de Souza. Mas olha que pelas trocas, parcerias, aprendizados, esse cara valeu mais que um time de futebol todo. Obrigado pela hospitalidade com aquele almoço inesquecível em Guarabira e por ter me ensinado tanto sobre o jogo de bola aqui na Paraíba!

De uma forma toda especial, eu tenho que agradecer a pessoa que foi a chave para esse trabalho ter sido finalizado. Na parte da vida prática, além de corrigir incessantemente o meu trabalho, ouvir infinitamente sobre o futebol paraibano e ainda dividir o teto com um mestrando afoito, tinha a paciência para na vida emocional manter a casa equilibrada, sorridente e extremamente divertida. Sem a Daviana, eu não só não teria me tornado uma pessoa melhor como também não seria mestre em História.

Os momentos de compartilhamento de saberes e aprendizagem com os colegas da turma do mestrado de 2015 foram únicos e importantíssimos para nossa formação. É verdade que não houve muita integração, o que é normal quando se trata de relações humanas que envolvem a exposição de diferentes concepções. Aqui vale a pena ressaltar as exceções como a Mizyara, Nadja e Daniel, que ultrapassaram as fronteiras da formalidade acadêmica e se tornaram pessoas muito queridas. Além destes, espero encontrar outros colegas da turma em congressos e eventos que fazem parte da nossa jornada profissional ainda em construção.

No que se refere aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, gostaria de agradecer em especial ao João Bueno, Tiago Bernardon, Paulo Giovani Nunes e a Telma Cristina Fernandes que foram sempre solícitos e faziam eu me sentir parte -mesmo que como uma pequena engrenagem passageira- integrante do Programa.

Ainda na esfera acadêmica, gostaria de agradecer a minha orientadora, professora Serioja Cordeiro Mariano pelas contribuições sempre fundamentais para a realização desse trabalho. Além de me ter dado uma oportunidade única como seu orientando, ela sempre foi um porto seguro a quem eu podia recorrer. Muitas das vezes ela também como o professor Marcos Alvito sabia sintetizar as minhas ideias e contribuir com uma bibliografia importantíssima para o rigor teórico de um trabalho historiográfico.

Também nesse processo, o professor Victor Andrade de Melo, foi a conexão que faltava para esse trabalho ser finalizado. Desde quando o contatei para ser o leitor na qualificação, sempre de pronto me respondia disponível a ajudar o carioca -que vos escreve- em perigo. Além

do agradecimento pela conduta ética na correção do trabalho, transbordou em mim uma real admiração pelo grande historiador. Depois de conhecê-lo eu voltei a ter fé que academia e humildade podem sim andar juntas.

A execução de uma pesquisa depende de tempo, dedicação e recursos financeiros para custear as viagens e aquisição de livros e materiais indispensáveis ao pesquisador. Por isso, tem sido relevante o apoio dado pelo CNPq/Capes através do Programa de Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino por conceder bolsas que possibilitam aos pesquisadores realizarem suas atividades de forma mais cômoda. A produção do conhecimento é muito valiosa e depende desse financiamento para que seja executada a pesquisa e está possa atingir a sua finalidade que é chegar às escolas, Universidades e bibliotecas do país, levando as informações aos estudantes e pesquisadores que precisam delas.

Peço sinceras desculpas as pessoas que talvez tenha esquecido no papel, mas nunca esquecerei na lembrança, obrigado a todos vocês. Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para que esta etapa fosse concluída.

“Caro Pedro Nunes: Nada de Academia. Eu sou um homem comum que não se dá bem com os homens imortais. Imortal mesmo só Deus, meu caro Pedro Nunes.

A Academia é um magnífico refúgio da sabedoria. E eu não sou um homem sábio. E nem mesmo um homem sabido. E se você, com tanta gentileza, lembrar-se de mim para o fardão, foi lembrança que, se não partisse de quem partiu, eu diria que era coisa de amigo da onça.

Caro Nunes, pelo que vejo, você quer se ver livre do seu velho amigo, com essa história de fardão, de Academia, de solenidades. Como poderei torcer pelo Flamengo amarrado nos dourados arreios de luxo? ”

José Lins do Rego, escritor brasileiro, paraibano de nascimento e flamenguista de coração.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar aspectos da vida futebolística na Paraíba a partir da formação de suas Ligas, especificamente a Federação Desportiva Paraibana ao longo de sua existência do ano de 1941 a 1947, fundada por obrigatoriedade do decreto lei n.3.199 que regularizou os esportes e profissionalizou o futebol no país, sob a tutela do regime autoritário intitulado Estado Novo. Utilizando como fontes jornais, revistas e documentos oficiais problematizei aspectos importantes da reorganização do campo esportivo nesse período, já que a formação do Conselho Regional dos Desportos ligado diretamente à secretaria do interior do estado Paraíba, associado à entrada de novas forças políticas no seio dessa nova federação provocaram quatro renúncias coletivas e duas intervenções ao longo de sua existência, assim como o fim dos clubes ditos mais tradicionais que já participavam das Ligas anteriores. Questões como a profissionalização dos jogadores, a pluralização do discurso jornalístico e a formação de clubes vinculados a fábricas nesse período também são abordados para a tentativa de se compreender as mudanças e permanências que acompanharam a real aplicabilidade do decreto mencionado. Desta feita será possível analisar o alcance de um projeto nacional para os esportes em confronto com as possíveis tramas sociais que circundavam os bastidores da prática esportiva na Paraíba.

Palavras-Chave: Futebol; Estado Novo; Elites Políticas; Paraíba.

ABSTRACT

The present work seeks to investigate aspects of football life in Paraíba from the formation of their leagues, specifically the Federação Desportiva Paraibana throughout its existence from 1941 to 1947. Founded by the decree law n.3.199 that regularized the sports and professionalised the Soccer in the country, under the tutelage of the authoritarian regime entitled Estado Novo. Using as sources the newspapers, magazines and official documents, I pretend to problematize important aspects of the reorganization of the sports field in that period since the formation of the Conselho Regional dos Desportos directly linked to the interior secretary of Paraíba state associated to the entry of new political forces in the new federation, that provoked four collective resignations and two interventions throughout its existence, as well as the end of the more traditional clubs that had already participated in the previous Leagues. Issues such as the professionalization of players, the pluralization of journalistic discourse and the formation of clubs linked to factories in this period will also be approached in an attempt to understand the changes and permanences that accompanied the real applicability of the mentioned decree. This time it will be possible to analyze the scope of a national project for sports against the possible social plots that surrounded the backstage of sports in Paraíba.

Keywords: Football; Estado Novo; Political Elites; Paraíba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: ABRE O JOGO.....	p.14
1. O ESPORTE BRETÃO NA PARAHYBA DO NORTE.....	p.34
1.1 Modernidade, amadorismo e elites políticas na construção do imaginário da bola.....	p.34
1.2 Os clubes aristocráticos e a cidade	p.49
1.3 A Liga Desportiva Paraibana e as famílias no controle.....	p.61
2. A MEMÓRIA QUE SE QUER TER: UMA HISTÓRIA COMPARADA ENTRE OS PERIÓDICOS DO RIO DE JANEIRO E DE JOÃO PESSOA...p.68	
2.1 A peleja pela memória.....	p.68
2.2 <i>O Negro no Futebol Brasileiro e A História do Futebol Paraibano: 2 versões em perspectiva.....</i>	<i>p.75</i>
2.3 O Estado Novo, o Nordeste e a construção do país do futebol.....	p.86
3. O FUTEBOL PARAIBANO EM DISPUTA.....	p.98
3.1 A Federação Desportiva Paraibana e as veias abertas do futebol paraibano.....	p.98
3.2 1942: Ascensão e queda de um campeonato.....	p.108
3.3 O subúrbio também joga futebol.....	p.119
3.4 O fim do sonho profissionalista e o eterno retorno de soerguer o futebol paraibano.....	p.128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.142
REFERÊNCIAS.....	P.147
ANEXO.....	p.153

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01: Representação do concurso de beleza, veiculado ao jornal Gazeta da Festa. p.42

Imagem 02: Detalhes da partida entre o “Damanhã” x “Team Negro”. p.120

LISTA DE SIGLAS

LDP: Liga Desportiva Parahybana

FDP: Federação Desportiva Paraibana

FPF: Federação Paraibana de Futebol

FPD: Federação Pernambucana de Desportos

CBD: Confederação Brasileira de Desportos

CND: Conselho Nacional de Desportos

CRD: Conselho Regional de Desportos

INTRODUÇÃO: ABRE O JOGO

Era o dia 25 de junho de 1995, e eu sentia culpa. Perante o estupor da alegria alheia, me senti como o espião inimigo no meio da multidão ensandecida. Ali naquele momento, fitei meu pai com os olhos, procurando disfarçar o indisfarçável. Já não era mais o mesmo. Pela primeira vez, tinha que suportar o peso de tomar a primeira decisão da minha vida e lidar com os fatos e as consequências dessa responsabilidade única, que permeia a vida de todo o ser humano. Mas como já diria um provérbio antigo, eu não poderia escolher como me sentia, apenas determinar o que fazer a respeito. E na minha recusa inconsciente de não celebrar a vitória do outro, me separava como indivíduo do meu velho pai.

Assim amaldiçoei e ao mesmo tempo amei aquele gol de barriga, por ser responsável pelo meu luto repentino, e por a partir daquele momento fazer parte de um “clã” de rubro negros que tinge com suas cores o país inteiro. Nas escapadas para ir ao Maracanã escondido, à primeira grande amizade, passando pelo primeiro gole de cerveja, até ter que decidir entre o jogo e a igreja, eu formava o meu caráter na rua com a bola entre os braços, e o samba em meus ouvidos.

Caro leitor, não quero dizer com isso que eu era um estereótipo ambulante, desfilando em uma propaganda de bebidas alcoólicas, ou mesmo determinar a partir da introdução desse trabalho, uma falsa consciência coletiva a respeito da formação da nacionalidade que impetram um caráter alienante à experiência do indivíduo enquanto ser social.

Para superar essa faceta deveras preconceituosa, recorro aos estudos de Edward P. Thompson que a respeito do tema, delimitou barreiras conceituais até então pouco compreendidas pelos historiadores. Diz o autor:

os homens e mulheres também retornam como sujeitos- não autônomos, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem sobre sua situação determinada. (1981, p.182).

Com essa iluminação histórica, associada à questões vinculadas a minha própria experiência enquanto indivíduo, pude me dar ao luxo de ser eu e muitas outras pessoas, um pouco parecido com a metamorfose ambulante da música de Raul Seixas, deixando para o

possível historiador que esbarre com os meus vestígios mortos em uma peça numerada de arquivo, apenas a complexidade apaixonante a qual eu hoje compartilho de residir em um planeta vagando, pensando e sentindo a existência em uma plenitude controlada, porém só minha.

Todos porém devem concordar que uma trajetória de vida não passa apenas pela existência de um único indivíduo, senão a função da História enquanto ciência, ainda esbarraria nas biografias dos grandes homens, das fortes nações e das disputas entre elites político econômicas. Com isso, não posso esquecer das teias profissionais que forjaram até agora em mim a paixão pelo tema do futebol.

Ao longo do meu período como graduando na Universidade Federal Fluminense entre os anos de 2005 a 2010, como todo jovem que se torna consciente das incertezas profissionais, caminhei à deriva das paixões por quase todos os temas que se apresentavam, fruto natural do deslumbramento juvenil com um certo antiacademicismo que me atrapalhava e muito de fazer o jogo político do ambiente universitário se tornar de fato um conhecimento mais aprofundado.

Mesmo assim já no final da minha vida como graduando, adquiri por puro acidente do destino um exemplar do livro de Nelson Rodrigues intitulado “O berro impresso das manchetes” (2007), que tem como conteúdo uma coletânea das mais bonitas crônicas esportivas, publicadas pelo autor na revista “Manchete Esportiva” do ano de 1955 até 1959, década na qual o futebol brasileiro passou de eterno fracasso com as derrotas nas Copas do Mundo de 1950 e 1954, até a redenção pelo título na Suécia em 1958.

Como um aficionado pelo esporte que sou, comecei a frequentar como ouvinte as reuniões do Gefut-grupo de estudos sobre futebol-, cujo coordenador era o Professor Doutor Marcos Alvito. Naquele ambiente de encontros semanais pude me aprofundar nas pesquisas das mais variadas sobre o jogo de bola, e perceber quão importante é a interdisciplinaridade nas ciências humanas em um sentido plural de construção do saber prático nos termos que o velho Braudel¹ (1992) há muito tempo já falava.

Feita a minha escolha temática no campo da pesquisa histórica, comecei a buscar aleatoriamente nos arquivos da Biblioteca Nacional periódicos antigos do Rio de Janeiro até

¹ No livro *Escritos sobre História*, o historiador Fernand Braudel dedica quase um capítulo para elucidar a importância de uma maior comunicação entre as ciências humanas em prol de uma linguagem comum que superasse certos hábitos e preconceitos reiterados no meio acadêmico entre essas ciências. Para mais ver: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

me deparar com o jogador Jaguaré do Vasco da Gama campeão carioca de 1927. Figura central nos debates sobre a profissionalização² do jogador de futebol à época, Jaguaré sofria a condição racial e econômica de ser mulato e estivador no cais do porto da antiga capital federal. Até que um dia cansado de sua condição como um desses tantos jogadores que precisavam do futebol para comer, o goleiro em uma excursão do Vasco da Gama em 1933 à Europa, decide ficar com seu companheiro de clube Fausto e assinar um contrato profissional com o F. C. Barcelona. A partir daí resolvi trabalhar as questões raciais e sociais que compunham o debate entre a manutenção do amadorismo ou a implementação do profissionalismo no futebol carioca.

Posteriormente à finalização da monografia no ano de 2010, intitulada; “Não se pode ser importante nessa terra. Reflexões sobre as relações raciais e a imprensa no Brasil à passagem do futebol amador ao profissional, a partir do jogador mulato Jaguaré” pedida para a conclusão do curso de História, voltei a ser mais um nas multidões das arquibancadas do Maracanã, até o convite feito pelo professor Marcos Alvito para ser assistente de pesquisa na curadoria do novo museu que foi instaurado na reforma do Estádio Governador Magalhães Pinto, popularmente conhecido como “Mineirão”. Sendo responsável por transcrever a seção de esportes do projeto “Depoimentos para a posteridade³” localizado no Museu da Imagem e do Som no Rio de Janeiro, e conceber relatórios em uma escrita informal sobre os diversos assuntos do mundo futebolístico, pude ouvir as vozes dos atores sociais em primeira pessoa, podendo até com a ajuda da imaginação histórica dialogar com eles nesses privilégios profissionais únicos para a experiência de um jovem pesquisador.

Seguindo o curso das escolhas, e desviando dos pensamentos estruturantes que poderiam dar ao meu curso de vida um determinismo histórico linear, parei na contramão do eixo sul-sudeste, e fui me dar ao direito de buscar a felicidade no estado da Paraíba. Carregado de sentidos e sentimentos que não reconhecia no novo lugar, reiterava enfadonhamente- para mim e para os outros que me ouviam- o exercício de comparar como era lá e o que poderia ser aqui, baseado em um etnocentrismo que hoje me envergonha até em pensamento. Porém, a

² O ano de 1933 é um marco para o processo de profissionalização do futebol no Rio de Janeiro. Depois de um racha entre os clubes cariocas, o campeonato carioca foi dividido em duas ligas. De um lado a AMEA, já existente desde 1924, encabeçada por Botafogo e Flamengo, a liga autorizada pela CBD e pela FIFA, manteve a proibição de jogadores profissionais, enquanto a Liga Carioca de Futebol, formada por clubes como Bangu e Fluminense, inauguraram o campeonato profissional.

³ Para consulta ao acervo: <<http://www.mis.rj.gov.br/acervo/depoimentos-para-a-posteridade>>. Acesso em 05/10/2015.

partir dessa reflexão pude compreender certos elementos escondidos na prática historiográfica e sobre o papel do intelectual na sociedade.

Michel de Certeau nos mostra que o falar da história não significa algo abstrato nem muito menos um discurso raso sem pertencimento social, ou seja: “A historiografia não seria o que nos chega a “nós” do passado, mas aquilo que precisamente começa conosco” (2011, p.117). Tendo operado a autoanálise do ofício do sujeito-historiador, por meio do qual a operação historiográfica perpassa, sem deixar de reiterar a importância de externalizar o máximo de “não dito” associado ao meu lugar social, espero ter preparado o campo de jogo para o tema a ser apresentado.

Construir um trabalho histórico através da perspectiva do futebol, por mais simples que pareça, pode causar ao pesquisador desatento, a reprodução de estereótipos inerentes ao senso comum, justamente por suas paixões e sentimentos efervescentes que estão no subterrâneo das nossas entranhas nacionais, reproduzidas diariamente em termos do cotidiano da língua informal de transpor verbetes do jogo, para acontecimentos sem relação direta com este na vida prática. É recorrente a frase que corre pelas ruas dizendo que o futebol explica a vida, porém a metáfora só pode ser admitida em seu valor empírico se a recíproca for verdadeira.

Sendo o futebol o esporte mais popular do país, pretendo com o desenvolvimento desse trabalho, enriquecer o debate sobre a utilização prática do fenômeno esportivo, como território de disputas políticas regionais, que acabaram por contribuir, para o desenvolvimento desigual do futebol em diferentes regiões do Brasil. Para o presente estudo pretendo utilizar como objeto de pesquisa o caso do futebol paraibano e os aspectos da gestão esportiva da Federação Desportiva Paraibana, criada por obrigatoriedade do decreto lei n.3.199/41, que oficializou os esportes no Brasil e deu condições para a profissionalização do futebol em plena ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Caminhando pela cidade de João Pessoa é muito comum nos depararmos com pessoas perfilando camisas de clubes de outros estados. Segundo uma pesquisa divulgada pelo Instituto de pesquisas GPP⁴ no ano de 2014, os torcedores de clubes locais não chegam a 10% do total. Isso se deve em parte a uma ausência de expressão nacional destes times que com o tempo perdem pela ausência de vitórias, em um âmbito nacional e regional, o poder simbólico que o pertencimento clubístico propõe e que está ligado ao capital afetivo (ligado às emoções do

⁴ Disponível em <<http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/teoria-dos-jogos/post/pesquisa-da-vez-estado-da-paraiba-exclusivo.html>>. Acesso em 12/05/2015.

torcer em um jogo), ao capital esportivo (ligado à necessidade da vitória), e ao capital econômico (ligado ao poder material do clube) (DAMO,2007).

As escolhas dos paraibanos pelos clubes situados no Sudeste possuem em uma conversa à mesa de bar variados fatores tão heterogêneos quanto a rotatividade do estabelecimento em uma sexta à noite. O que estou tentando dizer é que embora no senso comum haja uma ou várias verdades sobre o fato, ainda se necessita de um estudo mais abalizado, justamente porque a ideia de fazer parte de um clube carrega em si um engajamento emocional, individual e coletivo, que se posto em um contexto generalista pode desmerecer o sentimento clubístico em si:

Assim, temos uma trama composta por elementos de ordem econômica, social, cultural e, como não poderia deixar de ser, composta também de valores e identidades locais, regionais e nacionais. (DAMO,2007, p.66)

Porém a pergunta há de ser feita na contramão do processo. Ela deve começar com o porquê de os clubes paraibanos que hoje figuram entre nós não despertarem por si uma paixão considerável majoritária em seu estado, para depois o questionamento sobre a escolha dos paraibanos pelos clubes do Sudeste do Brasil.

Digo isso porque passei a me fazer esse questionamento como uma das alternativas para sanar o meu etnocentrismo carioca comentado anteriormente. Não se assuste leitor, pois não pretendo colocar o pesquisador no divã de um terapeuta, apenas compartilhar certas reflexões que podem ajudar a romper com uma lógica de imposição cultural de fora para dentro, ou em outras palavras do eixo Rio-São Paulo para a Paraíba.

Quando já tinha tomado minha decisão de “tentar a vida” nas terras paraibanas, imaginava sempre o Nordeste inserido em um discurso muito caracterizado nas palavras de Durval Muniz Júnior em uma abordagem mitológica. Segundo este autor, essa narrativa se caracterizaria com uma:

Estrutura imagética e discursiva pré-traçada, que permite ver e ler a sociedade sempre que se quer independente do tempo, submetendo os dados novos da realidade a uma operação de ritualização, de retorno do diferente à semelhança, de apagamento da surpresa e do estranhamento. (2011, p.218-219)

Esse Nordeste estagnado no tempo me levava a considerar todos os lugares que eu visitava da região, como parte de um todo histórico verossímil ao meu cego etnocentrismo. Nesse pensamento, formulei uma imagem das capitais litorâneas nordestinas com as mesmas

heranças coloniais dos tempos das capitanias hereditárias, e da manutenção de uma sociedade tradicional com seus valores míticos unos e adaptáveis a qualquer tempo histórico.

Na Paraíba, porém, minha vivência cotidiana me levou a imaginar a sua capital como um gigante que ao invés de olhar para o mar esperando os navios do oceano atlântico trazerem as benesses das relações comerciais e culturais do mundo, dá as costas conscientemente e olha fixamente para o seu interior, em um sentido de preservação e resistência, buscando uma autenticidade que supostamente lhes foi negada pelo fato de ao longo de sua história ter sido preterida devido aos constantes embates com seus dois irmãos igualmente gigantes, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que já há muito tempo olham para as águas verdes e quentes do Atlântico.

Paradoxalmente, voltando à realidade esportiva temos nos “gigantes” vizinhos à Paraíba, pelo menos dois clubes⁵ considerados grandes nascidos em suas respectivas capitais que se mantêm com um número considerável de torcedores em seus estados, mantendo vivas as características já explicitadas por Arlei Damo(2007) sobre o pertencimento clubístico.

Problematizar assim o título da dissertação se torna imperioso já que não pretendo nessas páginas tratar da complexidade e do desenvolvimento do futebol paraibano em toda a sua extensão territorial, e sim tentar compreender o porquê de seus clubes da capital João Pessoa, antes de 1930, Cidade da Parahyba⁶, não terem ganho a atenção do gigante de costas para o mar.

Optar assim pela manutenção do título da dissertação - “Quem manda no futebol da Paraíba?”- é por um lado evitar cair no erro de fragmentar demais o estudo em micro regionalidades, e ao mesmo tempo afirmar que a partir do momento em que o jogo passa a carregar consigo disputas políticas, sociais e econômicas inseridas em uma lógica organizacional própria, categorizada por Pierre Bourdieu (1983) como campo esportivo, é problematizar também que uma determinada elite gestora do esporte na capital paraibana representada por grupos familiares advindos de várias regiões do estado da Parahyba do Norte

⁵ No estado do Rio Grande do Norte, temos o ABC Futebol Clube e o América Futebol Clube. Dois times que completaram cem anos no presente ano de 2015, e que possuem um número considerável de torcedores por todo o estado. Para o caso de Pernambuco, temos pelo menos três clubes de relevância no estado, sendo eles o Sport Club do Recife, o Santa Cruz Futebol Clube e o Club Náutico Capibaribe.

⁶ No texto utilizarei Parahyba para designar a capital do Estado da Parahyba do Norte, já que em um primeiro momento estou discutindo os assuntos da capital paraibana antes da mudança de seu nome para João Pessoa, que data apenas de 4 de setembro de 1930. A partir dessa alteração, passarei a tratar pelo novo nome dado em homenagem a morte do ex-governador da antiga província da Paraíba.

e que a partir do início do século XX estabelecem residência na capital da Cidade da Parahyba tomando para si o nome da Paraíba, em prol de legitimidade de seus interesses para deter o poder simbólico do jogo no estado todo.

Esse mesmo processo se delineou inclusive a nível nacional nas várias disputas ao longo da década de 1910 entre as federações de São Paulo e Rio de Janeiro para centralizar a institucionalização do futebol através de uma única confederação que pudesse acomodar todas as forças políticas que viam no esporte uma ferramenta importante de representatividade simbólica e material já à época.

A escolha do Rio de Janeiro como sede do III Campeonato Sul-Americano de futebol, a ser disputado no ano de 1919, representou uma clara vitória dos representantes cariocas em suas ambições de deter o controle do futebol nacional, mesmo que de forma problemática. O trabalho de Carlos Eduardo Sarmiento (2006) intitulado “A regra do jogo: Uma história institucional da CBF”, nos mostra bem através de vasta pesquisa documental, que mesmo em sua fase inicial, as disputas políticas entre Rio e São Paulo, tinham antes uma intencionalidade de se legitimar frente ao governo brasileiro, em prol de recursos financeiros da União.

A fala do então presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Arnaldo Guinle no ano de 1918, coletada por Sarmiento nos arquivos da atual Confederação Brasileira de Futebol, já colocava em questão a necessidade de uma maior presença de recursos estatais para a organização esportiva nacional:

No seu passivo é justo que se considere tudo o que poderia ter feito e não fez. Ainda não estão regulamentadas as relações interestaduais e internacionais, ainda não está regulamentado o Campeonato Brasileiro de Futebol, ainda não foram unificados os códigos desportivos do país. [...] Usando de linguagem franca, diremos que muitas das medidas não se realizaram por nossa culpa, mas outras não foram possíveis pelo abandono em que nos deixaram os poderes públicos. É triste dizê-lo, mas essa é a verdade. Quando se pensa nos grandes benefícios que o desporto proporciona à mocidade, quando todos reconhecem que é dever primordial dos responsáveis pelo futuro do país preparar os moços para as lutas e a vida de amanhã, quando todos sabem que é indispensável para a grandeza do Brasil melhorar as condições físicas e fortalecer o caráter da juventude, não se compreende como os esforços dos que já se dedicam aos desportos não sejam auxiliados e amparados, quando não orientados, pelo Governo⁷.

⁷ Relatório de 1918 da Confederação Brasileira de Desportos. In: SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p.22.

A tentativa dessa legitimidade pelo poder simbólico (BOURDIEU, 2007) na organização esportiva como um todo nessa fase inicial do esporte não pode, portanto, ser analisada sem a preocupação de uma maior aproximação dessas elites com as instituições estatais, ainda mais se formos pensar na fragilidade das entidades regionais ao longo das décadas de 1910 e 1920.

O ano de 1925 para o caso paraibano pode ser considerado como um marco nessa aproximação com as instituições gestoras do esporte nacional. A filiação da então Liga Desportiva Parahybana (L.D.P.) à Confederação Brasileira De Desportos (C.B.D.) permitiu à Liga constituir um selecionado estadual composto pelos jogadores em atividade no campeonato local para a disputa do Campeonato Brasileiro, assim como proporcionou a esta uma maior representatividade a um âmbito nacional e regional.

A pesquisa do historiador João Paulo Ribeiro de Souza (2014) intitulada “Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte” nesse sentido, é de suma relevância, pois através dela é possível perceber alguns aspectos modernizadores do início do século XX em um sentido de construir uma imagem da capital paraibana associada aos valores da modernidade urbana em contraposição a imagética do mundo rural. O autor apresenta a prática esportiva da cidade associada ao enquadramento de uma nova postura comportamental relacionada aos costumes da “gente civilizada”, ao mesmo tempo representada pelo surgimento dos primeiros clubes sociais como o Club Ástrea e o Cabo Branco Athletic Club.

O pesquisador João Paulo nos mostra como essas elites através da prática do foot-ball conseguiram no ano de 1919, no mesmo mês de maio que se sucedia o III Campeonato Sul-Americano de Futebol no Rio de Janeiro, fundar a L.D.P. e organizar a disputa do campeonato parahybano.

Vinculados a valores amadores e modernizantes que priorizavam a intenção de distinção social, é possível perceber que o jogo em sua constituição inicial fazia parte de um projeto dessas determinadas elites de propagar um ideal nacional atrelada a um projeto de ressignificação social que dava ao futebol um protagonismo para se imaginar o país direcionado à manutenção das estruturas desiguais, repaginadas através da figura dos novos esportistas filhos das classes sociais mais abastadas da sociedade. Impossível não lembrar da celeuma provocada pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa, recomendando que não se

convocassem atletas negros na seleção brasileira de futebol para a Argentina no ano de 1921 para a disputa do VI Campeonato Sul-Americano em Buenos Aires⁸.

Nesse sentido, é possível perceber que a institucionalização do Decreto Lei nº 3.199 no ano de 1941 é um marco fundamental na história do esporte do país, pois oficializava a preocupação do Estado brasileiro em vincular sua imagem ao futebol, nos termos de uma *comunidade imaginada* de pertencimento coletivo, mesmo que em outros termos predispostos pelo presidente Epitácio Pessoa.

A mudança de perspectiva de um modelo liberal e descentralizador na gestão política brasileira na década de 1920 para uma política ativa de utilização da burocracia legislativa centralizada, responsável por interpretar as necessidades sociais, políticas e econômicas, sem margem para a pluralidade do debate direto com a população civil, carregava claramente a intencionalidade de legitimar um novo ideal nacional, carregado de significados que vinham sendo pensados pelos ideólogos e intelectuais que apoiavam direta ou indiretamente o novo regime: “Para os grupos que ascendem ao poder em 1930, munidos de um novo projeto, torna-se fundamental retomar a construção da nacionalidade.”(SOIHET,2003,p.314).

Sendo vinculado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde presidido por Gustavo Capanema, é possível perceber a importância da prática amadora do esporte em um sentido de educar a população brasileira e instituir os valores coletivos de cooperação mútua na formação do caráter - em prol do nova tradição política inventada, no que tange ao novo modelo do futebol, articulado a um sistema de “educação mental, moral e higiênica[...]imprescindíveis a preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil.”(SCHEMES,2005,p.95).

Outro ponto importante que não deve ser esquecido se refere ao fornecimento de recursos às demais federações do Estado Brasileiro. Já se pode notar uma clara alusão ao caráter fiscalizador que o Distrito Federal visava impor, não apenas no controle do repasse dos recursos financeiros, mas também com o intuito de ter esse projeto político para o esporte propagado para todo o Brasil.

Pretendo, a partir desse período, estudar o caso da Federação Desportiva Paraibana que teve duração entre os anos de 1941 a 1947, fundada diretamente por obrigação do novo decreto, e tentar entender as cisões entre os clubes de futebol da Paraíba, que refletiam interesses opostos

⁸ Ver mais. In: CALDAS, Waldenyr. *O pontapé Inicial: Memórias do Futebol Brasileiro*. São Paulo: Ibrasa, 1990, p.102.

na gestão esportiva do estado. É importante ressaltar que durante esse período aconteceram quatro renúncias coletivas dos dirigentes dessa Federação, em oposição aos supostos desmandos do Conselho Regional dos Desportos, que respondia diretamente à secretaria do Interior, do governo do interventor Ruy Carneiro, além da desfiliação da Federação paraibana em 1946 da Confederação Brasileira de Desportos⁹. Motivo este que levou à criação da atual entidade, denominada Federação Paraibana de Futebol (FPF) no dia 24 de abril no ano de 1947.

A relevância do recorte escolhido em um viés político na Paraíba vai ao encontro da reorganização do futebol paralelamente ao fim da era dos interventores federais no estado. A eleição do governador Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1947-1950) em consequência da abertura das liberdades políticas em todo o Brasil com o fim do Estado Novo, respaldava para a óptica da gestão esportiva a reorganização das forças políticas em torno dos clubes e da nova Federação.

A interdependência entre CBD e FDP relacionada ao período anterior de tutela vigiada, realizou no âmbito prático da vida esportiva da Paraíba questionamentos e problemas que até hoje carecem de respostas mais sólidas, como o processo de profissionalização dos jogadores no estado, a influência dos dirigentes esportivos associados as suas relações políticas internas na formação de clubes de futebol, o silenciamento dos jogadores paraibanos na representação da memória do futebol paraibano, assim como o fim de clubes mais antigos da capital paraibana.

Não pretendo destrinchar todas as perguntas de uma só vez através dessa dissertação. Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho é analisar de que forma o governo brasileiro, dentro da conjuntura do Estado Novo, tomou para si a organização efetiva da gestão esportiva, bem como compreender as disputas políticas e os desdobramentos resultantes das interações entre os dirigentes paraibanos da FDP e a CBD.

Estes dirigentes opositores aos supostos mandonismos que vinham da antiga capital federal, -representada pelo recém criado Conselho Regional de Desportos-tinham em comum a herança de representarem uma elite que carregava para si as primeiras tentativas de organizar e fundar os primeiros clubes de futebol na Paraíba. Em sua origem diziam carregar os nomes dos

⁹ Esses acontecimentos são descritos por Walfredo Marques em seu livro sobre o futebol paraibano, e já estou buscando a veracidade dos acontecimentos através dos periódicos “A União” e “O Libertador”. A princípio todas as datas dos relatos explicitados pelo autor aparecem nos periódicos pesquisados. Para mais, ver: MARQUES, Walfredo. A História do Futebol Paraibano (1908-1968). João Pessoa; União, 1975.

fundadores da primeira liga de futebol da ainda cidade da Parahyba, que ostentava nomes como Antenor Navarro¹⁰ e Mário Pedrosa¹¹.

Esses gestores paraibanos não fugiam à regra geral de tomar para si o esporte e a formação dos clubes esportivos para propagar o que poderia ser considerado como um “ethos das elites” (BOURDIEU, 1983). Tendo em seu jogo a coletividade e o deslocamento sucessivo pelo campo como necessidade primária para a prática, esse esporte foi se tornando um modismo da alta sociedade por melhor satisfazer a ideia de união entre o desenvolvimento do intelecto e do corpo. Assim como os seus praticantes-representados através da figura dos *sportmen*¹² passam a ser vistos como os verdadeiros exemplos da modernidade do país. Com uma roupagem “fidalga” e ritualística do esporte, atrelada à carência de espaços de distinção social do início do século, os círculos senhoriais viam a solução notável: “afirmando a superioridade natural dos indivíduos adeptos de uma boa educação física, [...] dava a oportunidade de buscar, nos campos, a justificativa moral para a sua superioridade[...].” (PEREIRA, 2000, p.87).

Importante ressaltar que para esses *sportmen*, a profissionalização do futebol feria o princípio de distinção social, fundamental para o impedimento da entrada de jogadores de classes menos abastadas, que poderiam ver no jogo a possibilidade de ganhar no campo, o que lhes sempre foi renegado, como prestígio, dinheiro e acima de tudo cidadania. Isso não significa que o jogo pela sua própria facilidade de ser praticado em qualquer lugar, sem a necessidade de muitos recursos, não possa desde o início ter sido jogado por uma parcela maior da população. Leonardo Afonso Pereira em seu estudo sobre o desenvolvimento do futebol no Rio de Janeiro, faz através da história social a importante contribuição da disseminação do jogo pelos variados cantos da cidade, e que fugiam a uma determinada historiografia oficial. Como nos diz o autor em sua reflexão:

Desconsiderando a prática esportiva de grupos os quais os próprios *sportmen* queriam ignorar, acabamos muitas vezes por fazer da memória construída por esses jovens esportistas a própria história do futebol na cidade, reafirmando

¹⁰ Um dos principais líderes civis da chamada “Revolução de 1930” no Estado da Paraíba, chegando a ser Interventor nomeado por Getúlio Vargas, até seu falecimento precoce em um acidente de avião. Para mais ver: Santos Neto, Martinho Guedes dos. *Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*, Dissertação (Mestrado em História) UFPB, João Pessoa 2007.

¹¹ Segundo as pesquisas que fiz, Mario Pedrosa, natural de Timbaúba-PE, antes de ter se tornado militante comunista atuante, e um dos maiores críticos de arte do país, passou parte de sua juventude na capital paraibana, tendo sido um dos grandes entusiastas do esporte no final da década de 1910. Fonte: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PEDROSA,%20M%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em 09/04/2016.

¹² Termo utilizado comumente pelos periódicos da época para uma determinada distinção de classe dos jogadores que representariam o esportista do início do século XX, com o intuito de disseminar uma etiqueta esportiva associada a valores e condutas não necessariamente ligadas ao jogo em si.

com isso uma lógica que movia a atuação de um grupo particular. (PEREIRA,2000, p.87)

Temos como exemplo para o caso paraibano a criação da Liga Suburbana, ou liga de São Bento na cidade de Bayeux, no início dos anos de 1930, com o propósito de abarcar clubes que não atendiam às normas da Liga Desportiva Paraibana, e que foi incorporada à nova entidade renomeada Federação Desportiva Paraibana, justamente com a institucionalização do decreto de 1941.

Com a possível entrada de outras forças políticas no seio da entidade gestora do futebol na capital, a organização dos campeonatos entre 1941 e 1947 foi extremamente prejudicada. Temos como exemplo o campeonato paraibano de 1946, disputado apenas por cinco clubes, já sem a presença de clubes tradicionais que ajudaram a fundar o futebol na capital.

Importante ressaltar que é perceptível ao longo das pesquisas historiográficas sobre o futebol, a primazia dos estudos inseridos dentro de um protagonismo regional Sul-Sudeste¹³, muito ligado a dinâmica econômica em potencial que o esporte, já em sua fase inicial possuía. Interessante notar que, adaptada a outras realidades, como é o caso do futebol paraibano, podemos perceber que o método não se aplica tão facilmente, já que o profissionalismo na Paraíba só viria a ser concretizado em 1960, ou seja, 19 anos depois da regulamentação do esporte.

Isso se deve em parte por um contexto mais abrangente que se insere a história do esporte que só a partir dos desdobramentos da Nova História Cultural a partir dos anos 1970, passou a ter maiores critérios metodológicos a partir do estudo das práticas corporais se desenvolvendo como uma subárea da disciplina acadêmica da História. Retomado o diálogo com as áreas da Sociologia, da Linguística e da Antropologia, a investigação histórica pôde perceber a cultura como um dos fatores determinantes no estudo das “práticas” como um novo paradigma na percepção do estudo dos modos de vida e das tradições culturais das sociedades. Nos termos de Peter Burke (2005) sobre o tema é perceptível que: “Graças a essa virada em direção às práticas, a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se

¹³ Isso se dá também pelos núcleos de produção sobre o tema do estudo das práticas esportivas dentro das Universidades. Temos atualmente quatro laboratórios atuantes que se encontram dentro do eixo explicitado. O Gefut (Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas) vinculado a UFMG, o Sport (Laboratório de História do Esporte e Lazer) vinculado a UFRJ, o Nefes (Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade) vinculado a UFPR, e o Ludens (Núcleo interdisciplinar de pesquisas sobre futebol e modalidades lúdicas) vinculado a USP.

profissionalizada, um campo com suas próprias revistas, como o *International Journal of History of Sport*.” (BURKE, 2005, p.78).

A perspectiva de trazer à tona para o debate historiográfico, o homem comum pautado em concepções metodológicas apresentadas por essa nova corrente tais como as categorias de representações, experiências, valores, campos e tantos outros, ajudaram a: “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2005, p.15).

Vale ressaltar que para os estudos brasileiros sobre a História do Esporte, inicialmente houve uma clara resistência a tratar dos temas por ela propostos. A filiação mais próxima à História Social, com clara aproximação aos métodos tradicionais marxistas pode se encontrar presente em uma das obras mais importantes sobre o futebol brasileiro.

Dentre elas pode-se destacar, no ano de 1978, a publicação do historiador Joel Rufino dos Santos em um artigo para a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* intitulado “Na Confederação Brasileira de Desportos (CBD) até o papagaio bate continência”. O enfoque dado pelo autor a ausência de negros em cargos mais altos na gestão esportiva nacional, a decadência da CBD, e a influência negativa da Ditadura Militar no esporte faziam deste trabalho algo mais próximo de uma crítica social e política do momento pelo qual passava o Brasil à época, do que um trabalho propriamente histórico.

Seguindo essa linha de análise, a obra *História política do futebol brasileiro* do mesmo autor (1981), se tornou um marco. Lançado em 1981, trata-se de um livro inserido na coleção Tudo é História, da editora brasiliense. Com pouco mais de 90 páginas, o autor contextualiza o processo de popularização do futebol brasileiro, a partir da imposição de um projeto das elites, com o intuito de disciplinar a crescente população urbana, e conter as greves que assolavam o país nas primeiras décadas do século XX.

Contrapondo-se ao método marxista, começam a surgir novas perspectivas de enfoque sobre o tema:

O caráter generalizante dos primeiros trabalhos foi substituído por abordagens mais específicas, em estudos que se dedicam a diferentes aspectos da ampla problemática constituída pelo futebol e suas relações com a sociedade brasileira, tais como o comportamento das torcidas, a mídia esportiva, a crônica futebolística, o processo de profissionalização dos jogadores e as estruturas burocráticas de administração do esporte. (SILVA, 2006, p.20).

Isso se dá, em parte, pela renovação nos estudos sobre nacionalismo, de um modo geral. A obra de Benedict Anderson (1983) pode ser um bom exemplo, para entender a heterogeneidade dessas pesquisas, já que segundo o autor, a importância do fenômeno do capitalismo editorial, apresentava meios técnicos ideais para se representar a nação.

Não é de se estranhar, portanto, o reavivamento da importância da obra de Mário Filho, e a sua participação na mudança no formato do jornal *O Globo*, quando este era chefe da coluna de esportes. Marcelino Rodrigues da Silva (2006) afirma que o nascimento desse novo jornalismo que pretendia aproximar as classes populares do futebol, foi um dos fatores fundamentais para as transformações ocorridas, a partir da década de 1930, no cenário esportivo nacional, pois se abria através dos jornais um espaço de representações políticas e sociais até então impensado.

Interessante notar a impossibilidade de se relacionar a interpretação de Silva (2006), ao caso do futebol paraibano. Embora boa parte dos estudos atuais, remeta a esse marco paradigmático, a mudança desse discurso não se aplica quando pegamos como exemplo, no mesmo período, o jornal *A União*¹⁴, que mantém em seu direcionamento editorial, ao tratar do tema esportivo na Paraíba, uma forma ainda vinculada com os antigos valores elitistas dos antigos *sportman*.

Para se destrinchar a postura editorial comentada, faz-se necessário explicar como vai ser levada a cabo o critério da escolha dos periódicos paraibanos que serão utilizados como fontes. Pelo fato de os jornais da Paraíba não estarem inseridos nessa alteração do discurso jornalístico, optei por primeiro me debruçar sobre os nomes dos gestores da Federação Desportiva Paraibana (F.D.P.), e suas respectivas contribuições no cenário esportivo. Pude perceber que boa parte desses gestores também se intitulavam cronistas esportivos e publicavam suas colunas com mais frequência nos jornais *A Imprensa*, *A União*, *O Norte* e *A Liberdade*, sendo este último talvez com uma maior relevância, já que rodava uma edição esportiva intitulada *A Liberdade Esportiva* ao longo de todo o ano de 1940, e tinha em seus fundadores Anchises Gomes, um dos fundadores da Liga Desportiva Parahybana em 1919.

¹⁴ O periódico *A União* foi fundado no ano de 1893, pelo então presidente de Estado Álvaro Machado, com o intuito de ser um jornal oficial do governo da Paraíba, permanecendo assim até os dias atuais. Seu corpo editorial, portanto, se caracteriza ao longo da história do estado com um direcionamento sempre parcial a favor de quem estivesse exercendo os cargos executivos do governo. Por outro lado, o *A União* conseguiu se manter como uma larga documentação, pela sua longevidade ligada ao financiamento governamental e a sua grande distribuição ao longo de sua existência. Para mais ver: MARTINS, Eduardo. *A União: jornal e história da Paraíba – sua evolução gráfica e editorial*. João Pessoa: A União, 1977.

Só para elucidar a afirmativa acima, há o exemplo do cronista esportivo da década de 1940, o jornalista João Elias Bernardes, que publicava suas crônicas sob o pseudônimo “Aluizio Parêdes”, que no turbulento ano de 1944 para o futebol paraibano foi presidente da FDP. Ou seja, os periódicos em questão eram utilizados diretamente pelos cronistas-dirigentes para dar voz as suas insatisfações, mesmo que muitas vezes sob pseudônimos para burlar as possíveis represálias da censura em voga no período do Estado Novo.

O fim de clubes tradicionais da cidade como Cabo Branco Athletic Club em 1944 e a criação de clubes com filiação operária a partir desse período, como o Esporte Clube União, Central Elétrica, Dolaport – time da fábrica de cimentos Portland-, assim como a entrada do Treze, de Campina Grande, são sintomáticos para uma forma específica de substituição dessas determinadas elites, em prol da nova tradição política inventada, no que tange ao novo modelo do futebol centralizado representado pelos amplos poderes dados a Confederação Brasileira de Desportos (C.B.D.) com a publicação do decreto de 1941.

Penso que todos que estiverem com os olhos fixos a partir dessa parte do texto já se encontram minimamente apoderados das ideias gerais sobre o trabalho, portanto me sinto imbuído da obrigação de explicar as possibilidades até então encontradas de realização da pesquisa. Isso não quer dizer uma afirmação de verdade, nem que o pesquisador que vos escreve carregue certezas; o que seria um erro fatal para a profissão do historiador. Para isso começarei com as perguntas que me são mais latentes.

Nos últimos anos, tem-se aumentado o número de pesquisas que tentam abarcar o passado do futebol no Brasil através de uma metodologia histórica que priorizam como fontes o uso de periódicos e a importância destes na popularização do esporte. Intimamente ligado ao fenômeno da comunicação de massa, o futebol estaria incluído em um desses espaços abertos pela modernização das cidades, como espaços de expressão possíveis para o reconhecimento de diferenças: “onde sujeitos e grupos sociais participam da disputa pela hegemonia política” (MARTIN-BARBERO, 1997). Seguindo essa linha, seria imperioso ter como fonte central para o estudo do discurso jornalístico esportivo brasileiro a utilização dos periódicos.

Proponho com isso em um primeiro capítulo, buscar as origens dos fundadores do futebol no estado da Paraíba, através dos periódicos *A União*, *A Imprensa*¹⁵, *O Norte*¹⁶, *O Jornal*¹⁷ e um pequeno jornal intitulado *Gazeta da Festa*, que circulava ao longo dos festejos da Festa da Nossa Senhora das Neves, padroeira da antiga Cidade da Parahyba, além das revistas *Era Nova*¹⁸ e *O Sport*¹⁹, este último sendo da cidade de Campina Grande. A diversidade das fontes, nesse contexto, se torna imperiosa não apenas pelo fato de o tema dos esportes nesse momento não ser concentrado em periódicos especializados e os relatos muitas das vezes serem esparsos, mas também pela necessidade de se tentar perceber como a vida esportiva se relacionava com o cotidiano social e político da capital do estado, já que a dificuldade de fontes sobre o tema torna a opção pelas fontes impressas, mesmo com seus riscos, a mais adequada possível.

E esses riscos de antemão tentaram ser friamente calculados. Tentei fugir das análises que visem apenas à perspectiva instrumental dos periódicos, posto que tenho consciência da utilização dos impressos como palcos de representação das classes dominantes, especialmente nesse período em que o imaginário e a memória do surgimento do futebol na Parahyba do Norte, assim como no Brasil, está sujeita à prévia “aprovação” desses atores das classes sociais abastadas da sociedade. Porém, como o foco dessa primeira fase da dissertação, busquei por esses supostos pioneiros esportistas paraibanos, e como que o futebol inserido no contexto da propagação de um esforço civilizador (LUCENA, 2000) que gradualmente transforma as práticas corporais em atividades esportivas, carrega em si a imposição de uma elite buscando novos espaços de distinção social. Pretende-se assim através desses periódicos mapear suas trajetórias pelas nascentes associações esportivas, e associá-las a suas trajetórias, buscando

¹⁵ Fundado em 1897, sendo um órgão católico, doutrinário e noticioso de muita importância na história da imprensa paraibana pelo seu tempo de circulação até o ano de 1968, com exceção do período entre 1942 a 1946, quando foi fechado pela Interventoria Ruy Carneiro, devido a divergências deste com a Igreja Católica, tendo como motivação a disputa pelo controle da política de assistência social no Estado. (ARAÚJO, 1985, p.42)

¹⁶ Jornal fundado em 1908 pelos irmãos Órris e Oscar Soares. O periódico ao longo do ano de 1930, fez forte oposição ao Presidente do estado João Pessoa. Depois de seu assassinato, teve sua sede depredada, e ficou fechado até o ano de 1935, através de um novo proprietário, o industrial Manuel Veloso Borges. Ver mais em: (GUIMARÃES, 2008)

¹⁷ *O Jornal* foi fundado em 1923, sendo seu proprietário Joaquim Pessoa de Albuquerque, e dirigido por Octacílio de Albuquerque até o ano de 1926. Ver mais em (ARAÚJO, 1985, p.61)

¹⁸ A Revista *Era Nova* foi fundada por Severino Lucena no dia 27 de março de 1921, tendo circulado até o ano de 1926. Sendo uma revista quinzenal, seu editorial era permeado de colaboradores intelectuais, filhos de famílias “importantes” do estado da Parahyba do Norte, que abordavam os fatos sociais e cotidianos sobre as elites tanto do estado como do país.

¹⁹ Fundado por José Maciel em 1923, revista de cunho noticioso, literário, humorístico e esportivo, que passa a circular juntamente com a *Gazeta do Sertão* em Campina Grande. (ARAÚJO, 1985, p.86)

traçar um perfil desses indivíduos, já que muitos deles quando da instauração do decreto lei 3.199/41 ainda se encontrariam em cargos políticos ligados ao futebol.

Para dar base metodológica a esse primeiro capítulo, utilizei os estudos de Flávio M. Heinz (2006) em sua importante contribuição para se pesquisar uma história das elites sem o peso de se relatar os grandes personagens históricos vinculados a uma maneira de fazer história ligada a uma abordagem positivista, mas sim:

conhecer a composição dos capitais ou atributo cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos [...] conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros caso, evitar- mediante mecanismos de reconversão social- um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta. (HEINZ, 2006, p.9)

Dando sequência ainda ao primeiro capítulo é criterioso relacionar o processo de modernização da capital paraibana e pesquisar a constituição desses clubes sociais por bairros, para compreender a dinâmica social desses novos esportistas até a fundação da Liga Desportiva Paraibana em 1919, pesquisando o processo de consolidação dessas elites como representantes institucionais do futebol paraibano.

Finalizando essa primeira parte analisei a participação da delegação paraibana no Campeonato Brasileiro no ano de 1925 através da filiação da LDP a CBD. Esse fato de uma certa forma aproximou os esportistas das discussões de nacionalidade que começaram a relacionar através de um projeto governamental de instituir um campeonato nacional que tivesse por objetivo aproximar os vários estados da federação.

Aprofundando a discussão em um segundo capítulo, foi importante confrontar a obra de Walfredo Marques (1975) com a de Mário Filho ([1947]2004), e buscar as razões de o porquê da ausência da participação popular na memória do futebol paraibano, que produz um sentido de valores completamente diferente do capitaneado por alguns estados do Sudeste, especialmente na antiga capital federal e São Paulo.

O livro de Marques (1975), intitulado “A História do Futebol Paraibano (1908-1968)”, trata do desenvolvimento do futebol no estado, centrado na importância dada pelo autor a grupos políticos e pessoas consideradas ilustres da Paraíba, no sentido de valorizar as classes mais abastadas na gênese do futebol paraibano, omitindo a presença popular e as reapropriações do fenômeno esportivo nos diversos setores sociais.

Já na obra de Mário Filho (2004, [1947]) intitulada “O Negro no Futebol Brasileiro”, publicado no ano de 1947, o jornalista retrata a trajetória de vários jogadores negros e mulatos, articulando-os a sua ascensão aos domínios do jogo. Em uma tentativa de interpretar a história do futebol brasileiro, associando-a narrativamente à fundação da nação, o autor atribuía ao ídolo esportivo o papel de personificar a união dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Lançando mão das interpretações de Michael Pollak, sobre essas diversas rearticulações das memórias coletivas inseridas dentro de um projeto nacional, é possível lembrar que:

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política[...]A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (1989, p.6)

Dando continuidade à pesquisa, fiz uma reflexão sobre algumas das correntes da historiografia do futebol sobre o tema da centralização da gestão esportiva, associando-o novamente à organização do Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, que embora já existisse, a partir do período do Estado Novo, passa a ter um aumento de importância por representar em sua disputa uma suposta unidade nacional almejada pelo regime. Nesse sentido, é essencial debater questões anteriores como o dissídio esportivo que acabou por demonstrar as cisões em torno do controle do campo esportivo nacional, e a participação de indivíduos como Luís Aranha e João Lyra Filho nos cargos de comando da Confederação Brasileira de Desportos em uma atuação de mediadores das disputas políticas em um momento onde o profissionalismo no futebol passava a ser uma realidade.

Utilizando os debates propostos pelos pesquisadores Mauricio Drummond (2014), Eduardo Sarmiento (2006) Denaldo Alchorne de Souza (2008) problematizei a centralização política dos esportes em uma perspectiva da relevância do fator financeiro para as federações esportivas, e como que este projeto em si priorizava a concentração das rendas na região do Sudeste em contraposição as outras áreas do país. Utilizando como exemplo o caso da participação do estado de Pernambuco no Campeonato Brasileiro de Seleções de 1942, através do periódico *Diário de Pernambuco*²⁰, tem-se como objetivo perceber como que a organização do torneio, assim como a distribuição dos prêmios, ajudava a manter as estruturas desiguais

²⁰ O *Diário de Pernambuco* foi fundado em sete de novembro de 1825 por Antonino José de Miranda Falcão, e é o primeiro jornal ainda em circulação na América Latina, iniciando as suas atividades como simples folhas de anúncios. (NASCIMENTO, 1968).

entre as federações mais distantes do centro, ao mesmo tempo que enriquecia a Confederação Brasileira de Desportos. Com isso, a participação de intelectuais na idealização de um projeto ideológico muitas das vezes em conflito com questões econômicas que passam a fazer parte da realidade esportiva- especialmente no futebol-, associada ao aumento das rendas em disputa pelas diversas federações estaduais e seus respectivos clubes, demonstravam as várias correntes políticas que permaneciam tentando se legitimar territorialmente como parte do todo comum que se almejava representar a gestão esportiva nacional pelo projeto estadonovista.

No terceiro capítulo, optei por abordar a relação complexa entre a manutenção do amadorismo na Paraíba, em aparente oposição a um Estado que institucionalizou o processo de profissionalização no país. Para o enriquecimento do problema central do meu objeto de pesquisa, intercruzei a utilização de periódicos dos estados de Pernambuco-*Diário de Pernambuco*-, Paraíba-*Liberdade-Edição Esportiva*- e Rio de Janeiro-*A Noite*²¹- para compreender a origem das desconfianças mútuas, e me inteirar das complexas disputas pelo controle do campo esportivo, usando como arcabouço teórico o método de análise apresentado por Pierre Bourdieu (1983). Intercruzando o conceito de *habitus*, em que o corpo teria papel fundamental na socialização do sujeito, Bourdieu apresenta o campo esportivo como uma área relativamente autônoma, com regras específicas e atores sociais em constante luta pelo poder dentro da ordem simbólica, onde a cultura seria uma espécie de mediadora entre esta e os espaços sociais. De uma certa maneira, o pensamento do autor varia entre a forma e função do esporte.

Concomitantemente, neste mesmo capítulo, por uma necessidade pessoal de não produzir apenas uma *história vista de cima*, fiz uma pequena pesquisa da constituição social dos clubes de futebol na Paraíba no período temático proposto, associando-os a partir de suas origens e seus direcionamentos em relação às entidades gestoras do futebol no estado.

Os estudos de Leonardo A. Pereira (2000), me ajudaram a construir o arcabouço teórico desta fase. Segundo Marcelino Rodrigues da Silva (2006), uma das contribuições de Pereira seria a de que, embora as elites urbanas tenham apropriado para si o futebol como meio de distinção social, e simbolicamente representassem uma modernidade excludente: “nos clubes

²¹ A Noite. Jornal carioca, fundado em 18/06/1911 e extinto em 27/12/1957. No período pesquisado o periódico se encontrava integrado ao patrimônio da União, desde de 1940. Fato esse que acabava por torna-lo como uma espécie de órgão de imprensa que seguia as diretrizes ideológicas do governo federal. Fonte: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>> . Acesso em: 10/03/2017.

suburbanos e operários, o esporte teria sido sobretudo um mecanismo de criação de redes de solidariedade e laços de identidades territorial, profissional e racial. ” (SILVA, p.23).

Seguindo essa perspectiva, dissertei sobre a onda do profissionalismo no futebol paraibano que teve seu apogeu no ano de 1942. A entrada de capitais nos clubes naquele ano proporcionou um período de euforia no estado e acabou por acirrar ainda mais as fraturas existentes na interrelação entre o recém-criado Conselho Regional de Desportos-1941-, que respondia diretamente à secretaria de interior do Interventor federal da Paraíba, Ruy Carneiro, às entidades esportivas tradicionais da cidade de João Pessoa, e aos ditos clubes de subúrbio que passaram a figurar cada vez mais na realidade esportiva da Federação Desportiva Paraibana.

Para finalizar, apresentei o fim melancólico do sonho do profissionalismo no estado e como as constantes crises de legitimidade da FDP, bem como as variadas intervenções promovidas pelo CRD da Paraíba, acabaram por afetar a organização dos campeonatos estaduais e, conseqüentemente, a alijar a Paraíba do trem da “história futebolística”, posto que o aumento da competitividade, associada ao aumento das relações econômicas de um futebol cada vez mais espetacularizado, fez com que vários clubes fechassem as portas. A gota d’água desse processo foi a desfiliação da FDP no ano de 1947 e a fundação da Federação Paraibana de Futebol, que já sem a mesma pompa dos anos dourados de 1942 tentou se vincular à missão de soerguer o futebol paraibano.

CAPÍTULO I

O ESPORTE BRETÃO NA PARAHYBA DO NORTE

1.1 Modernidade, amadorismo e elites políticas na construção do imaginário da bola.

Lá vai/Correndo na linha, chiando nos trilhos, varando o arraial/ Jaqueira, mocambo passando ligeiro, /Que nem um filme no cine Brasil/[...]Ei ala vai o bonde, Ei ala vai o bonde/ Levando a sinhá, Coronel Zé Paulino e a filha mais nova/ Ele passa enfeitado/ Cheinho de gente na rua da Aurora/ E faz terminal lá no Pátio do Carmo/ No bagageiro se ouve um aviso/ É o motoneiro soprando o apito/ Recomeça a festa é o bonde que sai.²²

E lá vem o trem das nove horas que passa em Itabaiana (PB) em direção ao litoral. Como a cheia que vem vindo da chuva da Borborema, o vapor passa encantando as multidões assinalando um novo tempo. E com ele nem a cidade de Itabaiana será a mesma, porque agora o maquinista vem fumaçando no horário da e do capital. Como aquela piada do matuto que insistentemente pergunta as horas aos transeuntes para saber se o trem atrasou, os filhos abastados que vão estudar e degustar as benesses desse novo tempo, começam a ver com desdém quem fica para trás.

A teoria da relatividade do espaço-tempo, consolidada nas ciências modernas, poderia ser encontrada também na reação de Carlinhos quando vai ao Recife, e não consegue em sua volta se ambientar às velhas paisagens da infância. Não era a fazenda do avô José Paulino que tinha mudado, e era dialeticamente isso que o fazia melancólico. O seu eu já não conseguia ser feliz sem os lazeres da nascente modernidade da cidade.

²² FRANÇA, Cátia de. O Bonde. In: Vinte palavras girando ao redor do sol, 1979. Lado A, faixa 1.

A melancolia, avó da ansiedade, já demonstrava na maravilhosa obra de José Lins do Rego²³ que a ditadura da novidade perseveraria em nossos corações como o prognóstico de uma doença incurável. Não é porque Carlinhos desdenhasse, especialmente em Banguê (REGO,1982, [1934]), de sua terra natal, mas sim porque ele estagnou a paisagem rural de sua infância e emoldurou-a com requintes de mito, na qual essas imagens eram incapazes de se ambientar a sua realidade.

Para a modernidade, o novo é como assistir a um filme com histórias centrais mais ou menos previsíveis, ressignificada pela riqueza de cenários, paisagem e vestimentas que geram no espectador a transposição de sua realidade atual, para uma realidade abstrata almejada. Ao mesmo tempo que Carlinhos em Banguê sente-se próximo do Recife estando em Pilar, ele renova os laços com Pilar, estando no Recife.

Assim bem a um estilo filósofo de botequim, ele não se encontra em lugar nenhum, porém com a diferença de que os signos imaginados de todas essas realidades se consolidam, espelhados na visão daquela mesma estrada de ferro que corta a Paraíba e une a cana-de-açúcar ao carvão da máquina; o cordel de José Camelo de Melo²⁴ aos versos de Charles Baudelaire (1995); a bola de futebol à ciranda de roda.

Esse apelo a um novo modo de vida se dá em grande parte do mundo ocidental a partir do momento em que começam a ser definidos o que virá a ser chamado de “mundo civilizado europeu”. Estudando sobre a psicogênese desse processo, Norbert Elias (1994) traçou parâmetros bem definidos ao longo da história europeia para estudar o processo civilizatório que alterando o aparelho psíquico humano em função das necessidades do Estado nacional e da economia global, entre os séculos XV e XIX, condicionou o fortalecimento do controle social, assim como a interdependência dos indivíduos em uma sociedade complexificada pela heterogeneidade das relações de trabalho associada ao monopólio estatal da violência e da arrecadação de tributos. Nas palavras do autor:

O que empresta ao processo civilizador no Ocidente seu caráter especial e excepcional é o fato de que, aqui a divisão de funções atingiu um nível, os monopólios da força e tributação uma solidez, e a interdependência e a

²³ Nesse contexto, utilizo como referência o personagem Carlinhos nos três livros que demarcam a sua trajetória de idas e vindas de Recife para o interior da Paraíba, desde a morte precoce de sua mãe que o levam para o sítio de seu avô, coronel José Paulino-Menino de Engenho-, até seus primeiros estudos em Itabaiana-Doidinho-, passando pela faculdade de Direito em Recife, e seu retorno já adulto e em claro conflito interno pela impossibilidade de se readaptar a vida no campo, em comparação a sua vida na cidade –Bangüê-.

²⁴ José Camelo de Melo Resende (1885-1964). Natural da cidade de Pilõezinhos (PB), foi o autor de um dos mais conhecidos cordéis intitulado “Romance do Pavão Misterioso”.

competição uma extensão, tanto em termos de espaço físico quanto do número de pessoas envolvidas, que não tiveram iguais na história mundial. (ELIAS, 1994, vol.2, p.207)

Com o crescente processo de industrialização no século XIX, que estabelece contornos mais claros à ideia de progresso, os tecidos urbanos vão corroendo os modos de vida agrário e estabelecendo novos padrões de sociabilidade em conformidade com o novo tempo que se torna referenciado como moderno.

Considerando as devidas proporções e aceitando que esse processo é imposto a partir de uma lógica europeia, deve-se a partir de agora aumentar a lente do historiador para um questionamento central de como essa representação do mundo moderno interagiu nas diferentes regiões a que foram impostas. Por certo, para o caso brasileiro, e mais especificamente para o caso paraibano, é importante relativizar a experiência moderna desde a sua chegada.

Vinda através dos portos, essas mudanças econômicas, sociais e políticas carregam desde sua chegada um caráter contraditório intrínseco. A primeira delas se dá na necessidade a partir de meados do século XIX de se imaginar a nação.

As elites dirigentes nacionais começam a refletir sobre um ideal brasileiro pautado no fortalecimento das instituições do Estado, no aumento da escolarização e na reforma dos centros urbanos de maior relevância. Espelhados nas nações europeias, buscava-se uma aproximação com a representação de um país civilizado.

A análise feita por Nicolau Sevcenko (2003) sobre essa unicidade desse tipo de discurso metaforizado pela ideia de um novo começo, além de desqualificar outras vertentes críticas a esse projeto, poderia ser interpretada alegoricamente no quadro de Pedro Américo, paz e concórdia, onde o Barão do Rio Branco²⁵ receberia esse legado da cultura europeia na construção desse novo imaginário brasileiro:

Essa desqualificação a priori de discursos concorrentes ou alternativos iria fundar sua legitimidade na consagração incondicional do primado da técnica

²⁵ José da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (1845-1912), foi ministro das relações exteriores do Brasil de 1902 até a sua morte, além de membro da Academia Brasileira de Letras. Seu trabalho como ministro foi considerado de muita relevância pela consolidação das fronteiras brasileiras. Embora ter sido considerado monarquista até a sua morte, sua atuação diplomática e intelectual serviu para moldar os parâmetros nacionalistas da nascente República.

e da ciência, tal como enunciado, em especial, pelas diferentes versões interconexas do darwinismo social, da eugenia, do culto a força e da superioridade manifesta dos valores culturais de matriz europeia. (SEVCENKO,2003, p.311)

Falando exatamente sobre esse contexto é que temos a inserção da prática esportiva também vinda pelo oceano, em dois fronts que se complementam. De um lado como afirmação de uma nova elite em busca de um ideal eugênico de perfeição civilizatória associada a uma pedagogia voltada para a preparação física e moral em sua jornada que inevitavelmente desaguardaria em cargos de comando. E de outro, a recuperação imposta das raças inferiores que atrasam o desenvolvimento e o progresso nacional através de uma educação física de modelação dos corpos para o trabalho e para o lazer dito sadio.

Utilizando as recomendações do pesquisador Ricardo Lucena (2000), podemos definir esse esforço civilizador brasileiro no âmbito da inserção do esporte:

que se desenvolve nos embates entre culturas diversas que concorrem para a formação da nação brasileira, que proporciona como que uma readaptação a um modo de vida cada vez mais característico do viver “para si” das cidades em transformação constante. (p.45)

Admitindo que o desenvolvimento dessas transformações das cidades brasileiras se dá de forma heterogênea e desigual, não é possível, porém, descartar que os impactos tecnológicos e culturais começam a substituir nos termos do historiador Eric Hobsbawm (1997) as práticas antigas em comparação a essas novas práticas inventadas:

as primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercitivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto a natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo: “patriotismo”, “lealdade”, “dever”, “as regras do jogo”, “o espírito escolar” e assim por diante. (p.19)

É nessa conjuntura que podemos perceber como a imprensa se torna ferramenta fundamental na imposição desses novos valores nacionais por parte das mais variadas elites regionais, que tendiam a se representar como detentores do papel de regenerar o Brasil. Não é à toa que temos no jornal oficial do Estado da Parahyba do Norte, *A União* no início do ano de 1920, o cronista Alberto Carrilho preocupado com os destinos da mocidade:

A Mocidade de Hoje²⁶

Que será de nós, da mocidade de hoje, no futuro?

[...]Eu sou muito moço, muito moço mesmo, e como tal justo será que meu interesse pela sorte do meu paiz, pelo destino da nossa raça, pelo futuro da mocidade que há de, sem dúvida, ocupar os cargos administrativos, electivos e governamentais desta pátria nossa [...] A mocidade entra para a luta desnorreada, sem methodo, sem princípios sem programas. A dispersão da cultura e a falta de educação physica, que desviriliza a raça, são, creio, as causas primordiaes da formação, entre nós, de uma mocidade, em parte pessimista, em parte, sceptica, em parte, fatalista.

Não há o vigor, a unidade de ação[...] Não há também os gestos definitivos, nem, tão pouco, franquezas cavalherescas.[...] Geração de moços, fraca, desvirilizada, porque lhe não ensinaram a cultura physica; gasta, depauperada pelos vícios e pelas incontinências, a geração de hoje é uma geração de neurasthenicos sob a pressão da neurose da victoria rápida, do paroxismo na escalada das honras sociaes[...] Temo que um dia, nós todos atiremos com a pátria, com a própria família ao abysmo. (*A União*, 10/01/1920, p.1)

Mais importante do que se aprofundar na história do nosso “muito moço” Alberto, admirável é perceber como que um sujeito que alega tão pouca idade, tem nesse período que é publicado o jornal, simplesmente meia página para dissertar sobre as preocupações futuras dos rumos da nação através de um órgão oficial do estado da Paraíba. Todos sabemos dos altos índices de analfabetismo no início do século XX e das grandes restrições narrativas da imprensa a essa época, justamente pela característica mais homogênea de seu público leitor, geralmente representado por segmentos das elites e por uma nova classe de profissionais liberais habitantes das cidades²⁷, porém só isso não basta para explicar o fato de que um possível garoto tenha escrito críticas tão fortes à mocidade de sua geração, pertencendo ainda assim a ela.

A moral dessa crônica, a meu ver, está na mudança de paradigma que representa o início da ruptura geracional de determinados valores que agora estão ressignificados em um contexto onde a ausência de educação physica²⁸, o fatalismo e a preocupação com a raça brasileira já não

²⁶ Optei por preservar a escrita da época em todas as fontes apresentadas ao longo dessa dissertação.

²⁷ Novamente Nicolau Sevcenko (2003, pp.70-72), nos mostra como o controle estatal dos cargos técnicos e públicos da administração da República acabava por aumentar o nepotismo, o patrimonialismo, o clientelismo, já que a internacionalização artificial do trabalho adaptado a realidade brasileira privilegiava muito mais as já tradicionais elites agrárias.

²⁸ Vale lembrar que a própria ideia de civilizar a população através da prática esportiva, tem pouco a ver com a sua concepção inicial trazida pelos ingleses em meados do século XIX na antiga capital federal-Rio de Janeiro-, que inicialmente tinham em seu sentido primordial a ideia de divertimento. Nota-se a partir disso que essa mesma concepção de utilização da prática esportiva para a diversão acaba se popularizando para boa parte da sociedade, o que já denota o grau de ambiguidade da prática esportiva que varia entre o discurso civilizatório e a sua característica lúdica do ato de se divertir. Para mais ver: MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001.

podem ser deixados de lado como foram até aquela época. Ou seja, o que podemos perceber é uma nascente cultura juvenil das elites que passa a ter voz ativa nos rumos dessa pretendida sociedade moderna paraibana que é respaldada na relação dos indivíduos com seus corpos, onde o limpo e o sujo, o civilizado e o bárbaro a partir de finais do século XIX e início do século XX irão começar a ganhar destaque nos códigos de postura publicados nos periódicos por médicos, jornalistas e sanitaristas preocupados em combater as indolências dos corpos ditos fracos. Nos termos do pesquisador Azemar dos Santos Soares Júnior:

Na cidade da Parahyba, as artes de civilizar remontam ao final do século XIX [...], porém é no começo do século XX que essa força se acentua não mais em códigos de posturas, mas pelos “bons hábitos” publicados nas páginas da imprensa. Os jornais se tornaram um meio de disciplinar os corpos, de combater a indolência, a moleza, a sujeira. (SOARES JÚNIOR, 2015, p.162,163).

A novidade está nos novos modos de sociabilidade que vão dar a essas elites a caracterização necessária de distinção de classe em um espaço urbano em construção, como era o caso da cidade da Parahyba. Nesse sentido, vale lembrar que a capital paraibana, embora em processo de transformação, ainda carecia de estrutura tanto física quanto organizativa na realização da prática esportiva. O futebol mesmo, se comparado à vizinha capital Recife ainda engatinhava em nível de competitividade. Enquanto a Parahyba terá sua primeira liga nos mínimos moldes de uma estrutura para conduzir um campeonato da cidade apenas no ano de 1919, os recifenses, segundo pesquisas do historiador Rodrigo Carrapatoso de Lima (2013), já no ano de 1918, “importavam” jogadores do Rio de Janeiro e São Paulo para os seus clubes²⁹ em uma clara prática denominada como *amadorismo marrom*³⁰, embora em ambas as capitais ainda prevalecesse entre seus praticantes um status de elegância e refinamento.

Dito isso, é perceptível entre meados da década de 1910 e ao longo da década de 1920 na capital da Paraíba uma clara tentativa de apropriação da prática esportiva como um desses elementos definidores de um ideal de superioridade de um setor social em comparação ao resto da população. Inserindo em uma ideologia que tinha por base o “mens sana in corpore sano”

²⁹ LIMA, Rodrigo Carrapatoso de. *Aves de arribação: o processo de “importação” de jogadores na cidade do Recife: conquistando glórias a preço de ouro (1915-1920)* – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

³⁰ Condição na qual os jogadores recebiam para jogar futebol através de concessões que variavam entre o recebimento indireto em dinheiro por partida disputada, ou vantagens profissionais dentro de uma empresa, podendo ter maior mobilidade por cargos mais vantajosos. Ambas as práticas eram utilizadas para burlar o amadorismo propriamente dito, aonde era proibido o recebimento de vencimentos para a prática desportiva.

que atrelava o desenvolvimento físico a determinados valores formativos de caráter, claramente voltados aos modos de refinamento comportamentais baseados em um ideal cavalheiresco, as elites paraibanas de uma certa forma reproduziam o que já vinha se passando na antiga capital federal, que já experimentava um processo de aumento das vivências públicas ocupando os novos espaços urbanos destinados aos novos lazeres dos cafés, dos teatros e das exibições esportivas, especialmente o remo, o turf e a febre do *football*³¹.

De acordo com o pesquisador Victor de Melo, o aumento da importância da necessidade de ver e ser visto criou na vida das cidades, e especialmente para essa nova cultura juvenil, a necessidade imperativa da exibição pública quanto mais ativa ficava a sociedade civil:

Na verdade, o principal mesmo era o potencial de constituir um espaço de visibilidade, um teatro público relacionado à valorização de certos princípios em vigor e/ou construção, causa e consequência da gestação de uma sociedade civil mais ativa. As instalações esportivas eram locais ideais para ver e ser visto, marcando inclusive diferenças sociais (MELO, 2010, p.55)

Não é à toa, portanto, que desde sua chegada oficial relatada pelo escritor Walfredo Marques³² em 1908, organizada segundo esse autor por um acadêmico paraibano que morava no Rio de Janeiro, passaram-se alguns anos até podermos atestar o fato de uma cultura futebolística na cidade.

Digo o futebol, porque embora o estado Parahyba do Norte já contasse com um clube social, o Astréa³³ desde 1866, a consolidação de associações esportivas que esse esporte proporcionou a partir do final da década de 1910, seja pela maior facilidade de sua prática, seja pelas características do jogo que exigia uma maior coletividade entre os seus praticantes, impulsionou a vida social e política da cidade alimentando rivalidades e alianças.

³¹ Termo utilizado pelos periódicos do Rio de Janeiro para caracterizar a rápida inserção do futebol na antiga capital federal na primeira década do século XX. Para mais ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania. Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2000, pp.108-134.

³² Resolvi utilizar esse marco consagrado pelo autor pela escassez de fontes, embora seja importante relativizar a real importância desses marcos fundamentais para o contexto da inserção do futebol no estado da Parahyba do Norte.

³³ Criado no ano de 1866, o clube Astréa tinha em sua fundação em sua sede chamada de “Palacete do Tambiá”, o propósito de ser um espaço social de confraternização das elites rurais e políticas através da promoção de bailes dançantes, discussões literárias e divertimentos noturnos como jogos de bilhar, cartas e etc. Para um aprofundamento da importância do clube para a cidade ver: SOUZA, João Paulo Ribeiro de. *Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte-1908-1925*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014, pp.125-150.

Interessante notar como o processo de popularização do futebol ao longo da época assinalada fará com que haja um surto de criação de clubes na Cidade da Parahyba. A fundação da primeira Liga no ano de 1914 refletia justamente a necessidade nos termos referidos pelo livro de Walfredo Marques (1975, p.20) de se: “orientar, disciplinar e organizar o avultado número de clubes já existentes.”. Sob a presidência de João da Matta Correa Lima, futuro advogado e figura que terá grande influência nos cargos dirigentes tanto nos clubes pelo qual jogava, quanto nos cargos de comando das organizações esportivas, a “Liga Sportiva Parahybana³⁴” tinha como intuito o de preservar uma certa pureza social entre seus praticantes, justamente para se evitar que essa popularização sucumbisse na mistura de classes dentro do esporte.

Vale ressaltar que ainda não é possível afirmar – pela escassez de fontes – que nesse período inicial o futebol fosse praticado por uma maior camada da sociedade, porém é possível supor a partir do caráter disciplinar e orientador da primeira Liga que já havia a necessidade de monopolizar e delimitar um nascente campo esportivo aos modos de Pierre Bourdieu (1983), pautado no controle social desses nascentes espaços de sociabilidade através de estatutos e reuniões restritas aos círculos convidados.

Tratando sobre esse tema vamos ter o trabalho de Leonardo A. Pereira (2000) que em seu estudo sobre o desenvolvimento do futebol na cidade do Rio de Janeiro traça através de farta documentação um parâmetro detalhado de como os praticantes do esporte bretão durante essa época se sentiam incomodados ao ter que jogar com elementos de outras classes. Uma das soluções encontradas foi a elaboração de estatutos que proibissem a participação de jogadores que não tivessem o mesmo nível de um *sportman* que seguia os preceitos amadores por excelência. Forjado a partir da ideia de se jogar apenas pelo amor ao esporte, a nova Lei do Amadorismo vinculada a partir de 1916 pela Liga Metropolitana do Rio de Janeiro, servia como modelo exemplar de suas reais intenções:

Definiam claramente que não seriam amadores, entre outros: os que tirem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal, considerando como tais todas aquelas em que o indivíduo depende inteiramente de seus poderes físicos, e não dos recursos de sua inteligência; aqueles cuja profissão lhes permita recebimento de gorjeta; os criados de servir, aos empregados

³⁴ De acordo com o historiador João Paulo Ribeiro de Souza (2014), a primeira Liga fundada na capital no ano de 1914, não tinha uma capacidade de organização que a levasse a ter uma grande relevância no desenvolvimento do campeonato local: “Nos jornais não encontramos nenhuma publicação da entidade informando a tabela do campeonato, os campeões de cada ano e outras deliberações referentes aos clubes. Mesmo procurando dar um aspecto de mais organização ao futebol parahybano, a Liga não obteve muito êxito e caiu no descrédito dos presidentes e em pouco menos de três anos acabou sendo extinta”. (SOUZA, 2014, p.114)

(denominados caixeiros) de armazéns de secos e molhados; os guardas civis[...] e para completar, evitando qualquer esquecimento, os que exerceram qualquer posição, profissão ou emprego que, a juízo do Conselho Superior, esteja abaixo do nível moral e social exigido pelo sport do amadorismo. (p.118)

Na antiga Parahyba do Norte, embora não tenha encontrado os estatutos que poderiam conter uma lei semelhante a esta, é quase certo que esse modelo foi seguido, muito pela forma como alguns antigos jogadores rememoram o bom tempo do amadorismo. No livro de Wills Leal (1995) sobre a História do Esporte Clube Cabo Branco, encontrei um relato do escritor paraibano Alfio Ponzi, ex-jogador do clube na década de 1920:

Naquele tempo jogávamos por amor ao Clube, às suas cores. Nunca por amor ao dinheiro, como atualmente. E mais: para poder integrar o time tínhamos que estar em dia com o pagamento das mensalidades. Quem jogava futebol, portanto, era sócio e pagava normalmente [...] Na época do amadorismo, as melhores famílias estavam engajadas nos clubes, no Cabo Branco, no América, no Palmeira, e até no Pytaguaras, este último com as cores verde e branca, reunindo parrudos crioulos. (Apud LEAL, 1995, p.21)

Tirando um pouco o foco dos clubes que irei mencionar com mais embasamento no próximo tópico, peço atenção ao olhar do leitor sobre as semelhanças do caráter do amadorismo nessas citações apontadas. Parece que embora o ideal amador tentasse camuflar através da ideia romântica de amor ao clube e ao esporte, ele carregava em si a exclusão dos que necessariamente precisassem trabalhar para ter uma renda.

Outro ponto importante na fala de Alfio Ponzi é a menção ao Pytaguaras (ou Pytaguares, para ser mais preciso no nome do clube). Percebe-se em sua narrativa que as “melhores famílias” jogavam nos clubes, e logo em seguida segue-se uma ruptura que abriga uma exceção à regra através da palavra “até”, como se os praticantes do clube em questão por serem “parrudos crioulos” não pudessem se comportar como os jogadores das outras associações esportivas. Uma boa fonte para entendermos quem eram os jogadores amadores de “boa família” se encontra em um jornal chamado *Gazeta da Festa*. Fundado por Aderbal Piragibe, João da Matta Correia Lima, Anchises Gomes, dentre outros, esse periódico circulou entre 1917 até 1928 durante as comemorações do novenário da Festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da Cidade da Parahyba. Tendo sido concebido pelos jornalistas do *Correio da Manhã*,

segundo a pesquisadora Fatima Araújo (1985, p.361), é possível entender algumas das ideias que circulavam entre esses atores sociais, muitos deles sendo reconhecidos *sportmans*.

Uma delas chama atenção e pode servir de complemento à menção aos “crioulos” que jogavam no Pytaguares. Na edição de 1 de agosto de 1926, o jornal abria sua página principal com um editorial em favor de um “monumento à mãe índia” em contraposição ao que parece ser um monumento que estava sendo construído chamado “monumento à mãe preta”; vejamos o que diz:

Monumento á Mãe India

Pois não acham que é infeliz a idéia de ser erigido um monumento à “Mãe Preta”? Pudera não seria o cumulo da cretinice glorificarmos no bronze a mucama hotentote que escangalhou a raça, como um cálix de alcatrão escangalharia um copo de leite...Não fora essa “Mãe Preta”, que a brutalidade lusitana mandou-nos da outra banda do mar, e hoje seríamos outra gente. Pelo menos não existiriam no vernáculo a humilhante adjectivação ethnologica de moleque, cabra, cabrocha, crioulo, mulato, coribóca, pardavasco, etc. Em substituição a desastrosa ideia, resolvi, pois, levantar a de um monumento à “Mãe India”, verdadeiro symbolo do nosso heroísmo ancestral. Estampamos acima dois espécimens tabajaras, que servirão de modelo á maquete do monumento, confiado a perícia escultural do Dr. Dias Junior. Os modelos estão nesta redação, guardados pela polícia do dr. Procópio, em vista das constantes ameaças do dr. Bulhões e do Coronel Espínola, do Telegrapho, ambos conhecidos antropófagos... (*Gazeta da Festa*, 01/08/1926, p.1.)

Utilizando o pseudônimo Sabiniano o cronista apresenta todos os seus pontos de vista sobre a questão racial à época. É bem verdade que ele poderia estar sendo influenciado pelas teorias do conde francês Arthur de Gobineau, que negava a igualdade entre os homens através de predisposições raciais que categorizavam a raça branca como sendo superior às raças negras e amarelas, e que foi muito bem recebida em variados meios intelectuais brasileiros em fins do século XIX até o ano de 1930. Porém negar a condição de cor aceitando esses referenciais claramente já sendo passíveis de crítica por parte da população brasileira, haja vista o papel de importantes intelectuais negros no sentido de garantir a esses grupos o acesso à categoria de cidadãos da República no pós- abolicionismo, provocava um tipo de discriminação que alvita a possibilidade de negar o espaço reservado somente a opinião majoritária desse grupo de *sportmans*, herdeiros de uma suposta tradição europeia branca.

A mesma *Gazeta da Festa*³⁵ veicula concursos de beleza para as moças, para as crianças e para os melhores clubs de football da cidade. Temos no ano de 1919 a seguinte tabela com os resultados:

Imagem 01: Representação do concurso de beleza, veiculado ao jornal *Gazeta da Festa*.

Concurso de Beleza	
	Votos
ALICE DE ALMEIDA	1850
ODETTE BRAYNER	1829
NAIR TAVARES	1758
Nininha Norat	1694
Santinha Castello Branco	935
Nnen Gama	667
Oliva Carneiro	525
Onelia Lins	517
Nininha Gama	424
Céleste Leitão	342
Aurea Regis	99
Severina da Matta	95
Bertha Aragão	84
Maria L. B.	10
INFANTIL	
VALERIA NEVES	210
Severina Toscano de Brito	193
Arima Coimbra	95
Severina de Almeida	82
Dulce Vergara	15
Ida Rosario	12
Cramen Carrilho	11
DE FOOT-BALL	
PALMEIRAS	294
São Paulo	62
Cabe Branco	35
Royal	12
Pitaguaries	6

Fonte: *Gazeta da Festa*, 15/08/1919, p.4

É claro que não podemos ter certeza exata do real número de votantes, até pela tradição da manipulação de votos que existia inclusive a níveis macro políticos na primeira República brasileira, e no estado da Parahyba do Norte, porém levando até isso em consideração é interessante perceber o último lugar do Pytaguaries com apenas seis votos. Outro ponto a ser considerado é a popularidade do concurso de beleza com um número exorbitante de 10.928 votos totais ao longo dos nove dias de festa. Levando esse referencial como orientação podemos relativizar a popularidade dos clubes de football existentes – com a soma total de apenas 409 votos- que ainda não despertavam tanto interesse na população, mesmo nesse círculo restrito de votantes, em comparação às mais belas moças presentes.

³⁵ As temporalidades estudadas do periódico “Gazeta da Festa” foram submetidas as dificuldades de muitas ainda estarem perdidas. Utilizei as disponíveis na Fundação José Américo de Almeida, que constam os anos 1918, 1919, 1926, 1928 e 1929.

Nesse sentido, o despertar das paixões esportivas ainda estavam em um período de gestação entre os apreciadores e praticantes do futebol, sendo utilizados para formalizar relações de amizade, de unidade dessa determinada elite paraibana – mesmo que de forma problemática, devido ao jogo carregar em si sempre o objetivo de conquistar vitórias e ser campeão – e de afirmação de um ideal moderno e amador de distinção social, racial e moral.

As constantes menções aos “ilustres desportistas” levavam a descrição jornalística do sport mais para a coluna “da boa família paraibana”, através de poemas e odes a esses acadêmicos. Temos na mesma Gazeta da Festa um poema escrito por João da Matta Correia Lima para o goleiro Anchises Gomes, ambos jogadores e dirigentes do Sport Club Palmeiras:

O arqueiro Anchises

Eil-o o Anchises, o arqueiro do <<Palmeiras>>,
Foot-baller de acção, mui destemido,
Que na zona do esporte tem partido
E vale mais do que cem mil barreiras...

Cabelleira maior dos cabeleiras,
Se no jogo se ve quase vencido,
Desnastr a juba, e eil-o enfurecido
A se bater alerta e sem canseiras.

Se um inimigo p´ra seu goal caminha,
Grita a defesa, incita a linha, grita
Off-sides e fouls, corners e hands:

Se a pelota entre as barras se lhe aninha
Foi por causa, leitor de alguma <<fita>>
Que fez o arqueiro Anchises, <<não me entendes>>>
(*Gazeta da Festa*, 05/01/1919)

Dentre esses *sportmans* paraibanos, considerados pioneiros do jogo de bola, vamos perceber que o próprio discurso proferido sobre esse período de consolidação das organizações esportivas na história oficial é contada pelos mesmo atores que vão ao longo das décadas de 1920, 30 e 40 exercer um papel de destaque em cargos políticos de clubes, e das sucessivas tentativas de fundação das Ligas Parahybana³⁶. Uns poucos vão inclusive ingressar na política

³⁶ Além da fundação da Liga Sportiva Parahybana em 1914, teremos a Liga Desportiva Parahybana em 1919, e sua refundação em 1925 depois da filiação desta última a Confederação Brasileira dos Desportos. (SOUZA, 2014, p.156)

com papéis ativos nos conflitos que vão se delinear ao longo do conturbado período da “Revolução de 1930” na Parahyba.

Podemos citar como exemplos, os três fundadores da segunda tentativa de se instituir um órgão gestor do futebol no estado, a Liga Desportiva Paraibana em 1919, posteriormente ao fracasso da já mencionada Liga Sportiva Paraibana em 1914. Nela constam Nelson Lustosa Cabral, nascido em 1900 em Patos, frequentou o Lyceu Parahybano, formado pela Faculdade de Direito no Recife em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1921. Filho de uma tradicional³⁷ família localizada em Patos, e que ao longo de sua carreira profissional Cabral foi eleito o primeiro presidente da Associação de Cronista Desportivos da Parahyba fundada em 1920- primeiro órgão do gênero no estado-; será redator do jornal *A União* entre 1925 e 1928, assim como entre os anos 1929-1930, posteriormente será secretário efetivo da *Imprensa Oficial*, além de participar do corpo de redatores do jornal *O Norte*. Atuou como editor do “Almanaque da Paraíba” lançado em 1922, além de ter sido um conhecido romancista depois da publicação de seu primeiro livro “Paisagens do Nordeste” em 1962, com clara influência do Movimento Regionalista³⁸, tendo inclusive assumido uma cadeira na Academia Paraibana de Letras no ano de 1967³⁹.

Antenor de França Navarro, nascido em 1899, oriundo de uma família tradicional da cidade de Mamanguape, frequentou o colégio Pio X, colaborou ao longo de sua juventude nos jornais *A União* e *O Combate*, assim como na Revista *Era Nova*. Diplomou-se em Engenheiro Geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, porém ao longo da década de 1920 nunca deixou de estar afastado tanto da vida esportiva, como da vida política de seu estado natal, tanto que teve participação ativa no desenrolar dos acontecimentos políticos na Parahyba quando da

³⁷ Utilizo o termo “família tradicional” para elucidar a importância discursiva da apropriação da palavra “tradição”, como um peso simbólico a imagética de poder atribuída a relações de parentesco que carregam consigo elementos fundamentais na formação das redes políticas das aristocracias tanto na Paraíba como em várias regiões brasileiras.

³⁸ Surgido como uma resposta ao movimento modernista de 1922, que definiu uma vanguarda intelectual e artística paulista centrada no eixo do sudeste do país, o Movimento Regionalista, criado no 1º Congresso Regionalista do Nordeste realizado no ano de 1926 na cidade do Recife, visava reorganizar os intelectuais da região em torno de um ideário pautado no resgate e na valorização de supostos valores e tradições comuns. Nas palavras da historiadora Rosa Godoy Silveira: “Sua resposta é a defesa de seus interesses, de seu espaço de produção, das relações sociais nele vigentes. Seu argumento é o de que um outro espaço lhes prejudicava os interesses, sem perceberem claramente a articulação do processo de produção a nível mais amplo, no quadro da divisão internacional do trabalho. A ideologia regionalista, tal como surge, é, portanto, a representação da crise na organização do espaço do grupo que a elabora. Uma fração açucareira da classe dominante brasileira, em vias de subordinação a uma outra fração hegemônica (comercial-cafeeira), se percebe no seu locus de produção e no relacionamento deste locus com outros espaços de produção, de forma predominante aquele da fração hegemônica” (SILVEIRA, 1984, p. 17).

³⁹Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. /Socorro de Fátima Pacífico Barbosa organizadora. – JoãoPessoa, 2009, p.39.

Revolta de Princesa⁴⁰, assim como foi um dos civis mais atuantes ao lado de José Américo de Almeida, na articulação do movimento revolucionário de 1930 na cidade da Paraíba. Foi interventor do estado da Paraíba entre 1930-32, até sua morte precoce em um acidente de avião⁴¹.

Mário Pedrosa, nascido no engenho Jussaral, distrito de Curangi, Timbaúba (PE) no ano de 1900, filho do usineiro Pedro da Cunha Pedrosa - deputado da Assembleia Constituinte da Paraíba em 1891 e 1892, deputado estadual de 1905 a 1908, vice-presidente da Paraíba de 1908 a 1911 e senador pelo mesmo estado de 1912 a 1923-conheceu a Europa aos 13 anos, retornando à Cidade da Parahyba três anos depois em 1916 passando pelos colégios Pio X e Liceu Parahybano. Ao longo da década de 1920, irá entrar em contato com o marxismo e se tornará um militante do Partido Comunista Brasileiro, assim como um conhecido jornalista no Rio de Janeiro. Sua importância é até hoje reconhecida como um dos maiores críticos de arte do Brasil⁴².

Retiradas de diferentes biografias disponíveis sobre esses três indivíduos – uma de um dicionário de escritores da Paraíba, as outras duas nos acervos disponíveis na internet pelos dicionários de verbetes do CPDOC/FGV, é possível tirar algumas conclusões sobre os aspectos constitutivos das trajetórias dos três homens para: "uma análise mais 'fina' dos atores situados no topo da hierarquia social, [permitindo compreender] a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade"(HEINZ,2006, p.8).

Analisando sua origem, vê-se que nenhum dos três fundadores nasceram na capital paraibana. Vindos de diferentes localidades e filhos de famílias tradicionais de importantes chefes locais, esses indivíduos chegaram à capital já pela demanda modernizadora da necessidade de se educar os filhos das elites. Possivelmente é por aí, dentro do ambiente escolar, que cada um teve contato com o futebol através da nascente educação física.

Outro ponto é como essa educação formal trouxe a esses indivíduos uma pluralização na área de atuação profissional e política, já que a capital da Paraíba passava a ser um lugar de

⁴⁰A revolta de Princesa Isabel se deu a partir de um racha no Partido Republicano da Paraíba, quando o então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, intervindo na política dos chefes locais ligados a cultura algodoeira tentava centralizar a sua gestão através da escolha para os representantes legislativos de seus aliados, voltados a implementação de uma política econômica que priorizasse os interesses da capital do Estado, em relação ao seu vizinho estado de Pernambuco, que na época era responsável por exportar através do porto de Recife o algodão sertanejo. A guerra civil teve consequências nacionais para a “Revolução” de 1930, quando do assassinato de João Pessoa nesse mesmo ano. Para mais ver: CAMINHA, Inês. *A Revolta de Princesa: poder privado x poder instituído*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁴¹Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/antenor-de-franca-navarro>>. Acesso em 09/04/2016.

⁴²Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PEDROSA,%20M%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em 09/04/2016.

concentração desses espaços públicos em contato com as demais regiões do Brasil, através de uma crescente circulação de jornais e ideias advindas das regiões mais “civilizadas” do mundo.

Além disso, partindo para um âmbito de como esses perfis são traçados nas diferentes biografias é perceptível uma primazia por determinar o espaço urbano como campo de atuação desses indivíduos. Sobre essas profissões traçadas dos depoentes, é importante ter em mente novamente o livro de Flavio Heinz (2006), quando este ao traçar um perfil social das elites através do método prosopográfico utilizando a fonte de um anuário “de sociedade” intitulado “Who’s who”. Em seu estudo, o pesquisador percebe a valorização de carreiras ligadas a profissões que tenham em sua proeminência o espaço urbano:

Assim, o fato de que o capital – no caso, especificamente econômico ou patrimonial – possuído por determinado indivíduo foi transmitido por herança – os fazendeiros são um excelente exemplo disto – será mencionado apenas de maneira fugaz e poderá permanecer ignorado ao longo da evocação de uma carreira. Neste caso, são quase sempre os estudos universitários, a trajetória em uma profissão liberal ou na função pública, a atividade intelectual, empresarial ou outra que serão assinalados, ainda que uma atividade paralela, como a de fazendeiro, por exemplo, possa se revelar mais determinante no conjunto da estratégia profissional e de reprodução social conduzida pelo interessado. (HEINZ, 2006, p.157)

É por esse caminho, através da análise dessas pequenas biografias que podemos perceber, em um âmbito mais geral, como se deu a representação dos membros mais jovens dessas elites, nascidas no início do século XX em sua roupagem urbana.

Estabelecidos por um *ethos das elites* (Bourdieu, 1983) a maioria dos nascentes clubes de “foot-ball” com isso podem ser percebidos como essas ilhas sociológicas gestoras da fidalguia dos futuros “homens de importância” do estado da Parahyba do Norte, assim como a “estilização” da vida nas cidades fará das ruas o palco de uma minoria excludente, cega a miséria e desigualdade que não cessavam de desfilar as suas voltas.

1.2. Os clubes aristocráticos e a cidade

Foram figuras dos meus dias, dos nossos dias. Convivemos com elas, [...] naquela quietude tão ao sabor da época, lânguidos olhares, escutando as maviolas valsas de Camilo Ribeiro, executadas pela banda de música do Batalhão de Segurança e regidas por êle, no velho e primitivo camaranchão da Praça Comendador Felizardo, atual Praça João Pessoa. Em todas as cidades do mundo, existiram e existem os apelidos e os tipos populares e, a Paraíba, jamais poderia fugir a essa convenção tácita da sensibilidade dos povos. [...] Uns pertenceram a famílias de destaque, pouco ou nada levando em conta as alcunhas, algumas vezes até juntando-as ao nome. Outros, porém, de origens desconhecidas, paranoicos, inveterados alcoólatras, ao pressentirem a citação julgada deprimente, demandavam em impropérios. (RODRIGUEZ, 1994. P.145, 146, [1962])

Começar com uma epígrafe que denota aspectos do surgimento dos apelidos, através de um livro clássico, como é a obra de Walfredo Rodriguez ([1962]1994) soa para os desavisados um ponto fora da curva para o tema que elegi ao subtópico descrito. Porém, começar a descrever a Cidade da Parahyba em seu processo de modernização, nos idos iniciais do século XX e a inserção do fenômeno futebolístico nesse contexto, é primeiro participar de uma disputa pela memória da cidade que está guardada em cada indivíduo que experienciou de uma forma própria os sabores e dissabores próprios a cada um, e que está relacionada primeiramente a uma questão de classe que poderia ser exemplificada quando o autor mencionado separa as famílias de destaque, dos outros de origens desconhecidas, paranoicos e alcoólatras na maioria das vezes.

Temos na bibliografia sobre o tema ao longo do século passado um discurso pautado por uma homogeneidade social de seus escritores, em sua maioria memorialistas advindos de famílias abastadas e que de uma forma ou de outra contribuíram para uma percepção da experiência de viver as primeiras décadas na cidade muito particular. É possível utilizar como exemplo um outro livro do historiador José Octavio em parceria com Wellington Aguiar intitulado “Uma cidade de quatro séculos evolução e roteiro”, publicado no ano de 1985.

Os autores utilizam na segunda parte da obra intitulada *Memória histórica de uma cidade*, o depoimento de dezoito “personalidades” da sociedade paraibana para descrever suas impressões passadas de como era viver na capital. Seleccionada cronologicamente, temos em média três gerações que discorrem suas memórias começando de personalidades nascidas no início do século XX até a década de 1940. Traçando um rápido perfil baseado nas informações expressas pelos pesquisadores⁴³, todos os entrevistados possuíam formação universitária, geralmente exercendo mais de um cargo público, tendo em sua maioria bacharéis e professores universitários da Universidade Federal da Paraíba, à época do livro lançado.

Com relação a essas profissões descritas pelos entrevistados, vale relembrar a discussão já levantada do pesquisador Flavio Heinz (2006) sobre a importância de determinadas elites de valorizar em suas representações biográficas cargos que tenham feições mais ligadas à cidade, mesmo que suas origens possam estar mais próximas de uma descendência rural : “Por outro lado, e isso sobretudo para o *Quem é quem no Brasil* (*Who’s who*), é a valorização de certas profissões ou de um identidade profissional mais “urbana”, “liberal” ou “pública” que parece prevalecer.”(p.162)

Seleccionando alguns fragmentos dos depoimentos da primeira geração que viveu a cidade nos anos iniciais da década de 1920, podemos começar a traçar um mapa, mesmo que imaginativo, dos espaços frequentados pelos entrevistados e sobre como os clubes de futebol começam a crescer de importância na ocupação das atividades de lazer desses jovens:

Aos domingos havia retretas na praça Comendador Felizardo (João Pessoa) e às quintas na Praça Venancio Neiva[...] Muito concorridas, as retretas. E existia uma natural separação social dos que compareciam. A aristocracia passeava em torno do coreto que existia na Praça Comendador Felizardo; a classe média afastava-se dele, embora também passeando ao redor; e na periferia da praça estacionava o povo propriamente dito, gente modesta [...] Dos times de futebol, o Cabo Branco destacava-se. (BEZERRIL, Paulo Morais. Apud: OCTÁVIO, José/AGUIAR, Wellington.1985, p.207)

“Na mocidade, eu gostava de jogar futebol. Era goleiro e atuava no Esporte Clube Cabo Branco. Tenho até hoje uma placa de ouro, que me foi oferecida, em 1927, pela diretoria do Cabo Branco. Naquele tempo jogávamos por amor ao clube, às suas cores. Nunca por dinheiro, como atualmente[...] são nomes que defendiam as cores do Cabo Branco com muita dedicação e espírito puramente esportivo. AGUIAR, Raul Ferreira de. Apud: OCTÁVIO, José/AGUIAR, Wellington.1985, p.211)

⁴³ Das profissões explicitadas pelos pesquisadores teremos entre os 19 entrevistados: 10 professores universitários com vínculo a Universidade Federal da Paraíba; 16 funcionários públicos, sendo 5 citados como “alto funcionário público”, além dos professores comentados anteriormente; 8 com formação em direito, sendo 2 desembargadores e 1 magistrado; e absolutamente todos com mais de uma profissão.

Na avenida 1 de maio, no lugar onde existiram o campo de futebol do Cabo Branco e o salão de baile do clube até os anos 50, havia um hipódromo, antes de 1920[...] Animadíssimos se tornavam os jogos de futebol. Nos anos 20, o time da elite, o Cabo Branco, disputava partidas com o Palmeiras e o Tabajaras, preferidos da “cabrueira”. Posteriormente, os filhos do senador Otacílio Albuquerque fundaram o América Futebol Clube. (GOMES, Osias Nacre. Apud: OCTÁVIO, José/AGUIAR, Wellington.1985, p.212)

Além de referências aos aspectos que variam entre a separação “natural” das classes nos eventos públicos e a predominância da escolha do Esporte Clube Cabo Branco pelos filhos da elite, já posso fazer o convite a pensarmos a constituição dos clubes como esses espaços de filiação de identidade de classe que unia esses *sportmen*, mas ao mesmo tempo separava-os entre as fileiras dos primeiros clubes que realmente começavam a fazer parte dos sentidos do torcer, nos primeiros campeonatos organizados pela Liga Desportiva Parahybana.

Embora ainda não seja possível afirmar que o futebol nesse período se constituía um grande fenômeno de massa, sendo praticado por pequenos grupos que aumentavam seu interesse pelo jogo em uma cidade que à época possuía em média 25.000 habitantes⁴⁴, esse esporte já pode ser percebido com um crescente interesse para círculos mais amplos já que nas palavras de Osias Gomes a “cabrueira” passava a preferir um clube dentro desse círculo restrito como o Tabajaras.

Levando em conta as possíveis falhas narrativas dos depoentes, vale ressaltar que esse clube não aparece em nenhuma referência ou fonte encontrada pelo pesquisador que vos fala, atestando, portanto, duas possibilidades com relação a esse caso: ou o clube Tabajaras foi omitido das matérias de jornais sobre o campeonato ou Osias Gomes trocou o nome desse clube por outro que disputava o campeonato da cidade.

De qualquer maneira, vale salientar que é a partir da criação da Liga Desportiva Parahybana em 1919, e a consequente organização mesmo que precária dos campeonatos, que esse espírito esportivo começa a se alastrar como um modismo da sociedade paraibana. Utilizando os relatos contidos no livro de Walfredo Marques (1975), e recorrendo aos periódicos da época principalmente a *Revista Era Nova* em sua seção intitulada *Pelo Mundo*

⁴⁴ Na tese de doutoramento do historiador Waldeci Ferreira Chagas (2004, p.162) sobre o processo de modernização na cidade da Parahyba vamos encontrar esse número de habitantes no ano de 1924.

dos Desportos, temos nessa fase inicial o surgimento de vários clubes, que ora aparecem apenas em relatos esparsos, e ora figuram como os mais queridos pelos torcedores.

Fato é que a partir da fundação da Liga, teremos em destaque os clubes Cabo Branco, América, Pytaguares, São Paulo e Royal⁴⁵. Nesse sentido, o controle do campo esportivo começava a se delinear inclusive nacionalmente, já que a filiação a Federação Brasileira de Futebol⁴⁶ criava em torno dos representantes do futebol paraibano uma certa oficialidade nas decisões internas que eram inclusive respaldadas pelos jornais, que a partir desse momento tratavam de repassar as tabelas, as reuniões e os jogos com mais frequência, mesmo que de forma sucinta. Não à toa que vamos ter um ano depois da criação da entidade, a formação da “Associação dos Cronistas Desportivos da Parahyba”, tendo em sua diretoria: “Presidente: Acadêmico Nelson Lustosa; 1 Secretário: Arsenio Lins 2 Secretario: Osias Gomes; Tesoureiro: Manoel Neves e Orador Adherbal Piragibe. ” (*O NORTE*, 15/06/1920, p.3.).

Vale ressaltar a presença de Nelson Lustosa, que também foi fundador da LDP, e de Osias Gomes, que teve seu depoimento citado na página anterior, assim como a figura de Adherbal Piragibe que teve sua carreira como poeta e jornalista, sendo redator de jornais como *O Norte*, *Correio da Manhã*, *Brasil Novo* e *O Liberal*⁴⁷.

Talvez por esse controle dos acontecimentos esportivos pelos jornais, já que os mesmos cronistas muitas vezes estavam vinculados ou à gestão esportiva da Liga ou à gestão dos cinco clubes que a fundaram, outras agremiações acabavam por ficar de fora da elite do campeonato.

Outro fator que favoreceu a melhor organização da prática futebolística na Cidade da Parahyba, parece ter sido a definição da realização dos jogos no Hipódromo Parahybano, que passou a ser arrendado no ano de 1919 por personalidades entusiastas do esporte bretão (MARQUES, 1975, p.31). Localizado no bairro de Cruz das Almas⁴⁸-hoje Cruz das Armas-, e fundado em 1917 vamos ter pelos olhos de um jornalista do *O Norte*:

⁴⁵ Posteriormente no ano de 1922, vamos ter a ingressão de dois clubes relevantes no cenário esportivo da cidade. Um deles foi o Sanhauá Football Club que era constituído de elementos do Clube do Remo. O outro foi o América Football Club em 1923. Fonte: *O Jornal*, 27/01/1924, p.6.

⁴⁶ Deve-se deixar claro que a filiação a Federação Brasileira de Futebol nesse momento não necessariamente representava uma total oficialidade para a LDP. O litígio entre a Federação Brasileira de Futebol, representada pelos desportistas de São Paulo, e a Confederação Brasileira de Desportos, representada pelos desportistas do Rio de Janeiro, demonstrava que o controle da gestão esportiva nacional ainda estava em disputa.

⁴⁷ Para mais ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno dicionário dos escritores/ jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio Fonseca a Assis Chateaubriand*. Ed.UFPB, João Pessoa, 2009, p.120.

⁴⁸ Posteriormente o Hipódromo Paraibano será referenciado pela localização no bairro das Trincheiras.

O Prado está situado nos fundos do sítio de propriedade do Sr. João Evangelista, no fim da linha das Trincheiras, dando a frente para a rua Tiradentes. Compreende uma grande área que está nivelada e destocada, tendo uma pista com 1093 metros de comprimento com a largura aconselhada pelos entendidos. As arquibancadas para 500 pessoas são todas de boa madeira e alvenaria, ficando no solo os lugares destinados a passagem, casa das poules, assistência e bar, tudo amplo e arejado. [...] Além da pista o Prado tem no centro um campo destinado ao jogo de *foot-ball* e exercícios de esgrima e ginástica (O Norte, 25/02/1917, p.02).

Parece ao longo das referências ao hipismo nos periódicos, que o *turf* foi cedendo espaço para o futebol, fenômeno esse que já era perceptível na prática pela substituição dos páreos pelas partidas futebolísticas nos domingos a partir da década de 1920 no dito Hipódromo⁴⁹.

Além deste, a inauguração do campo do Royal Sport Club no ano de 1919 na Praça da Independência, do campo da Estrada dos Macacos, onde se encontra hoje as Avenidas Coremas e Pedro II, e um outro campo onde hoje se encontram as Avenidas João Machado e Camilo de Holanda – ao que parece esses dois últimos não cobravam entrada pelo fato de serem campos abertos – aumentavam a visibilidade das partidas do campeonato frente à população da capital⁵⁰, e ajudavam a popularizar a prática do jogo de bola por possíveis outras várzeas não mencionadas nos jornais.

Vale ressaltar que a inauguração dessas novas praças de esportes também era favorecida pelo próprio momento de expansão urbana que a cidade da Parahyba passava. Tanto o hipódromo de Jaguaribe, como o campo do Royal no que hoje é a praça da Independência, seguiam uma lógica de abertura de novas linhas de bondes e calçamento de ruas, assim como o hábito de frequentar os jogos aumentava a circulação da população para esses novos pontos da cidade.

O processo de modernização da capital posta em curso a partir dos governos de João Lopes Machado (1908-1911), João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), Camilo de Holanda (1916-1920), Sólon Barbosa de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1928-1930), redesenhou o espaço urbano da antiga cidade ainda

⁴⁹ Segundo relatado pelo livro de Wills Leal, durante o período de inauguração do hipódromo em março de 1917 até mais ou menos dois ou três anos depois os espetáculos hípicas acabaram prejudicando o desenvolvimento do futebol, já que houve nesse período uma preferência maior dos espectadores pelo turf. Para mais ver: LEAL, Wills. *Cabo Branco: A saga de um grande clube*. Ed. A União, João Pessoa, 1995, p.20.

⁵⁰ Encontrei relatos também sobre exibições de futebol em um campo localizado no bairro do Rogers, e outro localizado próximo ao matadouro da cidade localizado nas proximidades do bairro de Tambiá, aonde treinava o time do Pytaguares.

dividida entre cidade alta e cidade baixa⁵¹ com seus aspectos rurais, implementando mesmo que de forma precária projetos como o fornecimento de energia elétrica, a instalação dos bondes elétricos, reforma das praças e instalação de coretos, além de medidas higienistas de limpeza pública.

Nesse sentido, a tese de doutoramento de Waldeci Ferreira Chagas (2004) intitulada “As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930” mostra-se extremamente eficaz para a percepção da peculiaridade desse processo, assim como nos ajuda a entender essas reformas urbanas à luz da expulsão da população mais pobre das áreas mais centrais nos bairros das Trincheiras, Varadouro, Tambiá e Centro, e sua realocação nas áreas mais periféricas à época como os bairros de Cruz das Armas e Jaguaribe, em função dessa modernidade projetada para a vivência nas praças, nos coretos e nos novos jardins das elites:

À medida que as praças foram remodeladas e incorporadas ao cotidiano urbano, assumindo a condição de espaços das elites, elas contribuíram para a manutenção da divisão social, no entanto, a presença das classes pobres era inevitável. [...] Essa medida foi uma tentativa de afastar as empregadas domésticas e ao mesmo tempo, controlar o uso das praças. Por outro lado, representou a racionalização do espaço público e o ordenamento de seu uso, ou seja, o estabelecimento de regras de convivência na cidade. (CHAGAS, 2004, p.149,150)

Esse relativo regime ordeiro que a alta sociedade paraibana se fazia representar através do estabelecimento das regras sociais e de conduta, tinha seu espelho refletido para o mundo do futebol. Porém, os aspectos inerentes da violência constitutiva da vida social, através dos binômios representativos das inclusões e exclusões, das lutas e festas, transparecem nas entrelinhas das partidas de futebol quebrando o aspecto de refinamento que se propunha a prática esportiva. Por isso, vamos ter ao mesmo tempo que o esporte bretão se populariza, um aumento do número de críticas nos jornais e revistas, ao comportamento dos torcedores e clubes por fomentarem essas nocivas rivalidades:

Pelo mundo dos desportos

É um facto que já se vae notando na Parahyba o desenvolvimento sportivo em quazi todos os seus gêneros[...] O foot-ball até agora vae campeando em largas proporções em virtude de não terem os outros jogos congeneres sido cultivados com o devido interesse, pela falta de estímulo das pessoas representativas do nosso meio desportivo.

⁵¹ A separação entre cidade alta e cidade baixa tem a ver com a topografia da cidade da Parahyba, sendo uma denominação usada por seus habitantes para identificar áreas específicas dentro do espaço urbano desde meados do século XIX.

Não queremos com isto negar o reconhecido valor deste apreciado jogo britânico, que faz hoje parte integrante da vida das pessoas amantes de semelhantes divertimentos.

Lamentamos, porém, que certas sociedades desportivas de nossa terra vivam a alimentar em o seu seio o destruidor germen da rivalidade, empecendo deste modo de alcançarmos uma posição de relevância nos sports entre as principais cidades de nosso paiz, onde se cultivam com carinhoso desvelo os diversos desportos conhecidos. (REVISTA ERA NOVA, 04/10/1922)

O Jornal Esportivo

O Foot-ball na Parahyba

O ano desportivo, na parte referente ao foot-ball, terá um começo esperançoso. Ao campeonato da Parahyba concorrerão clubs, que offerecerão á vista turmas homogêneas e bem adestradas[...] Não encerraremos estas breves considerações, sem que externemos o nosso absoluto desacordo com incidentes que desagradavelmente se tem registrado com certa frequência nos campos onde se ferem as provas de foot-ball.

Assistentes exaltados não se conformam com a derrota do club que lhes é sympathico, e, provocam distúrbios e conflitos que só poderão contribuir para afugentar do campo, a graça estonteante de nossas formosas patrícias e para matar o foot-ball.

Os encarregados de zelar pelo renome do foot-ball, deveriam demorar suas atenções neste ponto, que julgamos de importância capital. (O *Jornal*, 01/02/1924, p.6.)

A primeira matéria foi veiculada a Revista *Era Nova*, que desde sua fundação no ano de 1921 também incluía em suas matérias os acontecimentos esportivos na Cidade da Parahyba através da coluna “Pelo Mundo dos Desportos”. Diferente da maioria de seus textos que eram assinados por cronistas, intelectuais e jornalistas, a seção referida aos esportes não era assinada, o que dá a entender até mesmo pelo caráter da revista que várias pessoas contribuíam nas matérias esportivas. Tido ainda como um acontecimento social, o *foot-ball* mesmo em sua fase inicial já era criticado pela sua característica intrínseca de carregar uma nociva rivalidade entre seus clubes.

Dando a entender em um tom de crítica que apenas o futebol teria sido dotado de atenções em relação a outros esportes por parte das nascentes associações desportivas, o autor da matéria explicaria assim o atraso da cidade da Parahyba em relação às cidades mais importantes do Brasil, já que o esporte bretão ao mesmo tempo em que se popularizava entre as elites paraibanas, acabava por quebrar o pacto dos *sportmans* que tinha em sua ideia primaria à fidalguia ritual de confraternização na vitória moral da disciplina social do jogo, não importando assim vitoriosos ou derrotados.

Dois anos mais tarde, temos na reportagem do periódico *O Jornal* em sua seção esportiva, uma materialização dos anseios de nosso cronista da Revista *Era Nova*. Embora o jornalista cite que a disputa do campeonato de 1924 ainda possuía clubes com jogadores homogêneos, o “gérmen da rivalidade” já tinha se proliferado pelos torcedores que afugentando a participação feminina, tornavam o espetáculo menos civilizado devido aos constantes embates entre torcedores que já passavam a não se conformar com a derrota.

Isso se deve ao fato de que os dirigentes dos clubes, assim como seus jogadores, deixavam transparecer através da metáfora futebolística suas próprias frações internas, fossem elas políticas, regionais ou familiares que tornavam impossíveis a homogeneidade dessas elites. O futebol se tornou palco de disputas no interior dessas mesmas elites, que tinham o objetivo de transparecer a civilidade, que muitas vezes por elas, não era alcançada.

Também pode-se perceber essa postura refletida nos cronistas esportivos. Apesar de alegarem uma espécie de imparcialidade, que supostamente se fazia necessária à profissão, muitas vezes um mesmo jogo era visto de diferentes formas pelos jornalistas. Essa atitude se traduzia, em um desvio do trato jornalístico que estes relatavam o evento; ora apontando uma postura antidesportiva que o time rival tinha se comportado, ora expondo que o clube pelo qual simpatizavam havia merecido a vitória mais do que o adversário.

Um caso emblemático foram os dois jogos realizados na Cidade da Parahyba entre o América F.C. da capital e o América F.C. de Campina Grande nos dias 12 e 14 de outubro de 1923. É fato que para além das rixas clubísticas que já poderiam se desenhar na cidade, o primeiro encontro com uma equipe do interior e de uma outra cidade que crescia de importância frente à capital, gerava um clima de curiosidade e expectativa na vida esportiva dos dois maiores centros do estado. Vale ressaltar que o jogo se caracterizava pelo aspecto amistoso, já que à época nenhum clube de outra cidade disputava os campeonatos da LDP.

Acompanharemos o relato através do jornal *O Sport*⁵² de Campina Grande, para termos uma ideia da visão do perdedor dos dois jogos. Ao que parece, segundo descrito pelo cronista, a delegação campinense ao chegar à estação de trem da Great Western na quinta-feira do dia 11 de outubro, onde foi recebida com as devidas honras, foi informada que disputaria além do jogo combinado para o domingo, uma outra partida no dia seguinte. Explicando que não poderia

⁵²Fundado pelo poeta José Maciel na cidade de Campina Grande, “O Sport” teve vida curta, rodando semanalmente somente no ano de 1923 como complemento da “Gazeta do Sertão”. Para mais ver: ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. João Pessoa: Grafset, p.86, 1986.

jogar com o time completo por faltarem alguns jogadores que estavam para chegar, mas cedendo a necessidade financeira de serem pagos as hospedagens e as viagens apenas através da disputa de dois jogos, os dois Américas chegaram a um acordo onde o primeiro jogo deveria ser a título de treino e que o resultado do jogo seria um empate. Porém, no relato do nosso estimado cronista:

No campo, infelizmente tal não aconteceu. Enquanto os visitantes atacavam fracamente, fazendo do jogo um simples bate-bola, jogadores do rubro-negro, indisciplinados e bem contra a expectativa da Diretoria, enfrentam de surpresa o adversário que se mantém de acordo com a combinatta, [...] Apareceram protestos de ambos os lados resultando ficar o encontro sem nenhuma importancia oficial. (*O Sport*, 21/10/1923, p.2)

Depois de um sábado cheio de compromissos sociais, como a visita da delegação do interior aos jornais da cidade e uma festa promovida pelo Cabo Branco na sede de seu clube no palacete da Rua Nova, a partida de domingo estava prevista para as 16 horas no Estádio das Trincheiras, no Hypódromo. Nas palavras do cronista do *O Sport*: “A 1 hora da tarde já o stadio de Trincheiras regorgitava de espectadores” (*O Sport*, 21/10/1923, p.2.).

Descrevendo a partida com o primeiro tempo mais para o lado do América de Campina, e o segundo tempo mais para o lado do América da capital, em um jogo de iguais, o cronista descreve os gols do time da capital no segundo tempo como um mero acaso:

Nos últimos 10 minutos do jogo, quando as forças iam mais ou menos equilibradas, por uma casualidade qualquer, Jair marca o 1 ponto para o seu team, momentos depois outro, terminando assim a lucta pelo score de 2 x 0 contra os visitantes. (*O Sport*, 21/10/1923, p.2)

Mais interessante ainda é a edição da semana seguinte que é uma resposta à edição do jornal *O Norte* da capital:

Do Juiz Bióca, que francamente é um fraco juiz...

É deste modo que escreve o atoleimado chronista d’ “O Norte” em seu numero corrente, noticiando o bate-bolla, realizado na sexta-feira entre o nosso América e o da Capital.

Saiba “seu chroniqueiro” que não é fraqueza actuar num bate-bolla sem importância, com menos energia com que se ajuíza um <<match>> oficial, no mais quando se combina anteriormente não marcara ponto[...] Fraqueza ou

mesmo baixeza, um rascunhador de noticias desportivas, dizer pelas “costas” d’um jornal que um clube, que na fraqueza de suas forças, depois de muito se esforçar, já exausto, e, finalmente graças a incompetência do juiz conseguiu num jogo oficial vencer.

E sabe você porque o seu América venceu o nosso!?

Deve saber, mas, como odeia a verdade, vamos proclama-la aos ouvidos: O primeiro <goal> foi feito <ofiside>, como todos sabem e nos confirmou um dos <sportman> que fez parte da lucta[...] e o segundo ponto marcado que foi dum <hands> julgado pelo seu “bom juizinho”, foi feito nos peitos do player Zacharias, e si thorax é mão, está direito... Veja nisso os louros que conquistaram os pracionos sobre os sertanejos destemidos que pegam boi, e nunca entram na lama a dentro em procura de carangueijos...

Não volvemos as vistas para a civilização que nos mostraram os capitalianos, em jogando pedras, bagaços de canna e roletes em nosso arqueiro! Não, porque nós, os vaqueiros, sabemos desculpar a “civilização excessiva” dos filipenses! ... e sabe mais porque tudo perdoamos, porque...carangueijo não tem cabeça... E dissemos tudo. (*O Sport*.28/10/1923. p.1.)

Embora não tenha conseguido reunir os acervos do jornal *O Norte* do período da disputa do jogo, o que aparece aos olhos de todos os leitores é a extrema dureza com que são tratadas as duas derrotas do América de Campina Grande. No relato já não temos as feições educadas e respeitosas tanto com relação à recepção do clube visitante, como dos ideais amadores de confraternização entre as delegações, mesmo entre os cronistas responsáveis por dar o tom do jogo que é visto apenas através de seus relatos pela maioria da população. Não sei dizer se é a partir desse primeiro jogo que nasce a rivalidade entre os clubes da capital e os da cidade de Campina, fato é que a vitória e a derrota não uniam mais os *sportmans*, jogando cada um para o seu canto, seu clube, sua cidade.

Observa-se assim um aspecto do esporte que vai em direção ao seu tema mais profundo e originário: a violência. A substituição de práticas tradicionalmente violentas por meios regulamentados das leis representadas através do jogo, dão à feição ritual um aspecto obsoleto em contraposição à necessidade do equilíbrio de forças opostas e iguais para uma maior busca do aspecto excitante e catártico, que em um processo de controle dos corpos e mentes individuais pelo Estado, através de suas leis judiciárias e leis do mercado capitalista, acabam por suprimir a criação de identidades sociais. Nas palavras do José Miguel Wisnick (2008) é possível concluir que:

No império das trocas reguladas ou desreguladas do mercado, sobram os times, as torcidas, as rivalidades agressivas e festivas que não conseguem se explicar simplesmente por uma oposição de classes sociais e ideologias, mas

que marcam uma efetuação daquela alteridade hostil e festiva como constitutiva das identidades grupais e individuais. (WISNIK, 2008, p.87)

Interessante pensar que para um aspecto de formação dessas identidades que irão brotar a partir das rivalidades clubísticas, a promoção de jogos intermunicipais ao longo do início da década de 1920, como por exemplo o Cabo Branco x ABC de Natal pelas comemorações do centenário da independência de 1922, a partida entre o Cabo Branco x Tiro de Guerra 333 e Cabo Branco x Náutico- essas últimas, ambas da cidade do Recife- no ano de 1923, assim como entre o duelo entre os Américas em 1924, mostravam metaforicamente o amadurecimento da Cidade da Parahyba em torno de uma ordem social comum a todos os seus habitantes.

Embora eu não negue que o universo urbano seja permeado de uma heterogeneidade intrínseca a sua formação, incluindo aí suas diferentes classes sociais, o fenômeno futebolístico proporciona aos habitantes da cidade a criação de laços através de um sistema de comunicação próprio, mesmo que na época ainda se escrevesse e falasse em *fouls*, *hands* e *offsides*, que durante as partidas os transformam em iguais pela vitória ou derrota do seu time transvestido de sua cidade.

Porque parto de uma suposição que o sujeito que torceu pelo Cabo Branco contra o Náutico, ou mesmo pelo América da capital contra o seu homônimo de Campina Grande, não estava necessariamente inserido na lógica elitista dos *sportmans*, podendo ele ser apenas um habitante da capital igual a qualquer outro.

Clifford Geertz (1989) pode ser uma peça chave para a compreensão dessa ideia. Falando sobre a constituição das nações novas- como é o caso do Brasil-, o autor nos mostra como as sensações de pertencimento ainda estão ligados a vínculos religiosos, regionais, familiares, tradicionais, intitulados por ele de “sentimentos primordiais”, que acabam por impedir o desenvolvimento de uma unidade cívica relacionada à ideia de pertencimento à nação.

Esses sentimentos primordiais somados ao que Geertz (1989, p.261) intitula como “lealdades competitivas”, que seriam os laços criados a partir de aspectos sociais inerentes ao desenvolvimento da vida nas cidades, sejam eles de trabalho, classe, profissão, provocariam uma maior dificuldade para as nações novas de consolidação dos sentimentos civis.

O futebol, nesse sentido, pode ser considerado como esse catalizador que ao mesmo tempo que estimula esses sentimentos primordiais realoca-os em um contexto de promoção dos sentimentos civis de pertencimento, seja a uma nação, a um estado, ou a uma cidade.

Com isso teríamos o que José Wisnik (2008, p.55) delinea como “lei do futebol”, que seria responsável por regular a violência através de suas regras de excitação controlada e criação de identidades coletivas. Comentando sobre o esporte bretão, o autor completa: “ele se tornou, no mundo contemporâneo, o índice oscilante e problemático da própria condição de possibilidade da vida civilizada”.

Pensar nesse momento a importância desses jogos intermunicipais é refletir, portanto, alguns acontecimentos importantes: primeiro, a crescente popularização do futebol que já conseguia despertar essa curiosidade cívica nos espectadores, que através dos acontecimentos esportivos, começavam a se sentir pertencentes à Cidade da Parahyba. Além disso, esses eventos eram caracterizados pelo seu caráter festivo, fazendo assim com que o próprio espaço público da cidade passasse a ser ocupado para o lazer dos seus habitantes. O esporte nesse sentido, assim como o cinema, as praças e os cafés vai ser importante para a incorporação de novos hábitos sociais dos seus cidadãos. Lembremos que segundo relatos de Walfredo Marquez (1975, p.49), mais de 3.000 pessoas receberam a delegação do Náutico na estação de trem *Great Western* para o jogo contra o Cabo Branco, descrito na página anterior.

Outro ponto importante que deve ser levando em consideração, é o próprio processo de modernização excludente da Cidade da Parahyba, refletida em seus clubes de futebol como sendo esses espaços de lazer específicos para uma determinada elite de jovens profissionais liberais e intelectuais, somada a pouca organização dos campeonatos da Liga Desportiva Paraibana nesses primeiros anos da década de 1920⁵³, percebe-se que esse “gérmen” da rivalidade entre América, Pytaguares, Cabo Branco, Palmeiras, Royal, Sanhauá entre outros, embora já relatados nos jornais, não podiam ser considerados como aspectos gerais de toda uma cidade dividida entre as cores desses clubes. Diferentemente de uma expectativa pontual que poderia ser criada com a vinda de um outro clube de fora, os campeonatos da LDP, pela sua falta de organização aliada a preços considerados altos a época, impedia o crescimento de um pertencimento clubístico mais pluralizado para o resto da população.

⁵³Walfredo Marques (1975, p.46) em seu livro comenta sobre a inatividade da Liga Desportiva Paraibana entre os anos de 1921 e 1923. Tendo ela sido reorganizada graças aos esforços de Mário Pedrosa e Anthenor Navarro.

1.3 A Liga Desportiva Paraibana e as famílias no controle

O “Jornal” Esportivo

A Festa do “Cabo Branco”

A directoria do “Cabo Branco”, nua nota cujo azedume, que nos não magoou, levamos à conta de falta de habito de escrever para a imprensa, veio responder a nossa nota de domingo.

Articula que a festa de sábado não teve character politico e sim o de homenagem a um novo sócio pelo facto de “ter sido ele indicado para a alta investidura de Presidente do Estado”.

[...] Além disso, como se compreende uma festa a um homem político, por uma distinção de ordem política, sem ser política?

[...] O sr. Dr. João Suassuna, somente depois de sua escolha para Presidente do Estado e de se cogitar o baile de sábado, é que teve ingresso apressada e sumariamente naquele Clube.

E isso mesmo depois que se viu na opposição levantada contra aquella festa a alegação de que não era sequer sócio do “Cabo Branco” antes de ser escolhido candidato a presidência?

[...] Se ao menos essa candidatura viesse ao encontro da unanimidade ou generalidade dos votos do Estado, ainda se atenuaria o gesto do sympathizado alvi-celeste.

Vindo ella, porém lançar como veio, o desgosto no seio da nossa família, não se pôde receber aquelle gesto só não como um insulto, ou, no mínimo, uma desatenção às famílias dissidentes.

[...] – A festa foi política como as que as mais forem! Porque negar?

Não há mal em que adoptemos este ou aquelle alvitre, mal esta na violação do Regulamento do Clube, e eis porque, alguns sócios se retiraram, convindo frizar: -A injustiça feita a uns é uma ameaça a todos! ” KEEPER (*O Jornal*, 27/05/1924.p.8)

A passagem acima, retirada da coluna esportiva do periódico *O Jornal* é bem clara quanto à festa promovida pelo Sport Club Cabo Branco, em homenagem à candidatura ao cargo de presidente do Estado João Suassuna. Esse relato ocorrido no ano de 1924, pode ser muito representativo para se pensar em como o futebol, através de seus clubes, também construíam redes de relações políticas muito comuns à época. Mesmo preso a estatutos que proibiam confraternizações desse tipo, me parece difícil que se pudesse separar o caráter político dentro da vida social dos clubes.

De uma certa forma, a criação de uma associação esportiva buscava solidificar laços sociais que existem por afinidades que podem variar de uma identidade de classe, partidária, profissional ou até mesmo familiar. Claro que conforme o sucesso de um clube e o seu natural

aumento de torcedores, tende-se a uma maior complexidade dentro dos próprios sentidos do torcer, que incapacitam essas identidades iniciais sozinhas de explicar a popularização do clube.

Porém como vemos até hoje quando nas ruas, nos bares e nos pontos de ônibus comentamos sobre o Fluminense Football Club da cidade do Rio de Janeiro, automaticamente nos vem a ideia de um clube de “ricos”, mesmo que hoje até um morador de rua possa torcer fervorosamente por este. Da mesma forma, respeitando as devidas proporções da comparação, o Sport Club Cabo Branco se consolidou ao longo de sua trajetória no futebol paraibano como um clube social ligado às elites políticas de sua época, mesmo que outros clubes como o América F.C. e o Palmeiras S. C. tenham em suas origens elementos parecidos, suas identidades vão ser forjadas por outros “estereótipos sociais”.

O América F.C. será conhecido como o clube das moças, pela preferência do público feminino, assim como sua identidade estará ligada à juventude, por ter sido fundado em 1923. O Palmeiras S.C. terá sua ligação mais próxima de uma intelectualidade associada aos profissionais liberais e às novas demandas das urbes. A atuação de seus presidentes Anchises Gomes e João da Matta Correia Lima, levaram o clube a ter papel relevante no seio das disputas políticas da LDP, sendo este último a ter sido presidente da Liga em 1926. O Pytaгуares ainda para mim é um mistério a ser desvendado. Tendo seu nome de origem indígena potiguar, além das poucas referências mencionadas pelos jornais, tudo que posso afirmar, a partir das fontes consultadas, é que sua origem social era mais humilde em relação aos demais clubes.

De uma certa forma nesse período, vamos ter inseridos na vida esportiva dos clubes algumas das demandas latentes de novos setores da sociedade brasileira que renunciavam a decadência do modelo político conhecido como a República Velha, assim como o aumento das divergências entre as oligarquias regionais.

Nas palavras do pesquisador Hilário Franco Junior o aumento da utilização política do futebol nessa época e suas críticas por parte de setores da sociedade por esses usos, demonstravam o crescimento de importância do esporte e seu crescente potencial de mobilização:

Ademais, elas- as críticas- sintetizavam as mais importantes questões e contradições brasileiras, presentes no futebol por este ser verdadeiro microcosmo da sociedade, ao mesmo tempo espelho dinâmico das transformações em curso nos tumultuados anos 1920. (2007, p.70)

Por essas e outras que se torna quase impossível nesse momento dissociarmos o futebol e a política da nossa análise sobre a citação do começo do tópico.

Pegando o ano em questão-1924- o estado da Parahyba do Norte vivia uma cisão política dentro de seu maior e quase único partido, o Partido Republicano Conservador da Paraíba. A partir de 1915, como nos aponta em seu estudo Linda Lewin (1993) em sua obra sobre as relações familiares na política paraibana na República Velha, pode-se perceber que posteriormente à consolidação da figura do senador Eptácio Pessoa como membro chefe da organização das oligarquias do estado, surgiu uma fração em torno dos políticos mais antigos, intitulados venancistas⁵⁴, ligados a uma forma de atuação política que remete a uma manutenção das relações familiares de parentesco, tendo sua maior área de influência no litoral e formado por membros mais velhos que geralmente possuíam cargos federais, contra os políticos mais novos intitulados “jovens turcos”, geralmente representados por indivíduos advindos do interior, com um forte discurso de defesa do estado, aliado a uma tendência centralizadora de captação de recursos para a implementação de obras de infra-estrutura e maior facilidade de exportação.

Eptácio Pessoa para sanar as possíveis fraturas internas dentro do partido, propôs um rodízio no cargo de Presidente de Província do estado. Porém, à época do final do mandato de Solon de Lucena (1920-1924), um dos representantes dos “jovens turcos” indicou João Suassuna, outro representante do grupo em questão, quebrando a ordem de preferência da indicação de um venancista.

É nesse contexto, portanto, que o cronista identificado apenas como Goalkepper, relata a impossibilidade de um atenuante na festa promovida pelo Sport Club Cabo Branco, já que aquela nomeação afetou o seio da família do Partido e a festa consequentemente seria uma afronta dos “jovens turcos” contra os “venancistas” sócios do clube⁵⁵.

Levando em conta o caráter parcial do posicionamento do jornal em favor dos “venancistas”, o que é evidente inclusive em outras matérias e em editoriais, fato é que a

⁵⁴ O nome se refere ao presidente do estado da Parahyba do Norte, Venâncio Neiva, nomeado para o cargo após a proclamação da República em 1889. Permaneceu no cargo até 1891, tornando-se posteriormente senador pelo estado entre 1918 e 1930. O nome deve-se ao fato de Venâncio ter indicado Eptácio Pessoa para o início de sua carreira a um cargo na Assembleia Constituinte. Referencia-se o nome “venancistas” aos aliados mais antigos de Eptácio Pessoa (LEWIN,1993).

⁵⁵ Percebe-se também no periódico O Jornal uma tomada de partido em favor dos venancistas em relação ao acontecimento relatado. Isso se deve em função do próprio ser segundo Fátima Araújo de propriedade de Joaquim Pessoa de Albuquerque-irmão do futuro presidente de estado João Pessoa-, mas dirigido por Otacílio de Albuquerque- um dos representantes dos venancistas.

importância dos clubes como esses espaços de representação social fazia parte da construção das rivalidades políticas em uma óptica futebolística.

A rápida ascensão do América Football Club, criado pelos filhos do senador Otacílio de Albuquerque-notável venancista- em 1923, quando ganhou o campeonato da cidade em seu ano de estreia, foi motivo para rivalizar com o Cabo Branco a preferência por qual clube de elite os apreciadores do futebol iriam torcer. Não à toa a final realizada entre esses dois clubes para a disputa do campeonato ganha pelos americanos teve que ser interrompida devido à “séria confusão, troca de murros, invasão de campo e intervenção da polícia para conter os exaltados”. (MARQUES,1975, p.51).

Vale lembrar que o vice-presidente do Cabo Branco era Severino Lucena (MARQUES,1975, p.57), filho do Presidente do Estado Sólon de Lucena, partidário dos “jovens turcos”, o que de uma certa forma explica essa rivalidade exaltada entre os torcedores de ambos os clubes que viam para além do futebol, as cisões políticas que se davam nesse período comentado.

Interessante pensar que justamente a partir do mandato de João Suassuna (1924-1928) o papel do presidente de província passa a aumentar de importância na gestão esportiva com a filiação da Liga Desportiva Paraibana a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), fato que permitiu ao estado da Parahyba do Norte mandar uma representação para disputar o recém-criado Campeonato Brasileiro no ano de 1925.

É verdade que a realização das comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922, no estado da Parahyba, teve participação ativa do presidente anterior Sólon de Lucena. Entretanto, pelo que as fontes falam, devido ao período de inatividade da LDP nesse ano, a organização das festividades esportivas foi bastante prejudicada. Replicado o tema em diversas matérias na coluna “Pelo Mundo dos Desportos” da Revista *Era Nova*, teremos um maior favorecimento ao Cabo Branco tanto na participação, como na organização do evento:

Informaram-nos que o governo do Estado, correspondendo aos reclamos do executivo federal e desejando que a Parahyba figure condignamente nas festas comemorativas do Centenario, tomou resolução de convidar o nosso melhor club de foot-ball a fim de representar-nos nos jogos olympicos de setembro a realizarem se, no Rio de Janeiro[...] Só podíamos tecer francos elogios a essa iniciativa do sr. Presidente do Estado, mas, não é muito acertada a idéia da ida de um dos nossos clubs de foot-ball a metrópole brasileira e sim um <<scratch>>[...] Para não provocar justos ressentimentos no seio das nossas sociedades de foot-ball, seria muito mais acertado a organização de um <<scratch>>, no qual fossem incluídos os melhores *players* dos diversos

clubes parahybanos, satisfazendo dest`arte a todos os interessados no assumpto. (Revista *Era Nova*, 04/05/1922)

Para além das disputas que ocorriam no seio da LDP e da maior responsabilidade do governo do estado em escolher qual delegação que disputaria a competição, pude analisar posteriormente que além da Paraíba não ter mandando nenhum representante por não ter sido convidada pela CBD para a disputa do Sul-americano, a própria competição que inicialmente seria toda na antiga capital federal foi dividida em seletivas regionais (Sul, Norte e Centro⁵⁶) onde apenas os vencedores iriam para a disputa das finais.

Sem a participação do estado paraibano nas competições esportivas do Centenário no Rio de Janeiro, a solução encontrada foi a participação de um desafio futebolístico entre o Sport Club Cabo Branco contra o ABC de Natal. Nesse sentido, a reforma do estádio do Hipódromo Paraibano por Sólon e a posterior entrega ao clube alvi-rubro⁵⁷, bem como a própria predileção por este para disputar a partida principal do evento, sem a participação de nenhum outro clube nas comemorações do Centenário, já são motivos suficientes para desconfiarmos desse favorecimento político⁵⁸.

Inicialmente o que hoje é considerado o primeiro campeonato brasileiro no ano de 1922, nada mais foi do que uma seletiva de seleções das delegações estaduais filiadas à CBD que participaram de um torneio, visando a formação da seleção brasileira de futebol para a disputa do campeonato Sul-Americano de 1922. Segundo o historiador João Manuel Casquinha Malaia dos Santos, a intenção dessa competição era tentar unificar o país através do futebol⁵⁹:

A seleção brasileira, inclusive a campeã sul-americana de 1919, em torneio também disputado no Brasil, costumava contar apenas com elementos cariocas e paulistas. No entanto, o racha das oligarquias fazia com que as autoridades, tanto do governo, quanto dos esportes, pensassem em uma

⁵⁶ Zona norte: Bahia, Pernambuco e Pará; Zona Sul: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; Zona Centro: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

⁵⁷Revista *Era Nova*, 15/08/1922.

⁵⁸ Vale lembrar que as comemorações na Paraíba não se resumiram a apenas partidas de futebol. Nos cinco dias de festividades- entre os dias 2 e 7 de setembro de 1922-, a capital paraibana foi palco de uma sessão cívica no Instituto Histórico Geográfico da Paraíba, de uma missa campal no largo do convento de São Francisco, de uma parada militar, além de paradas escolares e eventos beneficentes. Para mais ver: MORAIS, Fabrício de Sousa. *As Festas da Nação- civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de João Pessoa.

⁵⁹ Vale lembrar que a própria eleição de Epitácio Pessoa em 1919 já demonstrava as fraturas na denominada política do café com leite, envolvendo principalmente os estados de São Paulo e Minas Gerais, da primeira República. Nos termos de Linda Lewin: A vitória de Epitácio na eleição de 1919 assinalou uma nova era na política nacional. Embora sua eleição tenha ocorrido sem nenhum conflito político significativo, seu governo testemunharia a importante divisão entre as elites militares e civis brasileiras que abriu as portas a Revolução de 1930. (1993, p.280)

maneira de unir o país através do futebol, particularmente através da formação de uma seleção com elementos fora do Eixo-Rio São Paulo. Pelo menos esse foi o discurso. Devido às dimensões continentais do país e ao seu precário sistema de transportes, seria impossível imaginar um torneio que congregasse as distantes regiões. No entanto, um projeto nacional de futebol urgia e a solução encontrada foi fazer um torneio de seleções estaduais, dividindo as seleções por regiões e com o campeão de cada região fazendo as finais em São Paulo e no Rio de Janeiro. (SANTOS,2011, p.13)

No ano de 1925, o campeonato brasileiro de seleções estaduais tinha mantido o mesmo molde dos anteriores, com a diferença da participação de mais representantes e a divisão agora em quatro zonas- nordeste, norte, sul e centro-. A delegação parahybana, que foi filiada à CBD no dia 02 de julho, já sendo notificada que disputaria no dia 26 do mesmo mês a partida com a seleção do estado da Bahia em Salvador, não teve o tempo de preparação adequada para a disputa.

Mesmo assim, o caráter político do acontecimento fez com que os paraibanos levassem uma taça de prata portuguesa batizada com o nome de João Suassuna, encomendada pelo presidente do estado João Suassuna para o vencedor da disputa do campeonato. Além deste presente, mesmo depois da derrota dos paraibanos por 8 a 2, os autores dos gols paraibanos foram recebidos no palácio do governo pelo presidente em questão. (MARQUES,1975, p.59).

Essa importância dada à participação no campeonato brasileiro pode ser pensada a partir dos elementos que Benedict Anderson (1993, p.21) nos demonstrou como sendo a construção de uma “comunidade política imaginada” em torno da ideia de nação brasileira, onde mesmo pessoas que nunca se conheceram se sentem como compatriotas. A anterior relevância dada às comemorações do centenário da Independência em 1922, tendo destaque a Exposição Internacional e os jogos poliesportivos sul-americanos, e o crescente aumento a partir desse momento da necessidade de se fazer parte da “raça” brasileira através de um “artefato cultural” (Anderson, op.cit.21), no caso o futebol, através das competições das seleções dos estados federativos brasileiros, legitimavam essas Ligas excludentes com seus refinados representantes *sportmans*, geralmente atuantes nas capitais, como sendo os únicos praticantes autorizados dentro da esfera representativa do esporte de seus estados.

A participação do selecionado paraibano em 1925, por exemplo, teve destaque na imprensa carioca através do jornal *O Imparcial*. Relatando as devidas homenagens que receberam desde a sua chegada na capital baiana, tentava-se estabelecer mais do que a expectativa para o acontecimento do jogo em si, uma harmonia desejada entre as federações do

país representadas pelos jogadores, todos eles descritos como elementos da “boa família paraibana”:

A chegada da delegação parahybana a Bahia

Eis o que encontramos n` “A Tarde”, de S. Salvador:

Desde hontem que a Bahia tem a honra e o prazer de hospedar a distante embaixada sportiva da Parahyba, cujos valorosos players vêm disputar com os bahianos, no próximo domingo, um dos jogos do campeonato brasileiro de football.

Nesse primeiro contacto cordial com a mocidade sadia e alegre do florescente Estado, os bahianos, certo, com a hospitalidade que lhe é tradicional, verão afirmar-se os laços da mais sincera estima, dessa união benéfica e salutar que deve existir entre todas as unidades da Federação, a bem do engrandecimento da grande Patria comum.

A missão do sport, pelo menos, é, tornando um povo conhecido pela união pessoal, estreitar e solidificar apreço recíproco, e a cordialidade mútua. (*O IMPARCIAL*, 27 e 28/07 de julho de 1925, p.8)

A importância crescente da participação da seleção paraibana nas disputas levará no ano seguinte, em 1926, o próprio presidente do Estado, João Suassuna, a financiar três contos de reis (3.000\$000) para o custeio das despesas da viagem para o jogo disputado novamente contra a seleção baiana (MARQUES, 1975, p.65).

Com o intuito de estreitar as continentais fronteiras brasileiras, o projeto futebolístico do campeonato brasileiro vai ser efetivado e consolidado como uma ferramenta política ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, tendo o seu auge no governo ditatorial de Getúlio Vargas, quando os esportes passam a ter a tutela oficial do Estado brasileiro, e a rentabilidade da competição encherá os cofres da CBD. Porém essas e outras, amigo leitor, são páginas dos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

A MEMÓRIA QUE SE QUER TER: IDENTIDADES E REGIONALIDADES NO FUTEBOL BRASILEIRO

2.1 A peleja pela memória

Como não lembrar do seu primeiro craque? Nos idos anos de 1995, tinha eu nove anos recém feitos e uma certeza que me acompanharia para o resto da vida: na mente irrequieta de uma criança afoita para afirmar a sua masculinidade tinha escolhido ser Flamengo. Naquela época, me orgulhava por poder finalmente enfrentar meus colegas de igual para igual, tanto nas conversas futebolísticas como nas peladas de rua. Poderia eu me diferenciar de alguns e ao mesmo tempo me afeiçoar a outros, em uma comunidade compartilhada pelo prazer lúdico do futebol.

Claro que não tinha muitas preocupações para além das notas baixas e dos jogos na quarta e no domingo, e muito menos sabia das responsabilidades de ser gente grande que só pensa em números e não vê com o coração, como já dizia o *Pequeno Príncipe*⁶⁰. Porém, enfrentava os pequenos percalços da vida a partir daquele momento, tendo um clube para cultivar e a certeza de que se fosse para ser adulto, a melhor opção seria a de jogador de futebol.

Ainda utilizando o baú de curiosidades da rememoração, chego a lembrar o quanto era importante a figura do *Baixinho*⁶¹, Campeão do Mundo em 1994, vestindo as cores do clube que acabara de escolher. Qual a surpresa de poder ter um verdadeiro craque de renome internacional fazendo gols e enchendo de vitórias o Maracanã vestido de vermelho e preto, com a sua inesquecível camisa onze!

Todos sabemos que a memória de um torcedor- ainda mais mirim – carrega consigo muito mais as glórias e vitórias, do que as derrotas e os vexames. Porém, a partir daquele

⁶⁰ Me refiro aqui ao livro clássico de Antoine de Saint-Exupéry([1943]2015) “O pequeno Príncipe”.

⁶¹ Romário, no ano seguinte, depois de ter sido Campeão do Mundo com o Brasil assinou contrato com o Clube de Regatas do Flamengo em 1995.

momento o hábito de correr para a seção esportiva do jornal *O Globo*, -na qual meu pai era assinante- e levar a tiracolo na mochila do colégio as novidades diárias sobre a vida esportiva da cidade, fomentaram uma prática que até hoje carrego. Para mim hoje, ler o diário esportivo é uma das maneiras de reencontrar com aquela criança que eu pretendo nunca deixar para trás.

Não pretendo com essa breve passagem explicitar ensinamentos através de uma experiência vivida, nos termos dos antigos historiadores que utilizavam os fatos do passado em uma perspectiva pedagógica de aprender com as experiências individuais. Esse breve relato tem por inspiração muito mais a tentativa de um resgate da importância da pluralidade da memória em contraponto a um direcionamento unívoco do que poderia ser a construção da identidade clubística de uma criança.

É possível exemplificar esta pequena divagação sobre os sentidos plurais da memória, tomando como exemplo a preparação feita pela imprensa esportiva atualmente para uma rodada do Campeonato Brasileiro de futebol. Dependendo da importância do jogo, os meios de comunicação vão veicular imagens e dados estatísticos do confronto que está por vir, e com isso tentar construir uma memória coletiva na maior quantidade de telespectadores, sem com isso conseguir acessar realmente a memória individual de cada um deles.

Nesse sentido, um jogo de futebol atualmente começa nas rememorações individuais do torcedor sobre o passado – suas experiências sobre as vitórias e derrotas anteriores sobre a partida que está por se repetir – com as expectativas criadas nesse novo encontro, que dá ao jogo a característica metafórica, o sentido de um eterno retorno, com um final sempre diferente. Podendo incorrer no erro da generalização das categorias de “experiência” e “expectativa”, e assumindo a existência das armadilhas metodológicas existentes ao se tratar comparativamente a percepção do tempo histórico, impossível não lembrar a utilização de Reinhart Koselleck quando este escreve:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados[...] Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. (2006, p. 309)

Tratar, portanto, o tempo do jogo como um paralelo do que seria o tempo histórico, não seria um devaneio inocente, pois eles têm em comum o entrelaçamento entre passado e futuro,

que indicam uma condição humana universal, que vai além de uma mera cronologia linear de se perceber a pluralidade das possibilidades humanas frente a uma determinada situação.

O mais interessante sobre esse fato é que essa expectativa criada pela imprensa, que é ressignificada pelos sentidos de cada torcedor não tem nenhuma influência prática no resultado do jogo em si, mas ela resgata sensações fundamentais para o prazer de se acompanhar o esporte desde sua pluralização, quando a própria imprensa volta as suas atenções a transformar o discurso jornalístico da crônica esportiva em um canal – que pode ser problematizado – mais próximo do que hoje é visto como *futebol espetáculo*.

O ato de torcer para um clube no presente entrecruza uma tríade que perpassa pela participação de uma imprensa esportiva responsável por criar um horizonte de expectativa ao que vai se suceder na partida, através da análise passada sobre o confronto entre duas equipes hipotéticas, resgatando através de quadros gráficos e porcentagens baseadas no histórico recente e passado quem tem maior chance de ganhar, porém sem poder prever realmente o que se sucederá.

Esse recurso jornalístico irá despertar nos torcedores um espaço de experiência destes sobre sua vivência individual e coletiva- no sentido de perder e ganhar coletivamente em uma comunidade que torce para um mesmo time – que os levará aos espaços da memória sobre o confronto, induzindo a criação de futuros possíveis de como será a partida, vinculando-os ainda mais ao jogo. E ao jogo de futebol em si, que seria a presentificação do ato de torcer, onde futuro e passado se encontram imbricados por uma paixão clubística individual e coletiva de pertencimento.

Pertencimento esse que só é válido a partir do nascimento de uma obrigação para com o clube de coração. Assim, é o desenvolvimento do clubismo em constante interação com o futebol espetacularizado presente na vida cotidiana do torcedor, que provocará uma corrente de interação ritual a ser renovada a cada jogo.

Muito se sabe que antes mesmo da historiografia do futebol ultrapassar as barreiras do “preconceito acadêmico”, cabia aos cronistas esportivos e memorialistas do esporte, desenvolverem as narrativas que iriam povoar a imaginação histórica dos torcedores. A associação entre determinados cronistas e os clubes pelos quais estes torciam ainda hoje são lembradas, inclusive em bandeiras de torcidas organizadas em dias de jogo. Temos como exemplo a imagem de Nelson Rodrigues associada ao Fluminense F.C, João Saldanha ao

Botafogo F.R, e até hoje na atualidade, mesmo os grandes sites de notícias esportivas abrem espaço para blogueiros⁶² escreverem crônicas sobre o seu time de coração.

Interessante pensar que se colocarmos em um plano simbólico as lutas de poder para a preservação das memórias clubistas, salta aos olhos a grande hegemonia construída pelos clubes localizados majoritariamente na região centro-sul do país. Independente de cairmos na discussão muitas vezes cheias de teorias conspiratórias sobre o fato, o importante é perceber que essas memórias em si, também se caracterizariam dentro de um espaço de luta, nos termos do historiador Jacques Le Goff:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (1990, p.477)

Adaptando a citação para a memória coletiva esportiva também como um instrumento e um objeto de poder, tem-se o reflexo de como os embates entre a construção de memórias de clubes localizados na região centro-sul associadas a um projeto nacional se sobrepõem as mais variadas memórias regionais. A ausência da realização de um campeonato nacional que pudesse abarcar entidades clubísticas de todas as regiões do território brasileiro⁶³, associado ao aumento da espetacularização por parte da imprensa dos torneios estaduais da região sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, acabavam por estabelecer um patamar comparativo quase sempre inalcançável aos clubes de outros estados do país, o que gerava uma situação de aparente inferioridade em relação aos clubes cariocas e paulistas.

A construção de uma identidade brasileira a partir do futebol nesse sentido, acaba por ser operada através da mediação dos meios jornalísticos, que selecionam e escolhem os fatos que segundo ela seriam mais importantes, em detrimento de acontecimentos esportivos que

⁶² No site <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/>> por exemplo, é disponibilizado ao torcedor no acesso a página do seu time o “blog do torcedor”, onde um jornalista comenta especificamente sobre as atividades do clube. Acesso em 05/02/2017.

⁶³ Nesse sentido, o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais que vigorou oficialmente como único torneio nacional até 1956, não pode ser levado em conta já que participavam jogadores de vários clubes de seus estados. Apenas em 1959 com a realização da Taça Brasil de Futebol foi realizada uma competição com os clubes campeões estaduais visando substituir o torneio anterior. O Campeonato Brasileiro que temos atualmente, tem suas origens apenas no ano de 1971. Para mais ver: SARMENTO, Carlos Eduardo. A regra do jogo: uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro. CPDOC, 2006, p.107.

poderiam ser esquecidos, sempre operando em uma lógica verticalizada e partindo de um local de poder específico.

Se pararmos para refletir sobre a imprensa esportiva da década de 1940 e a própria inter-relação entre cronistas esportivos e intelectuais imbuídos em promover através do futebol uma visão hegemônica da representação nacional através desse esporte, deve-se levar em consideração também o ocultamento das diversas características regionais próprias de um país continental como o Brasil, associado à construção de um estilo de jogar futebol único que ajudava a silenciar outras percepções e memórias sobre o esporte mais afastada dos espaços de poder.

Paradoxalmente, o estilo nacional de jogar o futebol é muitas vezes referenciado como a mistura de traços regionais presentes em várias partes do Brasil. Pegando o prefácio escrito por Gilberto Freyre na primeira edição do livro de Mário Filho “O Negro no Futebol Brasileiro”, quando o autor compara o futebol de Domingos da Guia a literatura de Machado de Assis, vamos ter:

Mas vá alguém estudar o fundo de Domingos ou a literatura de Machado que encontrará, decerto, nas raízes de cada um, dando-lhes autenticidade brasileira, um pouco de samba, um pouco de molecagem baiana e até um pouco de capoeiragem pernambucana ou malandragem carioca. (In: "Prefácio da 1ª edição" de O negro no futebol brasileiro, Rodrigues Filho, 1964[1947]).

Porém, se formos pensar no âmbito da representação que os clubes de futebol passam a ter no cenário nacional como modelos exemplificadores desse estilo de jogo nacional à época, as referências acabam por recair em histórias e personagens que privilegiassem os clubes do eixo Rio-São Paulo. A própria formação da seleção nacional ao longo desse período sempre acabava por recair entre escalar jogadores desses dois estados. No Campeonato Sul-americano de 1953, por exemplo, o cronista e escritor José Lins do Rego nos apresenta alguns aspectos dessa rivalidade:

Zezé Moreira, que dirigira a seleção brasileira no Pan-Americano realizado no ano anterior, decidira afastar-se do cargo de técnico, cansado das críticas perversas da imprensa. Mas convenceu a CBD a colocar em seu lugar o irmão Aymoré que tinha sido o técnico do São Paulo, campeão do torneio brasileiro entre seleções estaduais de 1952. Tudo parecia correr bem, até que a equipe se dividiu entre cariocas e paulistas. Era a antiga rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo colocando em risco o sucesso da seleção brasileira. A imprensa de São Paulo defendia a escalação de jogadores paulistas e os apoiava na disputa contra os cariocas (ANTUNES, 2004, p. 101-102).

Na crônica retirada da obra da pesquisadora Fatima Antunes⁶⁴ (2004), nota-se que a escolha de jogadores para a disputa do torneio em questão, passava pelo filtro da imprensa esportiva carioca e paulista, que por serem as porta-vozes do futebol em seus respectivos estados, acabavam por legitimar a ideia de que os melhores jogadores brasileiros estariam apenas dentro de uma órbita restritiva, se formos pensar a quantidade de jogadores profissionais em todo o território nacional. Nota-se ainda a referência ao campeonato brasileiro entre seleções estaduais de 1952 que de uma certa forma respaldaria a escolha por mais paulistas na seleção brasileira.

Esse campeonato, entre 1938 e 1952 teve entre seus campeões apenas as seleções de São Paulo ou do Rio de Janeiro⁶⁵, fato esse que não necessariamente serve de uma comprovação prática da superioridade desses estados, já que as sedes da disputa da fase final do certame se restringiam sempre as suas capitais, dificultando assim as outras seleções estaduais que jogavam sem o apoio da torcida e tinham que constantemente se deslocar de suas regiões para as disputas.

Porém a própria visibilidade desses estados no cenário esportivo, ajudava a reiterar a hipótese de que os clubes paulistas e cariocas nesse período, poderiam ser “legitimamente” referendados como instituições nacionais. Um dos pesquisadores que escreveu sobre isso em sua dissertação intitulada “O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego” foi Bernardo Buarque Borges de Holanda (2003), que analisou a importância de nomes como José Lins do Rego e Mário Filho na construção ideológica da imagem dos clubes da antiga capital federal, em verdadeiras instituições nacionais que pudessem representar o novo modelo de futebol profissionalizado em acordo com um novo projeto nacional que se estabelecia com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945):

Somado ao empreendimento renovador que se havia verificado no plano da linguagem e nas técnicas de reportagem, com a dinamização das matérias e o abasileiramento de inúmeras expressões esportivas, Mário Filho tinha como meta também estimular a popularização e a nacionalização dos clubes brasileiros mais tradicionais, sediados na capital da República, que até o advento do profissionalismo em 1933 caracterizavam-se em sua maioria por uma postura aristocrática, seletiva e refinada, circunscrevendo-se em grande parte aos limites internos de suas fronteiras sócio-espaciais. Decorrencia da larga expansão que vinha sendo operada no futebol desde o início do século, o abasileiramento clubístico constituía, por conseguinte, mais uma etapa a ser cumprida na evolução dos esportes e, notadamente, do futebol do país,

⁶⁴ ANTUNES, Fátima Martins Rodrigues Ferreira. “Com Brasileiro não há quem possa!” Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo.: Unesp, 2004.

⁶⁵ Para ver mais: <http://www.campeoesdofutebol.com.br/camp_bras_selecoes.html>. Acesso em 05/02/2017.

devendo ser iniciada, como era de se supor, por um clube do então Distrito Federal. Ao Estado-nação, que reconfigurava suas bases na década de 1930 com o processo de industrialização e urbanização do país, haveria de corresponder também um Clube-nação, representante fidedigno e unificador dos torcedores dispersos por todo o país. (HOLLANDA, 2003, P.126-127)

A ideia de promover o fim das disputas regionais através da personificação de um grande clube que representasse o caráter nacional-popular-urbano das novas tradições inventadas por esses intelectuais para legitimar, tanto o futebol espetacularizado quanto a homogeneidade do processo de profissionalização, também podem ser vistas como mais uma peça do quebra-cabeça da supressão de determinadas memórias clubísticas que não estivessem em acordo com a memória nacional oficial.

Não pretendo com essa afirmação reduzir o debate apenas sob o viés discursivo ideológico que esses cronistas esportivos tinham a respeito do Brasil e do brasileiro, mas sim entender que esses discursos tinham em seu ideal perpetuar um conjunto de imagens que pudesse dar conta de uma sociedade heterogênea, ampla e dispersa pelos mais variados rincões do país. O futebol, nesse sentido, através da crônica esportiva se tornava um meio mais acessível para a disseminação da ideologia nacional que se queria representar, mesmo que para isso outras memórias regionais tivessem que ser suprimidas do hall das lembranças esportivas.

Isso não quer dizer que esse fenômeno não possa ser pensado a partir de uma ótica regional, abrangendo não o conjunto da nacionalidade, mas criando fragmentos que ajudem a compor as várias facetas do futebol brasileiro. Nesse sentido, a existência dos guardiões da memória de clubes fora do eixo Rio- São Paulo, a utilização de periódicos que mesmo vivendo sob o regime da censura estadonovista apresentassem outras versões sobre os fatos do mundo do futebol à época, assim como a reapropriação por parte dos torcedores em utilizar a sua identidade clubista como um espaço de resistência regional frente aos ditos “grandes clubes do centro”, são características da existência de realidades diversas que acabam por colocar as peijas pela memória no centro da formação das múltiplas narrativas sobre a formação das identidades brasileiras.

2.2 “O negro no futebol brasileiro” e a “História do futebol paraibano: 2 versões em perspectiva

O torcedor do Pará sabia, quem é que não sabia? Que um pedido de Leônidas ao Getúlio era uma ordem. Leônidas não fez o pedido a Getúlio, antes de pensar nos outros ia pensar nele mesmo, tratar de sua vida. Aquela loucura nacional por ele talvez fosse embora, não voltasse mais. (FILHO, 2003, p.220)

No livro “O Negro no Futebol Brasileiro”, publicado no ano de 1947, Mário Filho retrata a trajetória de vários jogadores de classes sociais marginalizadas, articulando-os a sua ascensão aos domínios do jogo. Em uma tentativa de interpretar a história do futebol brasileiro, associando-a narrativamente à fundação da nação, o autor atribuía ao ídolo esportivo o papel de personificar a união dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Com o intuito de construir uma memória nacional, o livro a partir da:

ideia de que o futebol foi campo de um relaxamento das tensões sociais, faz com que os acontecimentos esportivos ocupem o lugar dessas lembranças comuns, possibilitando a construção de um sentimento generalizado de pertencimento à comunidade nacional. (SILVA, 2006, p.197)

Isso não quer dizer que a obra omita os conflitos da trajetória desses jogadores até a sua ascensão. Mostrando as disposições do processo de negociação, dentro da lógica social heterogênea das grandes cidades, ela trazia à cena uma nova memória nacional.

Lançando mão das interpretações de Michael Pollak sobre essas diversas rearticulações das memórias nacionais, lembramos que: “Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.” (1989, p.11).

Podemos entender que à época que o livro foi lançado, o futebol já era considerado um esporte legitimamente nacional. O escrete da seleção e sua atuação na Copa do Mundo de 1938, juntamente com as ações propagandísticas do Estado Novo, já haviam moldado as bases para o jogo “mestiço”, como um suposto exemplo da nossa democracia racial. Preparando-se para a

copa do Mundo de 1950, a ser realizada no Brasil, restava um documento memorialístico que demarcasse as “fronteiras internas da nação” (MIRANDA,1998). Ou seja, restava a exposição da forma como esses jogos de significados que o futebol teve, afetaram a reorganização de sentidos onde, esse esporte passa de uma atividade descompromissada das jovens elites urbanas, guardando para si valores europeus de distinção conservando um discurso restrito; para um posterior discurso hegemônico -após constantes transformações no campo esportivo- que resultaram na inserção do fator racial “por meio do qual se realizou a inclusão desses grupos na representação da comunidade nacional, mas ao mesmo tempo, se buscou sua manipulação política.”(SILVA, 2006, p.200).

Inclusão essa que é paradoxal desde o seu início. Partindo de um plano festivo de reconhecimento que é inerente ao jogo, o jogador se vê às voltas com um processo de celebração que o leva para os diários esportivos. Diários esses que passam a tomar uma nova forma de abordagem e interpretação do jogo, relacionada à satisfação das mudanças do perfil social do futebol, que há muito tempo já demandavam uma forma mais aberta ao diálogo e ao contato com a diferença.

Esses periódicos afluíram justamente para o foco na subjetividade dos personagens esportivos- tanto jogadores como torcedores-, explorando as suas opiniões, sentimentos e visões sobre os acontecimentos. Tendo Mário Filho como um importante personagem dessas mudanças no discurso do jornalismo esportivo, o jornal *O Globo* a partir do ano de 1931 provocava “um deslocamento no já frágil equilíbrio das forças que, por meio da imprensa, sustentavam a hegemonia das elites sobre os significados e valores do futebol. ” (SILVA,2006, p.109).

Tomando para si o papel de mediadores culturais, os redatores e repórteres que compunham o *staff* da página 8 do jornal *O Globo*, reproduziam suas próprias subjetividades acerca da óptica heterogênea e conflitiva, que o mundo do futebol possuía. Nesse contexto, a grande valorização dos *cracks*, fazia parte de um projeto muito maior, que tinha por objetivo, a ruptura de um modelo antes definido pelas posturas amadoras, que se faziam representar pelos jornais, voltados ao público essencialmente de elite, que reagiam à heterogeneidade constituída pela popularização do futebol, com um tratamento essencialmente excludente.

Marcelino Rodrigues da Silva nos mostra que embora tenha sido tomada uma linguagem mais popular:

a diferença surgida no mundo esportivo com a popularização do futebol, não era levada ao jornal em estado bruto, mas sim traduzida e, portanto, traída, pelo discurso jornalístico, que poderia acabar por capturá-la e domesticá-la através de novos estereótipos. (2006, p.147).

Devemos entender com isso, portanto, que a “democracia racial” que o Brasil realiza a uma óptica futebolística, pode ser entendida como algo que é e não é, contendo nesse paradoxo o xis da questão. É que através do jogo, esses indivíduos sem perspectivas de se fazerem representados previamente por sua condição, são emancipados e reconhecidos como cidadãos brasileiros. Ao mesmo tempo em que essa realização se dá em um plano virtual, já que se resume a uma redenção do ex-escravo, estritamente relacionada ao jogo e suas delimitações dentro das quatro linhas, onde este se dá: “Nele (futebol), mulatos criam uma linguagem lúdica na qual se costuram os fios mal amarrados da escravidão mal abolida e sem projeto, e que se convertem numa afirmação esplendida de potência, que é “promessa” de felicidade” (WISNIK,2008, p.240).

Essas interações entre os variados personagens da cena futebolística apresentavam mesmo que de forma mediada pelos jornais, uma circularidade de ideias e opiniões no sentido de abrir dialogicamente o discurso dos setores sociais para as demandas em voga, com a inserção do profissionalismo que já era uma realidade para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Porém cabe se pensar a profissionalização em uma perspectiva do território brasileiro como um todo. Vale lembrar que a universalização da realidade explicitada para os estados do sudeste não pode ser validada como um todo do processo. O regime do Estado Novo, através dos intelectuais que começaram a participar ativamente de cargos políticos na gestão esportiva a partir desse momento, também compartilhavam da mesma opinião e além disso, detinham para si o poder de um regime ditatorial que fazia valer as suas leis por decretos:

No Estado Novo, o intelectual responde à chamada do regime, que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional[...]O trabalho do intelectual- agora engajado nos domínios do Estado- deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político. (VELLOSO,2013, p.153).

No período histórico em que a primeira edição do livro de Mário Filho (2006) foi lançada, a presidência do Conselho Nacional de Desportos (CND) era presidida pelo intelectual

João Lyra Filho. Representante nos anos anteriores da Liga Desportiva Paraibana entre 1938 e 1940, na extinta Federação Brasileira de Futebol – com sede na antiga capital federal-, que foi anexada à Confederação Brasileira de Desportos, posteriormente ao decreto lei já comentado que regulamentou os esportes no país, o paraibano era sempre visto pelos jornais de seu estado natal como uma das “inteligências primorosas” do Brasil (Jornal *Liberdade*, 20/06/1940).

Porém ao olhar mais a fundo sua representação nos periódicos mencionados nota-se um desacordo aparente com relação a sua atuação política, principalmente no que tange à excessiva centralização que previa o decreto na gestão esportiva nacional, assim como a profissionalização dos esportes, e em especial a dos jogadores de futebol. E para explicarmos o fato precisaremos destrinchar os silêncios, muito mais do que as próprias vozes presentes na “memória que se quer ter” na organização do futebol na Paraíba, especificamente em sua capital João Pessoa⁶⁶.

Digo silêncios porque um pesquisador que esteja com a intenção de estudar o futebol paraibano fatalmente se deparará, em um primeiro momento, com apenas uma obra sobre o jogo de bola: “A História do Futebol Paraibano: 1908-1968”, publicada por Walfredo Marques no ano de 1975. Carregada de vasta documentação sobre os acontecimentos esportivos do estado, o livro tem em sua característica prover ao leitor uma narrativa linear e cronológica nos termos de um documento memorialista. Desde a gênese do futebol no estado, o autor faz questão de dar veracidade ao que escreve em uma linha da oficialidade dos acontecimentos esportivos:

Em 23 de fevereiro de 1908, o Club de Foot Ball Paraiba realizou seu segundo match treino. Eram precisamente 16 horas, com a presença do então presidente do Estado, Monsenhor Walfrêdo Leal; do senador Álvaro Machado e muitas pessoas gradas[...] (MARQUES, 1975, p.14)

Partindo de uma análise mais detalhada se observa ao longo da obra, o futebol sendo construído justamente pelas pessoas gradas. A importância dada pelos grupos políticos e as classes mais abastadas no desenvolvimento do esporte omitia a presença popular e as reapropriações do fenômeno esportivo nos diversos setores sociais. Importante ressaltar que o autor inclusive chegou a ser presidente da Federação Paraibana de Futebol de 1961 a 1962,

⁶⁶ Vale lembrar que após o ano de 1930, o nome da capital do estado paraibano passa a ser João Pessoa.

assim como assumiu vários cargos na gestão esportiva do futebol paraibano nas décadas de 1940 e 1950.

Mas antes da condenação a Marques, porque não uma reflexão? Hoje, no corrente ano de 2017, se torna fácil para qualquer historiador perceber as falhas e problemas que a obra mencionada possui. Fruto do seu lugar social e do seu tempo vivido o autor fala sem saber exatamente o sentido dos eventos que narra, já que só o processo histórico dos acontecimentos delimitará mais à frente a importância do que foi escrito. Nos termos do historiador José Carlos Reis, pode-se concluir que:

Os acontecimentos históricos exigem a sucessão, precisam de tempo, para revelar o seu sentido[...] Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um “mirante temporal”, um ponto de vista, em um presente- vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos. (REIS,2006, p.9)

Por isso mesmo recorrer a ela é dialogar com Marques e problematizar, para além da crítica positivista, sobre o porquê de sua narrativa descritiva carregar um tom extremamente racional, eximida de paixões clubísticas onde as crises políticas ao longo do período descrito aparecem como que por mágicas realizadas por um vil personagem oculto nas entrelinhas de seu livro. E talvez seja mesmo nessas entrelinhas que hoje o pesquisador do presente possa vislumbrar a escuridão do passado revelado quarenta anos depois da publicação da obra. Tomemos como exemplo os relatos que se sucederam logo após a oficialização dos esportes no Brasil, no futebol paraibano:

EM CRISE O FUTEBOL PARAIBANO

Desde a oficialização dos esportes, em face do Decreto lei federal, n.3.199 de 14 de abril de 1941, que as cousas não andavam bem para as antigas Ligas, extintas pelo citado Decreto, assinado pelo então Presidente-Ditador, Dr. Getúlio Vargas[...] Partindo de 14 de abril, acima mencionado, a nossa antiga LDP passou a ser Federação Desportiva Paraibana, ou simplesmente FDP[...]Diante de várias renúncias assumiu à Presidente da Federação Desportiva Paraibana o conhecido desportista Venelype Joaquim de Almeida, o qual reuniu a entidade no dia 6 de outubro de 1941. (MARQUES,1975, p.138)

Interessante perceber que a única alusão que pode ser considerada em um tom mais crítico seria ao termo “Presidente-Ditador”. Fora isso, há uma explicação sobre a alteração na

nomenclatura da organização do futebol na Paraíba seguida das renúncias coletivas que não possuem maiores detalhes, para em seguida a citação do nome de Venelyppe Joaquim de Almeida no cargo da nova entidade.

Porém pela insistência que caracteriza a profissão do historiador, é possível encontrar relatos na crônica esportiva local, algumas divergências mais enfáticas ao advento do profissionalismo na região. O jornal *Liberdade*⁶⁷, talvez tenha sido um dos canais mais importantes para a abertura em suas páginas dos relatos esportivos, especialmente da capital paraibana, chegando no ano de 1940 a rodar uma edição esportiva semanal. Nesse periódico podemos perceber algumas críticas mais contundentes por meio de seus cronistas esportivos, que muitas vezes – possivelmente pelo medo de represálias políticas, fruto da Ditadura em vigor à época – assinavam com outros nomes e até com iniciais falsas:

Área de penalidade

O projeto de Regulamentação dos esportes nacionais já foi publicado na íntegra.

Desaparecendo por completo os interesses pessoais e a paixão clubista, teremos mais facilmente em mãos o remédio necessário para curar os males que ora minam o organismo esportivo do Brasil[...] Nós absolutamente não somos contrários a Regulamentação, contudo por uma questão de princípios, tudo faríamos se fosse possível em defesa da valorização dos esportes, sem a menor influência da doutrina profissionalista. Essa nossa atitude poderá parecer há muitos como uma exigência doentia diante da evolução dos tempos[...] Estamos vendo que urge o mais depressa possível a necessidade do amparo e direção mesma dos esportes por parte do Governo, porém, o que concorreu para o descrédito esportivo do nosso País nesses últimos meses, foi a crise de ação dos nossos homens[...] Admitimos mesmo que a tolerância exercida pelas autoridades esportivas fosse no sentido de evitar a deblache mas, essa atitude não foi bem compreendida e os esportes nacionais foram atingidos rudemente pela crítica brasileira. **Nesse caso melhor teria sido a aplicação da intolerância.** (Jornal *Liberdade*- Edição Esportiva-: 20 de maio de 1940, p.1.) (Grifo meu)

A assinatura do cronista se resume a E.B., com a clara intenção de manter o anonimato, possivelmente devido ao teor crítico das afirmações em sua crônica. Um dos pontos mais inflexíveis pode ser observado na demanda por parte do cronista “do uso da intolerância” por parte do Estado brasileiro, que podem ser interpretados pela utilização do recurso ao

⁶⁷ O jornal “*Liberdade*” começou a circular no ano de 1930, com uma clara tendência a favor do novo regime pós golpe, tendo seus proprietários Anchises Gomes e Alves de Mello atuação ativa na realização do novo governo na Paraíba. Vale lembrar que Anchises Gomes, foi goleiro do Palmeiras de João Pessoa em 1919, tendo sido o campeão do primeiro torneio realizado pela Liga Desportiva Paraibana.

autoritarismo político em vigor para barrar o profissionalismo, visto inclusive como uma doutrina que deslegitimaria a prática esportista.

Mas a observação mais intrigante pousa na necessidade, dita no periódico, de se curar os males através do fim da paixão clubista e dos interesses pessoais na organização esportiva. A contradição aparente que se apresenta para o caso do futebol de uma possível imparcialidade na gestão esportiva, recai inevitavelmente na resignificação de uma ideologia amadora no modo de se perceber o esporte, que inclusive de certa forma é respaldada pelo decreto lei 3.199/41:

Art.3 – Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;⁶⁸

A inserção principal do elemento educador que os desportos possuem, vai ser usado constantemente pelas elites paraibanas para criticar o profissionalismo espetacularizado que de uma certa forma estava relacionada à crescente monetarização dos esportes e à consequente perda de influência política em seu próprio território, já que a migração de jogadores de clubes para outros estados, bem como a entrada de outras forças políticas no seio da Federação Desportiva Paraibana construíam um cenário onde o aumento do aporte financeiro nas relações políticas não só ganhavam campeonatos como também aumentavam as disputas clubísticas.

Vale a pena comentar que embora as opiniões no jornal não estivessem respaldadas por um autor específico, o periódico *A Liberdade* logo em sua primeira edição esportiva apresentava no seu “corpo redacional⁶⁹” praticamente todos os nomes dos principais gestores ocupantes de cargos importantes na Liga Desportiva Paraibana (LDP), e que posteriormente a oficialização dos esportes, vão renunciar coletivamente mais de quatro vezes ao longo do período entre 1941 a 1947, época em que a LDP se transformará em Federação Desportiva Paraibana, seguindo a obrigatoriedade do decreto lei 3.199/41.

⁶⁸ BRASIL. Decreto Lei n.3.199 de abril de 1941.

⁶⁹ Dos nove nomes que figuravam no corpo redacional do jornal em questão, seis já tinham assumido cargos de presidência da antiga Liga Desportiva Paraibana. Eram esses: Anchises Gomes, Orris Barbosa, João Santa Cruz, Carlos neves da Franca, Elias Bernardes e Luiz Espinelli.

Nesse sentido, é possível perceber a utilização dos jornais paraibanos sempre sob um viés unilateral, ora externando pontos em desacordo sobre a política esportiva nacional, ora exaltando os valores dos próprios gestores paraibanos sobre o esporte local que muitas vezes acabavam sendo proprietários dos jornais e de clubes de futebol ao mesmo tempo, como é o caso de Walfredo Marques, que ao longo de sua trajetória chegou a ser desde jornalista até presidente de clube na Paraíba.

Talvez aí esteja uma das respostas a uma ausência de um discurso jornalístico mais próximo da realidade do jogo e de seus reais atores do espetáculo. Muito difícil é localizar reportagens sobre os jogadores paraibano – até mesmo os de maior importância – que utilizam o recurso fotográfico em uma atuação de pluralização das vozes, como foi o caso de Mário Filho e de seus redatores na já citada página 8 do jornal *O Globo*.

Partindo da premissa de que podemos considerar a obra de Walfredo Marques sistematicamente diferente da produção de Mário Filho e que esses reflexos se apresentavam inclusive na produção jornalística representada por cada um, em lugares diferentes do país, deve-se perceber que há um embate político corporificado na linguagem que cada um apresenta.

Devemos entender, portanto, que os gêneros jornalísticos podem ser considerados relativamente estáveis, dependendo do lugar que falam, carregando em si características variáveis de acordo com a prática social, em uma base relativamente sólida dada pela sociedade que se quer representar. Nesse sentido, o texto jornalístico carrega consigo um comprometimento embutido entre o escritor que transforma sua fala através de um gênero específico e um leitor que dialoga com o texto concordando ou não com o que está escrito.

Segundo o pesquisador Nilson Lage a escrita jornalística varia entre palavras e expressões que permeiam entre o registro coloquial e uma norma formal:

Do ponto de vista da eficiência da comunicação, o registro coloquial seria sempre preferível. É mais acessível para as pessoas de pouca escolaridade e, mesmo para as que estudaram ou lidam constantemente com a linguagem formal, permite mais rápida fruição e maior expressividade. No entanto, o registro formal é uma imposição de ordem política, esteja ou não em lei. A pressão social valoriza seu emprego e qualifica de erro todo desvio. (LAGE, 2006, p. 49).

Percebendo que toda palavra enunciada por alguém carrega consigo valores ideológicos advindos de um horizonte social específico, a adoção de uma postura formal utilizada pelos cronistas paraibanos, assim como na obra “A História do Futebol Paraibano”, tende a legitimar

através de uma ordem unívoca do discurso suas posturas políticas de não aceitação a um leque de mudanças político sociais em curso no futebol ao longo da década de 1940.

Uma das características dessa não aceitação das mudanças em curso geralmente são dadas na perspectiva de um saudosismo com relação ao passado articulado a ideia dos “velhos bons tempos”, romantizados muitas vezes através da utilização de uma memória seletiva que denotasse ainda os privilégios da antiga prática amadora dos *sportmens* do início do século XX. Transposta para o jornal, essa prática acabava por demonstrar o quão problemático era para uma parte dos dirigentes e cronistas esportivos paraibanos aceitar a inserção de um Leônidas da Silva como jogador da seleção brasileira:

INTOXICAÇÃO FUTEBOLÍSTICA

Com o profissionalismo, o futebol no Brasil, especialmente no Distrito Federal, tornou-se comércio e, daí uma série de enormes complicações e distúrbios.

A disciplina, por exemplo, que é a base principal de qualquer organização, foi, pelo referido sistema do futebol remunerado- totalmente destruída.

O entusiasmo, o moral e o sentimento de patriotismo, ficaram a margem, e veio então a plutocracia, dando a cada crack uma outra orientação e uma outra maneira de pensar.

Ainda temos na retina o encontro Brasileiros x Uruguaios. Desse encontro surgiu um caso bastante expressivo. Enquanto Varela chorava emocionado diante de sua bandeira, Leonidas, o diamante negro, lamentava a perda dos 500\$000. São casos positivos e que constituem provas exuberantes.

Seria necessário, antes de tudo, que fossem afastados os atuais dirigentes como disse o dr. Mário Polo, no vespertino “O Globo”, e, viessem homens da fibra de Arnaldo Guinle, Leopoldo del Valle, Sérgio Darci, Alaor Prata, Carlito Rocha e outros da mesma tempera desses denodados e ilustres sportmen.

A oficialização trará benefícios? Moralizará por completo nosso futebol? Dolorosa interrogação! Creio que, só melhorará com outros elementos, que não tenham pretensões, interesses e vaidades. Se não for assim, deixará de ser um esporte para ser um veneno social. (*Liberdade*-Edição Esportiva, - 27/05/1940, p.2)

A partir do relato anônimo descrito acima, é possível apontar três críticas “chaves” para a dita “intoxicação futebolística” em curso a partir do advento do profissionalismo. A primeira delas, apontada pelo cronista do *A Liberdade* se refere ao aumento da comercialização no futebol, que acabou por permitir a dissolução de um modelo anterior visto pelo autor, como uma referência disciplinar que anteriormente era mantida pelos *sportmens*, muito por estes serem educados e pertencerem a uma classe social abastada, em clara contraposição aos jogadores vindos de lugares sociais de baixa renda que passaram a figurar nos ditos grandes clubes do antigo Distrito Federal.

A segunda crítica, relacionada à primeira, seria a ausência de um sentimento patriótico exemplificado pelo caso do jogador Leônidas da Silva, que ao vestir a camisa da seleção brasileira, supostamente estava preocupado apenas com o dinheiro que receberia caso o Brasil vencesse a partida. Interessante refletir sobre o pensamento do cronista anônimo, que alega nas entrelinhas a ausência do sentimento nacional em jogadores de classes sociais mais pauperizadas, que seriam impossibilitados de jogar por “amor à pátria”. Talvez aí seja possível estabelecer uma reflexão inclusive de como esses jogadores exemplificados pela figura de Leônidas, segundo muitos cronistas partidários do amadorismo, não teriam ainda a cidadania suficiente para serem verdadeiros representantes da nação brasileira nos campos de futebol pelo mundo.

Já a terceira crítica seria mais no sentido latente de um saudosismo por “homens de fibra” que poderiam defender, como no passado, a causa dos amadores contrários às mudanças em curso pela CBD. Nota-se a partir da elucidação de alguns desses antigos dirigentes do futebol brasileiro até mesmo um certo paradoxo com relação a sua real defesa dos valores amadores no futebol.

Temos como exemplo dois casos que parecem contraditórios em termos da postura desses dirigentes, elencados pelo cronista anônimo, como uma real tentativa de frear o desenvolvimento do profissionalismo. No ano de 1933 ocorreu a dissidência no futebol do Rio de Janeiro onde os clubes partidários do profissionalismo fundaram a Liga Carioca de Futebol-LCF-, se desfiliando de sua antiga liga, a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos-AMEA-. Dentre os clubes fundadores da LCF, o Fluminense figurava como um dos representantes de peso, assim como seu antigo presidente Arnaldo Guinle, defendia o profissionalismo, visto a ausência de uma outra alternativa viável.

Outro caso se refere ao dirigente Carlito Rocha, também citado na crônica relatada. Nesse mesmo período da cisão do futebol carioca, Carlito Rocha, então presidente do Botafogo, optou por permanecer na AMEA, por ser de fato um fervoroso defensor do amadorismo. Porém, como nos conta Carlos Eduardo Sarmiento em sua dissertação, quando este foi incumbido pela CBD de ser o responsável para montar o selecionado nacional para a disputa da Copa do Mundo de 1934, o dirigente botafoguense optou por autorizar o pagamento de 30 contos de réis para cada jogador profissional convocado, com ajudas de custo de mais de um conto de réis (SARMIENTO,2006, p.58), provando mesmo a contragosto a dependência para com os jogadores profissionais.

Nota-se, portanto, que embora seja passível de paradoxos, a retórica jornalística em face das possíveis mudanças em curso no futebol nacional- lembremos que a matéria é de 1940- visava já aquele momento explicitar a opinião dos cronistas esportivos paraibanos – muitos deles dirigentes – face a uma possível entrada do profissionalismo formal na Paraíba. Isso não quer dizer que já a esse momento não existissem evidências de um amadorismo marrom nos campeonatos organizados pela antiga LDP, porém o medo da obrigatoriedade do advento do profissionalismo através de uma legislação oficial, fazia com que as manchetes de jornal fossem todas no sentido de criticar as possíveis mudanças dando um tom negativo através de exemplos de outros estados e até mesmo nacionais, de como a intoxicação do profissionalismo viria para prejudicar o futebol local.

Mais tarde vamos perceber que nada poderia parar o incursão do profissionalismo, porém a imprensa paraibana, assim como o livro de Walfredo Marques, vão ser fundamentais para silenciar as relações de trabalho entre os jogadores e seus clubes, deixando assim um vazio importante na compreensão dos reais salários que estes recebiam, quais eram as vantagens de ser um jogador de futebol no estado da Paraíba e etc.

Nesse sentido, pode-se concluir que questões como a profissionalização dos jogadores de futebol que representaria uma necessidade de pluralização das vozes sociais, a entrada de times não ligados a um passado comum das primeiras elites do futebol paraibano, além da questão política de interferência do poder Estatal na gestão esportiva em curso a partir do Decreto Lei de 1941, são tratados no jornal para dar uma peculiaridade monológica do discurso, em uma atitude que poderia variar de uma negação formal a um silêncio sepulcral.

2.3 O Estado Novo, o Nordeste e a construção do país do futebol

A excelente receptividade da imagem da seleção pela sociedade brasileira contribuiu para que o projeto do Estado Novo, a ditadura instaurada pelo próprio presidente Vargas com o golpe de 10 de novembro de 1937, para a área desportiva passasse a ser efetivamente implementado(...). Havia sido consolidado o vínculo simbólico entre o conceito de nação e o desempenho da seleção nacional de futebol. (...) Os principais ideólogos do regime do Estado Novo percebiam a importância de se amplificar a repercussão desse discurso e, para garantir que o esporte pudesse ser palco de expressões do espírito nacional, consideravam necessário que o Estado tivesse condições de dirigi-lo. Assim como acontecera com agências e instituições-modelo constituídas no regime varguista, a gestão estatal do esporte implantaria um modelo centralizado, hierarquizado e oficial, que dirigiria as ações desportivas em consonância com os interesses do Estado. (SARMIENTO, 2003, p.67)

A citação apresentada para facilitar a contextualização no qual a política brasileira passava, deve ser refletida com muito cuidado para evitar com que o historiador desatento caia nas armadilhas da falsa compreensão de uma suposta facilidade no controle do campo esportivo por parte do estado brasileiro. Vale lembrar que a instauração de uma ditadura no país, por si só não seria o suficiente para explicarmos as diversas inter-relações de poderes e interesses que dialogavam entre si na concretização de um projeto político específico para os esportes.

Para destrinchar o nó das várias correntes que se digladiavam até o que será chamado posteriormente de “pacificação dos esportes”, deve-se voltar um pouco a meados da década de 1930, quando as disputas que superficialmente aparentavam ser apenas envoltas no véu da corrente dos clubes partidários do profissionalismo ou do amadorismo, passaram a ser caracterizadas mais objetivamente na tentativa real de um grupo político se sobrepor a outro no que tange o controle do campo esportivo nacional.

Voltando ao exemplo dado no tópico anterior, quando da dissidência dos clubes partidários do profissionalismo do futebol no Rio de Janeiro e a criação de uma nova entidade- a LCF- no ano de 1933, por parte de supostos *sportmens* defensores do amadorismo – como foi o caso do presidente do Fluminense Arnaldo Guinle – é possível perceber uma flexibilização

na mudança de posição sobre o tema, quando de fato o profissionalismo já se avizinhava no futebol brasileiro. A criação da LCF, no antigo distrito federal, acabou por abrir um precedente para outras federações estaduais se desfilarem da CBD – ainda defensora da causa amadora – e fundarem juntas a Federação Brasileira de Futebol-FBF- que a partir desse momento passaria a ser a representante do futebol profissional no país⁷⁰, tendo como seu primeiro presidente o já mencionado Arnaldo Guinle.

Vale lembrar que a CBD, por ser a única entidade filiada à FIFA, ainda se valia do trunfo de ser a representante oficial do país em competições internacionais o que complicava ainda mais o impasse para o dito dissídio esportivo. Somente a partir do ano de 1936, com a eleição de Luis Aranha para a presidência da CBD, é possível perceber ao longo do final da década de 1930 o aumento da participação estatal como mediadora do conflito e também, nesse meio de tempo, como articuladora de uma solução definitiva que perpassasse pela centralização da questão esportiva pelo estado brasileiro.

A solução acatada por ambas as partes proposta por Luis Aranha no ano de 1937, previa a responsabilidade total da organização do futebol brasileiro para o controle da FBF, enquanto a CBD seria responsável apenas pelas representações da seleção brasileira no exterior. Comentando sobre o acordo em questão, Carlos Eduardo Sarmiento (2006) novamente elucida:

Ao observarmos o desenho institucional da CBD após o grande acordo de 1937, percebemos que o que estava sendo posto em prática era o receituário que Luis Aranha preconizara para a gestão desportiva no país: a aliança entre a especialização e a centralização. Na prática, a filiação da FBF à CBD representava, para além da solução de antigos problemas políticos, o reconhecimento de uma gestão especializada para uma modalidade desportiva em particular. No entanto, ao se submeter a FBF à estrutura institucional da CBD, assegurava-se o respeito às decisões soberanas da diretoria desta última, que se tornava um organismo central. Muitos problemas ocorreriam no processo de absorção da FBF pela CBD, mas não há dúvida de que o planejamento estabelecido por Luis Aranha, com nítido aval do governo federal, estava sendo cumprido em todos os seus aspectos: reconhecimento legal do profissionalismo no futebol, pacificação através da submissão de todos a uma entidade central e especialização do gerenciamento de certas modalidades como meio de obter melhorias operacionais. (SARMIENTO, 2006, p.59-60)

⁷⁰ Participaram como fundadoras da FBF, a Associação Paulista de Esportes Atléticos-APEA-, a Federação Fluminense de Desportos, a Associação Mineira de Esportes e a Federação Paranaense de Desportos. Ver mais em: Drummond, 2014, p.74.

Nesse sentido, percebe-se na visão do pesquisador acima, a importância da figura de Luis Aranha entre os dirigentes da CBD e o grupo político representado pelos dirigentes da FBF no sentido de dialogar com o governo Vargas, e assim abrir o caminho para uma maior participação estatal no controle das decisões esportivas, já que o Estado se encaminhava por adotar uma postura conciliatória onde todos os dirigentes pudessem em parte ter as suas reivindicações atendidas.

Essa reflexão sobre a atuação do presidente da CBD a partir da resolução do dissídio esportivo também é compartilhada pelo pesquisador Mauricio Drummond (2014), quando este comenta:

Em outros trabalhos, adoto uma leitura similar à de Denaldo de Souza, de que a antiga elite que dirigira o futebol nacional, representada por Arnaldo Guinle, perdia o controle da direção do esporte nacional para um novo grupo que ascendia juntamente ao novo quadro político nacional. No entanto, vejo como maiores influências nomes como Luiz Aranha e João Lyra Filho, ambos ligados ao Botafogo, que passaram a exercer grande influência junto a CBD e iam aos poucos assumindo o controle da entidade. (DRUMMOND, 2014, P.75)

Ambas as leituras dos pesquisadores sobre esse processo são de fundamental importância, já que somado a esses fatores elencados anteriormente, a boa apresentação da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1938 e a consolidação do regime do Estado Novo que permitia a Getúlio Vargas governar através de Decretos-Lei, permitiu já no ano de 1939 a criação da Comissão Nacional dos Esportes-CNE-, cuja função central era elaborar um plano para o desenvolvimento do esporte nacional.

A criação do Conselho Nacional de Desportos-CND-, posteriormente no ano de 1941 através da promulgação do Decreto lei 3.144, pode ser vista, portanto, como uma guinada para o retorno da organização do futebol para a CBD. A extinção da FBF, e a total incorporação de seus ativos pela CBD, agora respaldada por uma entidade unificada responsável tanto pelos esportes no país-CND⁷¹ - como também pelas suas respectivas entidades desportivas através da obrigatoriedade da fundação de federações estaduais⁷², demonstrava a força política do grupo

⁷¹ Vale lembrar que quem escolhia os nomes da CND era Getúlio Vargas. Os primeiros membros escolhidos: General Newton Cavalcanti; Almirante Álvaro Vasconcelos, José Eduardo de Macedo Soares, João Lyra Filho e Luis Aranha. (*Diário de Pernambuco*, 05/06/1941, p.8)

⁷² Os estatutos dessas novas federações criadas em obrigatoriedade do Decreto Lei mencionado também deveriam ser aprovados pelo CND.

de Luís Aranha e João Lyra Filho na elaboração do projeto governamental, de cunho centralizador impetrado pela ditadura varguista.

A figura do paraibano João Lyra Filho também representava a participação de intelectuais engajados na promoção da construção de uma “sociedade homogênea”, a partir da ideia do esporte como elemento de integração nacional, e de melhoramento da raça brasileira no sentido de implantar a eugenia para o “engrandecimento moral e físico da sociedade”. A profissionalização do futebol inserido nesse contexto da oficialização dos esportes, portanto, só representava uma parte do projeto idealizado por esses intelectuais, já que para João Lyra Filho, a valorização dos esportes amadores, assim como o estímulo de medidas para a promoção da prática esportiva entre a juventude brasileira, seria mais importante do que o divertimento promovido pelas partidas de futebol onde o espectador interage apenas passivamente torcendo pelo seu clube. Segundo o autor:

O desporto, processo de educação e de cultura social, não se confunde com o divertimento, ainda que o desportista possa divertir a multidão. Fosse divertimento chamado apenas a desenvolver a destreza muscular, a força e a coragem, no conceito do direcionista, teríamos que admitir o palhaço de circo como desportista. (LYRA FILHO, 1982, P.27; IN: SOUZA, 2008, P.85)

Fazendo parte de um processo da educação moral e cívica da nação, os desportos teriam uma função social de extrema importância para produzir exemplos para a juventude, manter a saúde dos corpos para o trabalho e despertar os ideais patrióticos nos cidadãos brasileiros, em função de sua capacidade regeneradora no qual o projeto estadonovista se inseria. Somente a partir desses preceitos é que se pode compreender a inserção do profissionalismo do futebol, dentro da estrita moralidade⁷³, no intuito de pacificar as disputas políticas institucionais em seu seio, já que por ser a modalidade esportiva mais popular acabava por figurar com maior destaque na vitrine propagandística do regime varguista.

Soma-se a isso a importância dada a esses intelectuais do regime -no qual Lyra Filho assumia papel de destaque- aos esportes coletivos, pois era possível construir uma maior representação da nação. A constância da prática dessas modalidades em grupos resultaria em um aumento do sentimento de solidariedade e confraternização, pela própria dependência

⁷³ Termo usado no Decreto Lei n.3.199, de 14 de abril de 1941. Artigo 3º; B) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática dos desportos educativos por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro dos princípios da estrita moralidade. Diário oficial da União, 16 de abril de 1941.

intrínseca entre grupos em prol de um objetivo comum, assim como o próprio caminho trilhado para a realização da vitória no esporte dependeria da transposição das dificuldades ao longo das partidas, gerando assim um ambiente favorável à formação de uma juventude “disciplinada e enérgica”. É nesse período inclusive que a educação física e os desportos passam a ter lugar de destaque na formação escolar dos jovens.

Não à toa, a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos no ano de 1939, ligada à Universidade do Brasil, tinha por objetivo formar profissionais e ser uma referência acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas, que pudessem contribuir para o aprimoramento técnico e científico em consonância com o pensamento da época. A preocupação com a forma e a estética corporal representada pelos constantes desfiles cívicos⁷⁴, geralmente realizados em grandes praças esportivas⁷⁵ ao longo do período supracitado, também denotariam a importância dada em representar o progresso físico e disciplinar da “raça” brasileira.

Essa preocupação estético-corporal vista na celebração de datas comemorativas do regime também deve ser associada a uma referência das representações baseadas em um modelo que tem em sua origem a releitura helênica dos jogos olímpicos praticados na Grécia antiga. O próprio João Lyra Filho, utiliza em muitos dos seus trabalhos essa referência para explicitar a sua linha de pensamento sobre as raízes históricas da utilização cultural do elemento esportivo:

os espetáculos romanos não herdaram da Grécia subjugada nenhum acento que valorizasse as provas atléticas. Os jogos de pelota e os atrativos dos balneários foram privativos da classe rica. Nenhum esforço desinteressado prosperou. Os gladiadores de circo eram profissionais. (LYRA FILHO, 1973, P.5)

Ao utilizar uma comparação entre o império Romano e a Grécia antiga, o autor mostra um pouco da sua visão sobre o esporte moderno de forma a exemplificar a priorização por parte dos romanos de uma visão limitada dos esportes em sua sociedade. A não utilização de um modelo “desinteressado” atribuído aos gregos, que seria a prática esportiva sem fins lucrativos- semelhante a uma lógica amadora-, gerou para a sociedade romana uma política nociva, onde

⁷⁴ Para mais ver: PARADA, Mauricio. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2009.

⁷⁵ A construção do estádio do Pacaembu em São Paulo, e sua inauguração no dia 27 de abril de 1940 foi uma festa nacional, com a presença do presidente Getúlio Vargas, além de várias figuras políticas de alto escalão tao como interventores federais de vários estados. (DRUMOND,2014, P.113)

o “pão e circo” não tinham como prioridade desenvolver através do desporto seus cidadãos, e sim proporcionar apenas o divertimento das massas.

Essa comparação utilizada pelo autor mostra um pouco da visão não só do intelectual paraibano, como segundo o pesquisador Denaldo Alchorne de Souza (2008), aparenta ser uma visão geral dos ideólogos do regime:

Os esportes eram vistos como parte integrante da educação física e social dos indivíduos, e nesse sentido não comportaria ganho salarial. A profissionalização do jogador de futebol era interpretada como uma degenerescência. O atleta era pago não porque simplesmente divertia as multidões. Pior, ele era pago para transformar o futebol de uma diversão ativa em uma atividade passiva. Nesses espetáculos, o torcedor se divertia sem participar do esforço físico. (SOUZA, 2008, p.92).

Ou seja, tomando de empréstimo a alegoria de Lyra Filho, a “romanização” do futebol brasileiro que compara gladiadores com jogadores de futebol profissionalizados, seria o oposto da educação física e social dos indivíduos, que tem em suas origens gregas a atividade despretensiosa da prática de esportes que não visavam a comercialização do desporto.

Embora seja altamente discutível a colocação apresentada, ela em si não deixa de apresentar as facetas ideológicas que acabavam por demonstrar essa complexa rede de acontecimentos no qual o futebol brasileiro passava. Porém, para além do plano das ideias, a ação prática desses indivíduos no comando da CBD, muita das vezes não possuía apenas o fundamento filantrópico de servir ao “bem da nação”. A centralização política da CBD, também perpassava pelo aumento de suas rendas, e a preocupação em angariar uma receita anual sustentável para a manutenção de seu poder frente as demais federações estaduais.

Uma das soluções encontradas para o problema pode ter sido a reestruturação do campeonato brasileiro de seleções, proposta pelo presidente Luis Aranha, para realizar já no ano de 1942 um campeonato profissionalizado entre as representações estaduais, um ano após o decreto que oficializava os esportes. Essa proposta gerou algumas polêmicas, já que a CBD propusera uma diminuição das premiações aos campeões e um aumento da fatia dos lucros do campeonato para a própria entidade. Como argumento as federações insatisfeitas- principalmente a Federação Paulista de Futebol-, propunham a realização de um campeonato de representações estaduais amador e a criação de um torneio de campeões estaduais

profissionais, onde os times campeões de cada estado se enfrentariam para saber qual seria o campeão⁷⁶.

No ano de 1942, a reformulação do campeonato brasileiro de seleções proposta por Luis Aranha, atingira o seu auge. Pela primeira vez, a participação de 20 selecionados estaduais⁷⁷ (SARMIENTO,2006, p.71) divididos em quatro regiões, sendo escolhidos os quatro melhores para um quadrangular a ser realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, demonstrava-se a vitória do modelo centralizado e oficial. Porém, os argumentos das demais federações continuavam a ressoar para a mudança na forma do campeonato em questão:

As causas fundamentais das queixas dos grandes clubes de football a respeito de sua situação financeira

(...) O futebol profissional no Brasil, desde a sua implantação, vem sofrendo os efeitos de sua péssima organização(...). Jamais tivemos calendário para a realização dos torneios oficiais e os clubes, embora houvesse aumento das arrecadações, sempre estão reclamando da situação em que se encontram(...). Agora forma-se um movimento, no Rio e em nossa capital, para que as coisas tomem um rumo diferente(...). Os grêmios bandeirantes não são contrários a realização do certame da CBD, mas desejam que o campeonato brasileiro de seleções seja transformado num certame inter-clubes (...). Julgam os dirigentes dos clubes locais que a realização do campeonato brasileiro de seleções acarreta prejuízos sem conta e para a solução do problema, apontam o certame inter-seleções, mas entre amadores, enquanto os clubes profissionais disputariam entre si o torneio dos campeões. Seria um meio de os clubes não perderem suas receitas, mas é certo que nesse caso, a CBD sofreria grandes prejuízos.

(...). Se os clubes, por um lado, estão agindo acertadamente, pois que, diante dos importantes compromissos que assumem com os futebolistas profissionais não podem, realmente, ficar inativos durante dois ou três meses, a CBD por sua vez, necessita de meios para poder movimentar o intercâmbio de outros esportes. (*O Jornal*, 28/09/1943, p.9)

Percebe-se no relato do periódico *O Jornal*, algumas das soluções já mencionadas, como a criação de um campeonato entre os clubes campeões de seus estados e a mudança do campeonato brasileiro de seleções do regime profissional para o amador. Porém, é possível também destrinchar algumas questões sobre a própria suposta organização que previa a centralidade da CBD no controle do futebol nacional. As críticas a respeito da “péssima organização” do profissionalismo, a ausência de um calendário unificado para a realização dos

⁷⁶ Exemplo: São Paulo campeão do estado paulista enfrentaria o Fortaleza, campeão do estado do Ceará.

⁷⁷ Participaram do campeonato brasileiro de futebol as seleções do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. (SARMIENTO,2006, p.67)

torneios oficiais, e o questionamento por parte dos clubes reclamantes da não realização de outros campeonatos nacionais em outras modalidades, acabam por levantar questões sobre a real melhora na organização da gestão esportiva após o decreto lei 3.199/1941.

Tomando como base a crítica a respeito da não realização de torneios nacionais de outras modalidades, vê-se a importância dada a arrecadação por parte da entidade máxima dos esportes à época. Vale lembrar que a CBD também era responsável pela organização do tênis, do atletismo, do remo, da natação, do vôlei, do polo aquático e de qualquer outra modalidade desportiva que não se enquadrasse em nenhuma das outras confederações, que tinham competência administrativa sobre as modalidades descritas em sua nomeação⁷⁸. Ou seja, a preocupação em realizar o campeonato brasileiro de seleções de futebol profissional acabava por se sobrepor à organização de campeonatos de outras modalidades, já que todas as outras deviam ser entidades amadoras e conseqüentemente não gerariam renda, tanto por esse fato, quanto por também não serem tão populares quanto o futebol.

Outro fator passível de ser analisado no relato do periódico é a própria “queda de braços” entre CBD e os clubes do Rio de Janeiro e São Paulo, representados por suas respectivas federações desportivas. Enquanto os clubes reclamavam por ter a obrigatoriedade de ceder seus atletas para a disputa de um torneio que durava em média de dois a três meses- desde a convocação do selecionado a disputa das partidas finais-, as federações estaduais criticavam os custos na formação e preparação técnica dos jogadores. A CBD, por outro lado, não estaria interessada em abrir mão das receitas advindas do campeonato brasileiro de futebol e também qualquer alteração no formato idealizado por seus dirigentes seria uma demonstração de fraqueza do projeto de representar em um torneio a integração entre os estados da nação.

Saindo um pouco da órbita dos meandros centrais de controle do poder simbólico e econômico (BOURDIEU,1989) que partiam das regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, a CBD também se via envolta em um problema relacionado à própria organização de um torneio nacional em um país de tamanho continental como o Brasil. A opção por realizar o quadrangular final do campeonato na região sudeste, aparentava aos olhos das demais federações uma injustiça, já que os deslocamentos até os lugares onde se realizariam as competições não

⁷⁸ Confederações calcadas pelo Decreto Lei: I- Confederação Brasileira dos Desportos; II- Confederação Brasileira de Basquetebol; III- Confederação Brasileira de Pugilismo; IV- Confederação Brasileira de Vela e Motor; V- Confederação Brasileira de Esgrima; VI- Confederação Brasileira de Xadrez. Diário Oficial da União, 16 de abril de 1941.

contariam com a presença de torcedores dos demais estados e ainda cansaria os jogadores e a comissão técnica que teria que viajar para a disputa.

Além disso, somava-se o fato da própria divisão desigual das regiões brasileiras para o campeonato em questão, que fazia tanto a primeira como a segunda região terem que jogar mais vezes para poderem ser classificadas para o quadrangular final. Tomando como exemplo o campeonato de 1942, vamos ter na primeira região denominada Norte: PA, AM, CE, PI e MA; a segunda região denominada Nordeste: RN, PB, PE, SE e AL; já a terceira Região denominada Sudeste teria apenas ES, RJ e MG, por exemplo.

Vale ressaltar que tanto o antigo Distrito Federal e o estado de São Paulo já teriam vagas garantidas no dito quadrangular final, ou seja, das 4 vagas em disputa, duas já estariam garantidas pelos dois estados em questão. Por isso, não é difícil perceber as revoltas das demais federações para com o sistema feito para o certame, tanto na desigual distribuição dos números de jogos, quanto nas receitas repartidas ao final do campeonato pela CBD às federações vencedoras:

PERNAMBUCO PREJUDICADO NA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS A CBD

Positiva-se o esbulho do Camp. De 1943

Outros semi-finalistas recebem importâncias dezenas de vezes superiores-concluída a cilada...

A divulgação do balanço da CBD, relativo ao campeonato brasileiro de futebol, deve ter deixado uma decepção muito grande a todos quantos não quiseram ver a trama que a CBD armou para embrulhar Pernambuco e Ceará.

O Diário de Pernambuco dirigiu oportunamente uma advertência aos dois Estados. Destas colunas mostramos que seria um mal a aceitação do conchavo para os selecionados nordestinos disputarem, qual dos dois deveria seguir destino ao sul. (...). Estávamos vendo a cilada. E, armada como estava, partiram as duas entidades na vantagem das quotas. A renda iria ser muito boa. Esqueciam, porém, que o gato ensinou a onça todos os saltos, menos o grande salto de mestre que lhe garantia o direito a defesa. Foi o que fez a CBD. Prometeu tudo. Logrou convencer. E, enquanto as duas federações trabalharam, gastaram milhares de cruzeiros, prejudicaram os clubes e deram boas rendas a CBD, foram contempladas apenas com as ridículas quotas – Pernambuco, Cr\$ 2.003,60; Ceará Cr\$ 2.671,50. Enquanto os mineiros e gaúchos, semi-finalistas, como deveriam ter sido pernambucanos e cearenses receberam Cr\$ 37.951,00; São Paulo Cr\$ 190.388,90 e Rio...Cr\$149.388,90. Se os pernambucanos e cearenses tivessem ido ao Sul, teriam quotas iguais aos gaúchos e mineiros. No entanto, ficaram aqui, deram renda melhor que se tivessem jogado no Sul e, por cima, recebem a ninharia acima relacionada. Que esse fato sirva de exemplo, e de lição, e até mesmo de resposta bem incisiva aqueles que, sistematicamente, não querem aceitar as nossas advertências. Pouco nos importa que não sejamos ouvidos quando nos

deparamos em situações iguais a essa (...). As preferencias subalternizadas não merecem a nossa atenção. (*Diário de Pernambuco*, 13/02/1943, p.5)

Primeiramente leitor, você não leu errado. O título da matéria do periódico *Diário de Pernambuco* é que está. Na verdade, o “esbulho” refere-se ao campeonato de 1942 quando a seleção de Pernambuco vencedora da região Nordeste foi obrigada a jogar com a seleção do Ceará, vencedora da região Norte. Definida a seleção pernambucana como vencedora do duelo, esta não foi convidada a disputar as semifinais no antigo Distrito Federal como as outras demais seleções estaduais campeões em suas regiões. Isso queria dizer que a seleção de Minas Gerais, campeã pela região Centro, e a seleção do Rio Grande do Sul, campeã pela região Sul, além de não terem precisado jogar entre si para garantir uma vaga no quadrangular final, ambas já tinham sido consideradas semifinalistas com direito a quotas financeiras de participação maior pelo regulamento da CBD.

Importante reiterar que todas as rendas de todos os jogos disputados no campeonato em questão eram centralizadas pela CBD e só depois distribuídas por ordem de classificação das seleções de futebol estaduais no torneio. Para se ter uma ideia, enquanto a seleção Pernambucana recebeu a soma de Cr\$ 2.003, 60- menos do que a seleção cearense que perdeu a disputa- a CBD sozinha angariou Cr\$ 368.121,40, do lucro total do campeonato que foi Cr\$802.243,80.

É a partir desses fatos que se conclui o tom ácido das críticas realizadas pelo periódico pernambucano. Acusando a “cilada” referente a uma suposta promessa de maior participação das quotas financeiras, o jornal acusa o prejuízo gasto pelas federações em termos de orçamentos de preparação e viagens para a realização das disputas, além da própria paralisação dos campeonatos estaduais para a realização do campeonato promovido pela entidade máxima de desportos. Nesse sentido, o próprio jornal se colocava como o verdadeiro defensor do futebol em Pernambuco, acusando inclusive a Federação Pernambucana de Desportos-FPD- por não ter se posicionado em um tom mais crítico à resolução final, nem ter ouvido as advertências do periódico quanto ao encaminhamento que se dava o certame.

Essa crítica à FPD se deu inclusive, após uma entrevista de seu presidente, coronel Sidrack Correia, afirmar que embora a seleção pernambucana não tivesse ido ao Sul disputar as semi-finais:

Conseguimos uma coisa muito boa nesse campeonato de 1942. Reafirmar os laços de brasilidade que devem orientar os brasileiros de todos os recantos do país. Agora, a nossa amizade com os cearenses está mais firme. Fizemos, assim, uma melhor unificação através dos esportes. (*Diário de Pernambuco*, 27/11/1942, p.5)

Percebe-se com isso que a importância financeira, fator fundamental para a manutenção das federações desportivas e de seus respectivos campeonatos e clubes, acabava por ficar subjugada a um discurso de união entre os estados em consonância com o projeto nacional posto em prática a partir da oficialização dos esportes em 1941. Essa abordagem “demagógica” da função esportiva, inclusive era reiterada por alguns membros até das próprias federações lesadas financeiramente, já que a influência dos interventores estaduais associada à repressão do regime varguista impossibilitava uma real oposição dos clubes frente a escolha dos cargos de comando.

Talvez isso explique a aplicação de uma postura mais incisiva no relato do *Diário de Pernambuco* quando une a delegação pernambucana e cearense, mesmo que este último tenha disputado o campeonato brasileiro pela região norte, em uma identidade “nordestina” única em contraposição aos interesses da região genericamente denominada como Sul. Nesse sentido, a construção de uma identidade regional mesmo que momentânea, não se remete a uma fronteira necessariamente comum, e sim a uma necessidade de poderes locais se fazerem representados frente a uma região central dominante que se legitima a partir da utilização das ferramentas de delimitação territorial para reforçar as desigualdades econômicas reais. Nos termos de Pierre Bourdieu sobre o tema temos então:

Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer pela provação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar existência. (BOURDIEU, 1989, p.126)

Pensando sobre isso é possível perceber uma maior concentração de poder simbólico e real por parte da região denominada centro, em relação as demais. A opção por se fazer um campeonato onde as duas maiores potências econômicas do esporte já estivessem garantidas nas fases finais, não só denota uma opção no sentido de manter as concentrações do campo esportivo nas mãos dos interesses da região central, como também a divisão desigual das rendas favorecia a manutenção das desigualdades nas áreas mais distantes em relação a esse centro,

em um sentido de evitar o crescimento de um poder simbólico e real que favorecesse a igualdade de oportunidades entre as demais representações estaduais.

A inter-relação entre o campo esportivo nacional e suas ramificações estaduais a partir de uma ótica centralizadora como dito no início do tópico não pode ser vista apenas como um projeto político para a gestão esportiva, que como por mágica se efetivou para todas as fronteiras nacionais. A participação de intelectuais na idealização de um projeto ideológico, muitas das vezes em conflito com questões econômicas que passam a fazer parte da realidade esportiva- especialmente no futebol-, associada ao aumento das rendas em disputa pelas diversas federações estaduais e seus respectivos clubes, demonstravam as várias correntes políticas que permaneciam tentando se legitimar territorialmente como parte do todo comum que se almejava representar a gestão esportiva nacional pelo projeto estadonovista. O campeonato brasileiro de seleções estaduais por isso pode ser um caminho historiográfico para compreender as especificidades desse processo, em recantos onde a supremacia do centro era ora minada, ora enaltecida, dependendo do contexto histórico e da região que se falava.

CAPÍTULO III

O FUTEBOL PARAIBANO EM DISPUTA

3.1 A criação da Federação Desportiva Paraibana e as veias abertas do futebol paraibano

EM CONFLITO O CONSELHO REGIONAL E A FEDERAÇÃO PARAIBANA

Ainda não é certa a realização do jogo com os pernambucanos

Aguardada resposta ao telegrama do sr. João Lyra Filho

O primeiro caso no Campeonato Brasileiro de football que somente domingo se iniciará, já surgiu, entretanto. É que o Conselho Regional de Esportes na Paraíba, ultrapassando ao que parece, as suas atribuições, resolveu proibir que o scratch da Federação local disputasse o Campeonato Brasileiro de football, intimando a entidade a cancelar a inscrição já feita na C.B.D. [...]

UM TELEGRAMA DO SR. JOÃO LYRA FILHO

Solicitado a intervir no caso da Federação Paraibana, o sr. João Lyra Filho, membro do Conselho Nacional dos Desportos, vem se dirigir ao interventor da Paraíba, sr. Ruy Carneiro, um extenso telegrama, historiando os fatos e aconselhando uma reconsideração do ato do Conselho Regional.

Da solução que for dada a este telegrama, portanto, ficou dependendo a realização, ou não, do match Pernambuco x Paraíba, pelo Campeonato Brasileiro. (*Jornal dos Sports*⁷⁹, 22/10/1941, p.4, grifos meus)

A citação apresentada acima refere-se à organização do campeonato brasileiro de futebol após a oficialização legal dos desportos através do decreto-lei nº3.199/41. Como já foi dito anteriormente, o objetivo dessa medida proposta pelo regime do Estado Novo era centralizar legalmente o controle do campo esportivo em suas mais variadas modalidades e especialmente o futebol, já à época o esporte mais popular e financeiramente mais rentável do país. A criação do Conselho Nacional dos Desportos tinha como função primordial a

⁷⁹ O jornal, criado em 1931 no Rio de Janeiro, tornou-se representativo da imprensa esportiva brasileira no século XX devido à sua periodicidade e por ter se tornado o primeiro diário com este fim no país. Apesar de sua importância no panorama nacional, o discurso do periódico era orientado pela visão carioca de compreender o esporte e o futebol em especial. Com isso, esta forma de entendimento do campo esportivo e do campo comunicacional, agregava uma linha narrativa em torno de determinadas defesas, campanhas e temas (COUTO, 2011). Vale lembrar que o periódico circulou até o ano de 2010.

“nacionalização dos desportos” arregimentadas através de um único órgão que respondia diretamente ao ministério da Educação e Saúde Pública, comandado por Gustavo Capanema⁸⁰.

A verticalização do controle predisposto com a instauração do decreto não necessariamente foi feita imediatamente após a ação do Decreto. Até porque percebe-se que a base dessa pirâmide, que tem em sua ponta o presidente Getúlio Vargas⁸¹, tinha em suas ramificações os Conselhos Regionais de Desportos (CRD), espalhados pelos demais estados da nação. Porém, a presença de atores políticos do primeiro escalão tanto da gestão esportiva, representada pela presença de João Lyra Filho- membro do CND- e Ruy Carneiro- Interventor Federal do estado da Paraíba- na resolução de um conflito que aparentemente se remetia à esfera futebolística, já mostram o alcance que os possíveis impasses no campo esportivo poderiam vir a ter.

Sobre esse tema, uma das pesquisas mais importantes talvez seja a de Eduardo Dias Manhães (1986), quando este em seu livro “Política de Esportes no Brasil”, analisa a fundo a legislação brasileira esportiva e sua trajetória ao longo dos decretos instituídos pelo governo brasileiro. Utilizando o depoimento de João Lyra Filho, um dos membros da primeira composição do CND, juntamente com a interpretação jurídica dos decretos e artigos subsequentes à oficialização dos esportes, o autor nos apresenta não só a visão centralizadora que previa a absorção dos interesses privados- representados pelas antigas entidades desportivas e seus clubes- pela administração pública, como também a função da CND em solucionar possíveis conflitos advindos tanto da questão da profissionalização do futebol, como das disputas políticas advindas de rixas clubísticas:

Fizemos questão de transcrevê-las, apenas, para demarcar, com tintas mais vivas, a absorção do privado pela “administração pública”, aludida, inclusive, por João Lyra Filho. Não discutiremos as medidas transcritas. No entanto, o fato de tomá-las revela o projeto de ordem corporativa capaz de legitimar tal iniciativa estatal. Mesmo porque, aqui outra vez, nosso ponto de vista é que tal iniciativa, mais do que possíveis avaliações de caráter técnico, demonstra o intuito de absorver para hostes do aparelho de Estado as soluções dos

⁸⁰ Nascido em 1900 na cidade de Pitangui(MG), Gustavo Capanema, foi um dos principais apoiadores da “Revolução de 1930” em seu estado. Em onze anos de atuação no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945), teve papel preponderante na construção do projeto de educação para o governo Vargas. Aliando seu perfil de político e intelectual, Capanema elaborou muitas das leis orgânicas de ensino, sempre através da perspectiva da construção de um tipo ideal do brasileiro. Na área de saúde também foram criadas campanhas e serviços de profilaxia de diversas doenças.

Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema> . Acesso em 14/03/2017.

⁸¹ A composição do recém-criado Conselho Nacional de Desportos em 1941 previa na escolha de sua composição através do artigo 2º, cinco representantes dentre estes todos escolhidos pelo Presidente da República, incluindo o seu presidente. Fonte: Brasil. Decreto lei 3.199 de abril de 1941.

conflitos do campo desportivo, como forma de anulá-los. (MANHÃES, 1986, p.49)

Dito nesses termos, a postulação de uma sociedade hegemônica que seguisse estritamente os interesses da nação, representava assim uma ruptura no modelo liberal da gestão esportiva, especialmente se formos levar em conta as gestões esportivas nas variadas regiões do país que seguiam através de suas Ligas anteriores ao decreto, uma forma mais independente no que tange as suas organizações através de estatutos e reuniões que não se viam subordinadas diretamente a uma burocracia administrativa estatal.

A obrigatoriedade de centralizar variadas Ligas que poderiam operar em um mesmo estado, em apenas uma oficial que tivesse a sua sede na capital do respectivo estado, na prática extinguiu a antiga Liga Desportiva Parahybana (LDP) formada majoritariamente por times da capital⁸² - com exceção do Treze de Campina Grande-, fez com que todas as outras organizações esportivas das demais localidades do estado da Parahyba do Norte tivessem que ter a sua representação aprovada pela recém criada Federação Desportiva Paraibana (FDP), que respondia diretamente ao recém criado Conselho Regional dos Desportos.

Ao que parece no relato do *Jornal dos Sports*, o Conselho Regional dos Desportos presidido por Clóvis dos Santos Lima -também Chefe de Polícia do Estado nomeado à época quando da substituição da interventoria de Argemiro Figueiredo por Ruy Carneiro no ano de 1940 (SILVA, 2013, p.75) - teria tentando intervir diretamente ao CND para a não realização do jogo do selecionado paraibano contra os pernambucanos por uma partida do Campeonato Brasileiro alegando que a FDP não estaria preparada para a disputa, enquanto a FDP afirmou que estaria pronta para disputar o certame.

No mesmo dia da matéria comentada no *Jornal dos Sports*, o periódico “*Diário de Notícias*”⁸³, em sua seção esportiva emitia uma nota do CND, favorável à participação do time paraibano na disputa pelo campeonato brasileiro seguido de um longo texto explicando a

⁸² Interessante perceber que ao longo de todo o período estudado, talvez devido a dificuldades estruturais, os clubes de outras regiões da Paraíba optavam por disputar campeonatos de suas respectivas cidades. Exemplo: A Liga Campinense de Futebol, organizava os campeonatos da cidade de Campina Grande. (MARQUES, 1975, p.129). Isso fazia com que os campeonatos organizados pela LDP, e depois pela FDP, tivessem em sua maioria clubes da região metropolitana de João Pessoa.

⁸³ O *Diário de Notícias* fundado pelo potiguar Orlando Vilar Ribeiro Dantas, em 12 de junho de 1930 e que circulou até meados da década de 1970 foi o quarto ou quinto com esse nome no Rio de Janeiro. (SODRÉ, 1966, p. 274)

jurisprudência dos Conselhos Regionais, declarando resumidamente que apenas a CND teria competência para julgar esses tipos de casos:

PARAÍBA CONCORRERÁ AO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL

Firmada, pelo Conselho Nacional de Desportos, jurisprudência sobre a competência dos conselhos regionais quanto às atividades das entidades

[...] Firmada Jurisprudência pelo C.N.D.

Imediatamente a Confederação Brasileira de Desportos dirigiu-se ao Conselho Nacional de Desportos, tendo este aprovado, em sua reunião de ontem, um parecer do sr. João Lyra Filho, **pelo qual é negada competência aos Conselhos Regionais para deliberar sobre o assunto de tal natureza**, interpretando assim, o artigo 7º do decreto nº 3.199, que tem a seguinte redação: “Compete essencialmente ao Conselho Regional de Desporto, cooperar com o Conselho Nacional de Desportos para a realização de suas finalidades, bem como funcionar como órgão consultivo do governo do estado ou território, em tudo que disser respeito a proteção a ser por esta dada aos Desportos”.

Deante dessa resolução do C.N.D., a Confederação enviou, ontem mesmo, instruções a Federação Paraibana, afim de que a sua representação embarque para Recife, que enfrentará, domingo próximo, a seleção pernambucana. (*Diário de Notícias*, 22/10/1941, p. 12, grifos meus)

Dada a decisão favorável à realização da partida de futebol, o presidente da Federação Desportiva Paraibana, o Capitão Waldemar Kitzinger⁸⁴, indivíduo alheio ao cenário esportivo paraibano até então (sendo a sua ascensão possivelmente relacionada à reconfiguração macro política onde os militares alçaram papel de destaque nos meios esportivos do país), concede uma entrevista ao jornal de sua terra natal, o *Diário de Pernambuco* acusando o presidente do CRD, Clóvis de Lima de utilizar o seu cargo no governo como Chefe de Polícia⁸⁵ para manipular e destituir, desde o ano de 1940, vários membros da extinta Liga Desportiva Paraibana, assim como de censurar a imprensa local sobre os acontecimentos políticos no seio da entidade:

ARBITRÁRIA A DECISÃO DO C.R. ESPORTE DA PARAÍBA

Cap. Valdemar Kitzinger

⁸⁴ Fazendo uma pesquisa sobre o pernambucano Capitão Waldemar Kitzinger, percebi a sua atuação como juiz de futebol em Minas Gerais em 1938 (*Jornal dos Sports*, 05/02/1938, p.4), e posteriormente como juiz de futebol no Rio de Janeiro a partir de 1944, além de sua atuação genericamente apresentada de educador. (*A Noite*, 01/07/1944, p.7).

⁸⁵ Clóvis Lima foi inclusive um dos idealizadores do decreto que institui a criação da delegacia de ordem política e social no estado da Paraíba (SILVA, 2013, p.127).

Com a decisão do Conselho Nacional de Esportes dada na questão surgida entre o Conselho Regional de Esportes da Paraíba e a Federação Desportiva Paraibana, ficou incontestavelmente provada a incompetência daquele Conselho nos assuntos atinentes á representação e escolha do selecionado da Federação local.

Decepcionante foi no entanto, a deliberação daquele órgão recentemente criado, pois um dia após a sua instalação, reuniu-se para desfechar impiedosamente **um golpe** que seria fatal a mentora dos esportes paraibanos, e cuja aprovação pelo Conselho Nacional de Esportes, ditaria a falência das demais entidades filiadas a C.B.D. e a própria entidade máxima do Brasil.

[...] Qual razão de não haver esse mesmo Conselho Regional impedido a não sessão do campo do Cabo Branco para os treinos do selecionado local?

E como o presidente do Cabo Branco, membro desse Conselho teve tal atitude?

[...] A decisão unanime do Conselho Regional da Paraíba, foi uma triste demonstração de desprezo a esse decreto.

[...] Aliás, já esperava-se qualquer golpe do Conselho, pois o sr. Clóvis de Lima é useiro e veseiro, em atitudes hostis á entidade local, pois já no ano passado, abusando de sua posição, deu um golpe de força na diretoria da antiga Liga Paraibana, arrancando de lá a maioria de seus diretores, para nomear a dedo os seus substitutos afim de organizarem o selecionado e formarem a embaixada que veio a Recife. **E nada se podia dizer, pois a censura nos jornais locais era certa: estava nas suas mãos.**

Infiltrando-se no Conselho, não há dúvida foi o mentor da proibição[...]
Cumpram o seu dever! Demitam-se. (*Diário de Pernambuco*, 25/10/1941, p.8, grifos meus)

Percebe-se pelo desabafo do Capitão Waldemar Kitzinger, que dois fatores saltam aos olhos em sua declaração: a crítica ao presidente do Sport Club Cabo Branco e a participação de Clóvis de Lima na censura aos jornais da Paraíba.

Como pode ser visto, a crítica forte ao Basileu Gomes, presidente do Sport Club Cabo Branco, foi por este não ter cedido o campo do clube para o treinamento do selecionado paraibano para a disputa do Campeonato Brasileiro. Á época, o campo mais bem estruturado para a prática do futebol na cidade de João Pessoa, localizado no terreno do antigo Hipódromo Paraibano. Vale ressaltar que Basileu Gomes assumiu a presidência do Cabo Branco em 1935 após uma renúncia coletiva dos diretores eleitos no ano anterior, além de ter sido responsável

por abolir o departamento de futebol assim que assumiu⁸⁶. Porém o mais interessante é perceber a relação de Basileu com a Interventoria Ruy Carneiro (1940-1945) no ano de 1941.

Ao longo dos periódicos é possível perceber uma empreitada realizada pelo governo de Getúlio Vargas para arrecadar fundos para uma Campanha Nacional de Aviação Civil⁸⁷. O primeiro movimento na cidade de João Pessoa nesse sentido, foi realizado pelo próprio Basileu Gomes através do Sport Club Cabo Branco em uma campanha para angariar donativos para a aquisição de uma aeronave para o aeroclube da capital:

O ENTHUSIASMO NA PARAÍBA

Doado pelo industrial Thomas Seixas Sobrinho a quantia de 5:000\$000, para o aeroclube de João Pessoa-Victoriosa a campanha do S.C. Cabo Branco

[...] O S.C. Cabo Branco patrocina a aquisição de um aparelho

[...] O interventor Ruy Carneiro aplaude vivamente a camoanha promovida pelo S.C. Cabo Branco e em data de hontem enviou ao sr. Basileu Gomes, presidente dessa agremiação o seguinte telegrama: “João Pessoa, 28- Sr. Basileu Gomes- Presidente do S.C. Cabo Branco- Muito contente com a atitude tomada pelo “Cabo Branco” liderando o movimento para doar mais um avião ao “Aero Club da Parahyba”, envio aplausos por essa tão feliz iniciativa que seguramente, terá outros imitadores. Peço ao presado amigo transmitir aos demais membros da directoria minhas calorosas felicitações. Abraços. Ruy Carneiro. (*Diário de Pernambuco*, 30/05/1941, p.3).

Percebe-se não só por essa matéria uma relativa proximidade de Basileu Gomes com o governo de Ruy Carneiro, o que de certa forma acaba por explicar a presença de Basileu no cargo do Conselho Regional dos Desportos, mesmo o S. C. Cabo Branco no ano de 1941 ainda não ter voltado com suas atividades no departamento de futebol- fato esse que só acontecerá no ano de 1942- já que a escolha dos membros se dava diretamente por nomeação do secretário do Interior da interventoria do estado da Paraíba. Automaticamente, a crítica ferrenha feita ao CRD da Paraíba, tratada como a mentora de um golpe a FDP, acabava por ressoar diretamente no governo de Ruy Carneiro.

O segundo fator a ser observado no relato do Cap. Waldemar Kitzinger, como dito anteriormente, foi a participação de Clóvis de Lima na censura aos jornais da Paraíba sobre os

⁸⁶O clube só voltou com o departamento de futebol no ano de 1942. Para mais ver: LEAL, Wills. *A saga de um grande clube – história do Cabo Branco*. João Pessoa: A União, 1995. Ver também: *A União*, 24/03/1935, p.1

⁸⁷Inserido dentro do contexto da segunda grande guerra, essas ações visavam já no ano de 1941, preparar o Brasil em caso de entrada na guerra. Para mais ver: SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História). UFPB, 2013.

acontecimentos políticos em curso no seio da Federação Desportiva Paraibana. O próprio dissídio entre a FDP e a CRD da Paraíba só pode ser encontrado em jornais de fora do estado. Sobre todos os acontecimentos relatados ao longo desse subtópico só encontrei uma matéria no jornal *A União* em que através da publicação de uma ata da reunião da FDP, logo depois da decisão de João Lyra Filho em dar prosseguimento ao jogo entre paraibanos e pernambucanos lê-se:

[...] Federação Desportiva Paraibana

Recebemos, com pedido de publicação o seguinte: “Reuniu ontem a diretoria da F.D.P., com a presença dos diretores: Cap. Waldemar Kitzinger, Manuel Deodato, Venelyppe de Almeida e Carlos Neves da Franca, tendo sido resolvido o seguinte:

[...] Tomar conhecimento de um ofício da C.B.D. encaminhado cópia da resolução da C.N.D. regulando a ação dos Conselhos Regionais [...] Mandar oficiar as associações desportivas dirigentes dos esportes nos estados, que o E.C. Cabo Branco não é filiado a esta Federação.

(*A União*, 29/10/1941, p.7, grifos meus)

Nas entrelinhas da nota publicada, a FDP além de comentar a resolução dada a seu favor através do ofício da CBD no intuito de regular, ou em outras palavras controlar os Conselhos Regionais, manda noticiar a todas as associações desportivas dos estados que o S. C. Cabo Branco não tem nenhum vínculo com a federação, sinal de uma clara alusão ao presidente do clube participar do C.R. da Paraíba. Porém, apesar dos esforços de retaliação da FDP, logo no início de novembro de 1941, uma outra pequena nota no jornal *A União* mostra que o “cabo de guerra” não pendeu para nenhum dos lados, já que todos os diretores da FDP renunciaram, assim como os membros do CRD da Paraíba. (*A União*, 04/11/1941, p.7).

Vale lembrar que nenhum dos integrantes citados possui relação direta com a participação esportiva anterior ao momento da instauração do decreto. Ao longo da década de 1930, por exemplo, vamos ter como presidentes da antiga LDP três indivíduos que foram jogadores na década de 1920, e posteriormente ingressaram em cargos na imprensa local. Entre os anos de 1931 e 1935, a LDP foi governada por João Santa Cruz (MARQUES, 1975; ARAÚJO, 1985), ex-jogador do S.C. Cabo Branco, colaborador do jornal *Reação* e procurador da fazenda estadual no governo de Gratuliano de Britto (1932-1934).

Entre 1935 e 1938, vamos ter Anchises Gomes (MARQUES, 1975; ARAÚJO, 1985) na presidência da LDP, tendo este sido jogador e presidente do Palmeiras Sport Club, colaborado com o jornal *Correio da Manhã* ainda na década de 1920, e posteriormente fundado o jornal *A*

Liberdade no ano de 1930. De 1939 a 1940, a LDP será presidida por Orris Barbosa (MARQUES, 1975; ARAÚJO, 1985), ex-jogador do América Football Club, diretor do jornal *A União* entre os anos de 1935 a 1940.

Só para se ter uma ideia, ao longo do ano de 1941, a recém-criada FDP teve cinco presidentes diferentes (MARQUES, 1975), o que já atesta uma relativa quebra no domínio do campo esportivo representado por esses antigos elementos. O presidente em exercício, já no ano de 1940 foi o capitão-médico da Polícia Militar do Estado da Paraíba Edrise Villar⁸⁸. A época de sua escolha para a presidência era diretor de esportes do clube Brazil Esporte Clube, esquadrão da Polícia Militar que passou a disputar o campeonato da antiga LDP no ano de 1939. Não é fácil explicar sua rápida ascensão a presidência, porém ela reitera o panorama de imposição de controle do interventor Ruy Carneiro que deve ter exercido alguma influência para sua eleição. Tanto a sua inabilidade para o cargo estava comprovada, que logo na primeira crise envolvendo a transferência irregular de um jogador profissional da Paraíba para Natal (RN) apenas três meses da aplicação do Decreto Lei 3.199, os dirigentes da Liga apelaram para o já conhecido Anchises Gomes interceder junto a Confederação Brasileira de Desportos:

FOI IRREGULAR A TRANSFERENCIA DO JOGADOR

João Pessoa, 20 (Serviço especial A NOITE) - A Confederação Brasileira multou em quinhentos mil réis a Federação Paraibana em virtude da irregularidade da transferência do profissional Antônio Acacio Nascimento para Natal. A Liga Paraibana, que é filiada a Confederação desde dois de julho de 1925, é a primeira vez que sofre tal penalidade imposta pela entidade oficial. Os clubs filiados apelaram para o sr. Anchises Gomes aceitar a direção da Liga, no intuito de evitar a debacle que se avizinha.

(*A Noite*, 21/07/1941, p.6)

Em menos de três meses da publicação do Decreto Lei, a federação paraibana já tinha que lidar com problemas relacionados à transferência de jogadores profissionais como foi noticiado no jornal *A Noite*. Fato era que o pagamento de jogadores já poderia ser um fato antes da instauração do Decreto citado, porém a publicação mostra que os olhares da CBD passaram a punir as transferências que não fossem realizadas de acordo com os novos critérios impostos pela entidade.

A volta de Anchises Gomes à presidência da federação mostrava a necessidade de união dos clubes da federação para tentar negociar a punição de quinhentos mil réis. Interessante perceber que, povoado de incertezas, os jornais antes mesmo da profissionalização dos

⁸⁸ <<http://abriosa.blogspot.com.br/2016/05/historico-da-caixa-beneficente-dos.html>> . Acesso em 10/10/2016.

jogadores já faziam campanha contra o que alguns chamavam de intoxicação futebolística⁸⁹. Pois além das antigas práticas de acordos verbais com jogadores, comumente chamados de amadorismo marrom passarem a ser passíveis de punição, a própria lógica de organização dos clubes poderia ser alterada, já que os grandes centros mais ricos se favoreceriam com a contratação de melhores jogadores.

O tom das críticas, ao longo do ano de 1940, já com a certeza da formulação de uma nova legislação esportiva por parte do Estado brasileiro, aumentaram vertiginosamente por parte dos cronistas esportivos da Paraíba. Muitas vezes pautados em argumentos que preconizavam a volta de um amadorismo puro, os próprios cronistas se contradiziam com o futebol que era jogado diante de seus olhos nas partidas da antiga LDP, e buscavam exemplos fora do estado da Paraíba para atestar os malefícios do futebol profissional, como foi o caso da tentativa em Minas Gerais de barrar o já existente profissionalismo:

AREA DE PENALIDADE

Pelas últimas notícias chegadas ao nosso conhecimento pelos jornais pernambucanos, Minas Gerais, esportivamente falando está de parabéns. O futebol profissional foi positivamente abolido.

Surgirá na terra tradicional da Cidade Montanha, uma era de trabalho e idealismo. Desaparecerá esse cancro maldito que aos poucos vem matando a fibra de combatividade do brasileiro e humilhando até mesmo o sentimento móvel da própria raça.

Regime formado somente para prazer de meia dúzia de felizardos e monopólio de interesse das fortes agremiações da capital do país, jamais os seus processos se eternizaram para satisfação dos seus áulicos.

O tempo seria, como vem sendo, o melhor juiz dos seus censuráveis atos.

Aqueles que pela soma de conhecimentos e desejos de assistir uma renovação de costumes capaz de reviver o nosso passado esportivo, deram a implantação do regime o melhor de suas energias, sentiram-se decepcionados nos primeiros atos dos novos profetas. Sendo assim, a causa não estava no regime passado, e sim nos seus dirigentes.

O tempo comprovou duma maneira irretorquível, essa forte asserção. No mais, a beleza do futebol profissional só poderia produzir algo de proveitoso no espírito dos “profiteurs”. (...). Estamos certos que Minas Gerais não ficará sozinha nessa impressionante campanha de moral esportiva. É uma questão de tempo.

(*Liberdade-Edição Esportiva*-, 01/07/1940, p.2)

⁸⁹ Referência ao título da matéria publicada no jornal *A Liberdade-Edição Esportiva*, 27/05/1940, p.2, que faz uma crítica ao jogador da seleção brasileira Leônidas da Silva, que segundo o cronista do dito periódico estava mais preocupado com o dinheiro que deixou de receber com a derrota do selecionado, do que com o amor à pátria. Esta matéria foi abordada no tópico 2.2 desta dissertação.

O cronista E.B.⁹⁰ ao se referir ao futebol profissional, tinha embasado em suas evidências as experiências que já aconteciam no Rio de Janeiro, São Paulo e em Minas Gerais, onde a profissionalização tinha se dado entre os anos de 1933 e 1934. Tentando utilizar uma falácia sobre um possível banimento do profissionalismo em Minas Gerais, o autor tenta convencer, inclusive através de argumentos de ordem racial, os inúmeros prejuízos que a medida acarretou para a sociedade brasileira. Tratado como um “cancro maldito” que apenas fortalecia os clubes da antiga capital federal detentores de maiores rendas e, conseqüentemente, mais preparados para contratar jogadores em comparação aos demais estados, E.B. tenta apontar as causas da desorganização na gestão esportiva aos dirigentes esportivos cada vez mais apegados ao “clubismo”, tirando a responsabilidade do modelo amadorista que para ele se relaciona a uma “era de trabalho e idealismo” reforçado pelo seu aspecto moralizador.

Vale abrir um parêntese em relação à própria informação do banimento do profissionalismo em Minas Gerais, que como disse, não passou de uma falácia. O que se sabe é que no ano de 1940 o clube América acabou com o seu departamento de futebol profissional e foi refundado como um time universitário que contava apenas com jogadores de formação acadêmica. Tratando-se do cenário do futebol mineiro, vale ter em mente que o América desde a concretização do profissionalismo no estado mineiro no ano de 1933, sempre se posicionou contra essa medida, aderindo ao movimento apenas para não provocar um dissídio entre os clubes e até pelo próprio temor de ficar isolado diante da vontade da maioria⁹¹.

Dito isso, parece-me pouco provável a informação publicada pelo cronista paraibano sobre o futebol em Minas Gerais. Porém, a ocorrência desse tipo de matéria, que começa a aparecer nos jornais paraibanos a partir de 1940, tem muito a ver com os boatos que prenunciavam a instauração de uma nova legislação esportiva para os esportes, o que de certa forma favorecia na cabeça dos jornalistas contrários ao profissionalismo, a vinda de novos tempos permeados de incertezas com relação ao “status quo” do futebol nacional e paraibano.

Vale lembrar que o jornal *Liberdade* onde foi publicada a matéria, pertencia ao mesmo Anchises Gomes que mais tarde iria interceder contra a multa aplicada pela CBD a FDP pela transferência irregular de um jogador profissional. Ou seja, o que se pode perceber é um

⁹⁰ Existe a possibilidade de a sigla E.B. se referir ao cronista Elias Bernardes que inclusive chegou a presidir a FDP no ano de 1944. Porém essa hipótese carece de mais provas. De qualquer maneira, trabalharei um pouco mais adiante a figura desse indivíduo.

⁹¹ Para mais ver: SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI José Alfredo de O.; SILVA Tiago Felipe da (Orgs.). *O futebol nas Geraes*- Ed. UFMG, 2012, p.161.

paradoxo entre ideias e práticas dos dirigentes paraibanos nesse período de instabilidade, provocado pela subsequente perda do campo esportivo de uma elite de amadores, ex-jogadores e jornalistas que praticavam o amadorismo marrom na direção de seus clubes e, mesmo, na convivência a esta prática dentro da antiga LDP. Porém, estes mesmos dirigentes defendiam os valores do amadorismo puro para poderem se acastelar das mudanças em curso pelo Estado brasileiro que através da criação dos Conselhos Regionais entrava de vez na vida política das federações estaduais.

3.2 1942: Ascensão e queda de um campeonato

Chutando sempre

De há muito que não escrevemos coisa alguma sobre os acontecimentos pebolísticos de nossa terra. Contudo, particularmente, as vezes com certas restrições, explanamos os nossos pontos de vista, para não ficar completamente fora do mercado.

Esses altos e baixos no futebol paraibano com quedas e mais quedas de poderes, criaram para aqueles que se interessam em amor á verdade, um ambiente por demais desinteressante.

As faladas salvaçãoes em nada modificaram a estrutura do velho futebol da bola de meia. Felismente, porém, surgiram espíritos bem formados que, compreendendo a necessidade duma reforma radical no futebol paraibano, iniciaram, sem medir sacrifícios, a escolha de elementos conhecedores do verdadeiro “association”. Com essa política de melhor compreensão, surgiu como era esperado, o interesse do público pela exibição dos melhores clubes, em face da padronização das jogadas e pelo espirito de combatividade que aos poucos nascia nas fileiras dos jogadores.

Sendo assim, devido exclusivamente a iniciativa particular, estava no decorrer dos dias assegurada uma irradiação inteligente e eficiente no futebol paraibano. Efetivou-se a vinda de bons elementos fixados em outros Estados e conseqüentemente suas exibições, transformando assim, o antigo futebol de bola para frente, para uma melhor escolha de aproveitamento.

Ponta Direita

(*Liberdade*, 07 de julho de 1942, p.2)

O início do ano de 1942 para o futebol paraibano sob a tutela da FDP parecia superar as expectativas até do cronista mais incrédulo. A organização do departamento de futebol do clube Astréia, assim como a volta do S.C Cabo Branco, davam a entender que a disputa entre os dois

clubes sociais mais tradicionais da cidade teria ares de “Fla x Flu⁹²”. Soma-se a esses fatos, a entrada do Dolaport, representante da fábrica de cimentos Portland, localizada no bairro de Índio Piragibe-actual Ilha do Bispo,- na capital paraibana.

Com o campeonato sendo disputado por seis clubes⁹³, pude perceber a força que o dinheiro teve no ano relatado, fato que acabou por demonstrar o novo modelo caracterizado por um profissionalismo velado na organização dos *scratches*. É possível que seja por isso que o nosso descrente cronista na fonte explicitada acima, teve que dar o braço a torcer pela expectativa gerada para o desenrolar do campeonato.

Em sua fala, o anônimo Ponta Direita nos oferece um quadro de superação da crise de 1941 creditado apenas a iniciativa particular, apresentando assim uma crítica silenciosa aos novos meios reguladores do futebol com a obrigatoriedade do Decreto Lei 3.199, que apenas fiscalizava sem o incentivo financeiro do Estado brasileiro. Esses “espíritos bem formados” segundo ele, trouxeram a possibilidade de investir nos clubes em vários aspectos, mas principalmente na parte técnica do jogo “em face da padronização das jogadas e pelo espírito de combatividade que aos poucos nascia nas fileiras dos jogadores” (*Liberdade*, 07/07/1942, p.2). Seguindo essa linha de raciocínio, é possível perceber a importância da performance dos clubes para a busca da vitória, que teria como efeito o aumento do número de espectadores dispostos a pagar ingressos para assistir as partidas.

E quando digo profissionalismo velado, me refiro a características semelhantes ao amadorismo marrom, mas não iguais. Uma das maiores diferenças é que o Decreto lei 3.199 deu a possibilidade de profissionalizar o futebol brasileiro, mesmo que sob uma suposta rigorosa vigilância por parte do Conselho Nacional dos Desportos. Sendo assim, não era mais um impedimento legal contratar jogadores e técnicos⁹⁴, porém a ideologia amadora, ainda muito arraigada nos meios esportivos, aliada a falta de clareza de determinados aspectos desse primeiro passo da profissionalização dos jogadores, abria margem para uma relação dúbia nas relações de trabalho entre jogador e clube. Não é à toa que ao invés de utilizar a palavra

⁹² Essa referência comparativa ao clássico carioca pode ser encontrada no jornal *A União*, 21/11/1941, p.4, na coluna A Hora Esportiva do cronista Aluizio Paredes.

⁹³ Disputaram o campeonato de 1942: Astréia, Dolaport, Cabo Branco, Treze, Auto Esporte e Palmeiras.

⁹⁴ No Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais o profissionalismo já era uma realidade desde o dissídio na antiga capital federal que resultou na criação da Liga Carioca de Futebol em 1933. Temendo a perda de jogadores para a antiga capital federal, tanto São Paulo quanto Minas Gerais apressaram-se por aceitar a profissionalização. Claro que o processo não foi feito de forma homogênea e nem única, pois cada estado possuía sua particularidade dentro de cada campo esportivo. Para mais ver: CALDAS, Waldenir. *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro*. São Paulo: Editora Ibrasa, 1989.

contratar⁹⁵, o cronista utiliza a palavra efetivar em: “Efetivou-se a vinda de bons elementos fixados em outros Estados”. Mas, certo é que a partir desse momento a própria vinda ostensiva de jogadores advindos de outros estados do Brasil, atestava esse tipo de relação contratual.

É possível perceber, através da vida esportiva da cidade nesse momento que o clube que mais investiu em seu plantel foi o Astréia. Tendo por trás, como financiador, a figura de Renato Ribeiro Coutinho, diretor presidente da Cia. Usinas São João e Santa Helena, esse clube se deu ao luxo de contratar até o técnico Carlos Viola, campeão do Mundo pelo Uruguai como jogador em 1930 e muito famoso já treinando times da antiga capital federal, de São Paulo e Recife. Além disso, contou com os jogadores vindos do Botafogo-PB, que não disputou o campeonato do ano, e também com a contratação de indivíduos do Recife e Bahia, como Rubinho, Omar, Paizinho, Henrique e Nilo (MARQUES, 1975, p.145).

Outra grande força do campeonato foi o Dolaport, advindo da fábrica de cimentos Portland. Já disputando desde o ano de 1939 os torneios realizados pela Associação Suburbana de Desportos- e tendo sido campeão suburbano em 1941-, o clube foi convidado a participar do torneio principal muito pela influência do industrial Geraldo Portela, dono da Portland. Tendo em seu plantel provavelmente jogadores advindos da própria fábrica que dá origem ao clube, assim como a própria localização isolada do bairro de Índio Piragibe, acabavam por permitir uma maior rotina de treinamentos que possivelmente prepararam melhor fisicamente o clube para a disputa do certame paraibano.

Além, é claro, da presença do Auto Esporte, campeão de 1939, do Treze de Campina Grande, bi- campeão de 1940, 1941 e do tradicional Palmeiras, único clube reminescente da década de 1920 que ainda figurava disputando todos os campeonatos até então. Nesse sentido, pode-se perceber uma verdadeira mercantilização em torno do futebol paraibano, onde as rendas dos jogos começaram a ser importantes para pagar as despesas advindas dos investimentos feitos pelos clubes para o campeonato.

Na época supracitada, a cidade de João Pessoa detinha dois campos que eram utilizados para as partidas do campeonato da FDP: o campo do Paraíba Clube localizado no bairro de Tambiá e o já tradicional campo da Av. 1º de maio –no bairro das Trincheiras- que era administrado pelo S.C. Cabo Branco. Devido à grande expectativa gerada ao redor das partidas,

⁹⁵ Temos como exemplo o relato de Wills Leal que ao mencionar a gestão do Cabo Branco no ano de 1942, já afirma a existência de algum tipo de profissionalismo. Em suas palavras: “Durou pouco a atividade futebolística, a partir de então. O Clube passou a atuar na base de quadro profissional, embora ninguém tivesse contrato oficial, com tudo feito na confiança.” (LEALS, 1995, p.23)

o campeonato de 1942 foi todo jogado no campo do Cabo Branco, muito por este ser o único estádio da cidade com arquibancadas. Com isso, o clube dono do campo alugava o seu estádio para a realização das demais partidas. O problema existia justamente nesse fato, já que o preço do aluguel era considerado abusivo em relação as cotas da renda dos jogos, que agora cresciam com a melhor organização dos times:

A RENDA DOS JOGOS

TORNA-SE PRECISO UM POUCO MAIS DE HUMANIDADE

Os clubes Astréia, Cabo Branco e Dolaport, filiados este ano a F.D.P., resolveram fazer um melhor futebol, buscando em outros centros verdadeiros craques da pelota.

Até aí, tudo bem. E os três clubes merecem, de fato, a nossa simpatia.

Mas, infelizmente, uma nota bem chocante aparece em tudo isto, quando vemos as grandes despesas dos referidos clubes em realizar bons jogos. É, pasmem os leitores, a distribuição das percentagens aos disputantes em comparação com a que tem direito o proprietário do único campo capaz, atualmente, de se efetuar o campeonato. É extorsivo. É o que há de mais absurdo, em matéria de distribuição de percentagens, no Brasil, na América, no mundo!...

Dirão alguns, querendo defender o absurdo: “mas sempre foi assim”.

Diremos nós: é verdade, sempre foi assim, apesar dos protestos de muitos. E ainda mais os clubes que disputavam os campeonatos passados não se interessavam pela importação de craques, se arranjavam com os de casa, logo, as despesas eram mil por cento menos. Hoje, o que se vê é justamente o contrário: grandes gastos e o proprietário do campo, num jogo por exemplo, - Astréia x Treze- para citar o último, que rendeu 4:300\$000, o Treze percebeu 967\$500, isto é, menos que o proprietário do campo, que arrecadou para os cofres a bela soma de 1:290\$000, enquanto a F.D.P coube 645\$000 e o Astréia (vencedor do jogo), 1:397\$500.

Urge, uma medida em prol dos clubes que estão fazendo um futebol de classe e um pouco mais de humanidade por parte dos responsáveis por esta odiosa distribuição de rendas.

SEMOG (*Liberdade*, 07/07/1942, p.1)

Dentro desse contexto, o acirramento das disputas entre os clubes pelas rendas já tornava evidente os rachas que viriam a acontecer dentro de campo. Para se ter um parâmetro de comparação, o primeiro jogo da final do campeonato de 1941 entre Felipéia x Treze teve uma renda de “um pouquinho mais de quinhentos mil réis” (*A União*, 25/11/1941, p.4). Esse

aumento vertiginoso gerava até mesmo a possibilidade de clubes que não dependiam de rendas apenas dos jogos, vislumbrar a construção de um estádio próprio.

Não é de se espantar que um mês antes da contenda citada no *Liberdade*, Irênio Barrêto fazia uma entrevista para este mesmo jornal apresentando o projeto de um campo próprio para o Dolaport:

O <<DOLAPORT>> VAI CONSTRUIR A SUA PRAÇA DE ESPORTES
Um empreendimento que vem impulsionar os desportos paraibanos
Fala-nos o sr. Irênio Barrêto, diretor do clube da Ilha Piragibe
(...) A construção de uma praça de esportes
Dentro em breve tempo iniciará o Dolaport a construção, em Cruz das Armas, de sua praça de esportes, tentame que diz bem dos seus louváveis propósitos em alevantar o nível do nosso futebol.
O empreendimento dos dirigentes do simpatizado grêmio da camisa esmeralda vai dar grande impulso aos desportos paraibanos (*Liberdade*, 15/06/1942, p.2)

Interessante relacionar a construção do que virá a ser o Estádio da Graça, sob a tutela de um clube que carregava em seu nome o cimento vendido em sua fábrica. Fugindo de uma análise comparativa falha, é importante relacionar o contexto político no qual se inseria essa empreitada do novo estádio, com as reformulações advindas do regime do Estado Novo.

E para ilustrar melhor a importância de um clube de fábrica figurar como um dos atores principais, a partir do ano de 1942 no futebol paraibano, é importante nos centrarmos na constituição da cidade de João Pessoa a essa época relacionando-a com o novo modelo legislativo varguista intitulado por Wanderlei Guilherme dos Santos (1979) como uma “cidadania regulada”:

Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei(...)A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece [...]. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a *cidadania regulada* é a carteira profissional, que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (SANTOS, 1979, p.75-76).

Tendo esse conceito em mente e imaginando o estado da Paraíba sob a Interventoria Ruy Carneiro, na qual nessa década, segundo Jean Patrício da Silva (2013, p.62) a economia era estritamente agrária e passava por uma grande estiagem devido à seca de 1942, é possível

imaginar a importância simbólica que o emprego em uma fábrica representava na cabeça de um sujeito fugindo da seca para tentar a vida na capital.

Pelas próprias características do estado da Paraíba, com seu baixo nível de industrialização contrapondo com uma política legislativa nacional do trabalho, que privilegiava o operário da cidade, o clube Dolaport acabava por representar a própria contradição do modelo varguista na Paraíba. Complementando o argumento com as palavras da pesquisadora Monique Cittadino, teríamos uma peculiaridade paraibana nas relações de trabalho nesse estado:

É um estado de feição agrária com incipiente industrialização, a inserção do populismo só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, ensejando a expropriação do homem do campo e, conseqüentemente, ao êxodo rural. É sobre essa população que migrara para os centros urbanos, constituindo-se aí as massas populares, que incidira a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força de um processo de industrialização. (CITTADINO, 1998, p.18)

Fato esse que não deixava de ter suas facilidades para esse clube em angariar novos jogadores ao seu plantel, já que sob a tutela do profissionalismo velado em um contexto político de paternalismo e assistencialismo impetrado até mesmo pelas instituições estatais⁹⁶, a possibilidade de ter um emprego formal em uma fábrica sendo fachada para a prática do futebol seria para o indivíduo comum, promessa de felicidade.

Não é à toa que antes de Renato Ribeiro Coutinho financiar o clube Astréia, este usineiro ajudou a formar o “São João Esporte Clube”-clube pertencente a sua usina-, onde inclusive aconteciam festas esportivas na própria praça de esportes da Usina São João⁹⁷ (MARQUES, 1975, p.129).

⁹⁶ Até o ano de 1940, o Serviço de Assistência Social na Paraíba era coordenado pela Igreja Católica, com a chegada de Ruy Carneiro ao poder, este órgão passa a ser exercido pelo próprio Ruy Carneiro e sua mulher Alice Carneiro, que posteriormente também assumirá o Serviço de Reeducação e Assistência Social criado em 1941, e a Legião Brasileira de Assistência criada em 1942. (SILVA, 2013, p.89).

⁹⁷ Interessante pensar a figura de Renato Ribeiro Coutinho associada ao usineiro preocupado com o bem-estar de seus funcionários. Utilizando-se da figura paternalista para subverter a real lógica de dominação capitalista, é possível encontrar nos jornais sempre a conotação do assistencialismo impetrado pelo dr. Renato aos seus trabalhadores, como na reportagem do *Diário de Pernambuco* que afirma: “Diante da ordem local e do conforto assegurado aos operários, de identidade entre estes e os seus grandes e leais amigos, impropriamente chamados de patrões, a agitação social não existe em terras das Usinas São João e Santa Helena. Para esse ambiente de bom entendimento e mútua compreensão, contribuíram decisivamente as atitudes do dr. Renato Ribeiro Coutinho. O conhecido industrial e político paraibano nunca usou de sua influência para oprimir e sim para proteger. Daí o

O advento dessas novas forças políticas, em um contexto político de favorecimento de uma visão industrial em um estado rural, provocou em certo sentido um deslocamento dos espaços de diversão da capital João Pessoa para prática do futebol. Se prestarmos atenção, o estádio do Paraíba Clube se situava no que hoje é a praça da Independência e o próprio estádio do S.C. Cabo Branco se situava nos limites entre o bairro de Jaguaribe e Cruz das Armas, em uma região denominada não oficialmente como bairro das Trincheiras. Segundo o pesquisador Waldeci Chagas sobre a ocupação urbana deste bairro, lê-se que desde sua formação foi constituído por elementos advindos de uma elite algodoeira do interior:

O capital advindo da cultura algodoeira possibilitou a configuração dessa realidade, a consequência disso foi a edificação de casas arrojadas, garantindo a Jaguaribe a constituição de uma paisagem diferente da de outrora, onde predominavam os casebres. Vale salientar que esse processo não foi comum a toda extensão do bairro de Jaguaribe, mas tão somente a área que se estende a direita da antiga Rua Vera Cruz (atual Aderbal Piragibe) até a Rua das Trincheiras, incluindo todas as ruas adjacentes. Devido a isso, durante muito tempo esse trecho recebeu a denominação de bairro das Trincheiras. Logo, foi esse perímetro que a partir dos primeiros anos do século XX, recebeu os primeiros melhoramentos urbanos, numa extensão do que estava ocorrendo no centro da cidade e no bairro de Tambiá, uma vez que essa artéria do bairro passou a ser ocupada pela elite rural que se urbanizava. (CHAGAS, 2000, p.8)

Já o novo estádio⁹⁸ a ser construído pelo Dolaport, ficava localizado no bairro de Cruz das Armas, em uma região periférica da cidade. Localizada a mais ou menos 1,5 quilômetros do bairro de Indio Piragibe-sede do clube-, possibilitando o ingresso de uma parcela da população pessoense que não teria como se deslocar para o estádio do Sport Club Cabo Branco.

E você, leitor, também percebeu que as coisas estavam mudando? Por isso não era à toa que o campeonato de 1942 se parecia cada vez mais com um barril de pólvora perto de explodir. A entrada de altos investimentos de terceiros nos clubes na contratação de equipes técnicas mais profissionalizadas, somado ao aumento das rendas com bilheterias, assim como a possibilidade de mudança dos espaços de divertimento e sociabilidade da cidade com a construção de um novo estádio, mais próximo das massas populares, em um contexto político autoritário que visava o controle das instâncias gestoras do futebol com a criação do CRD, não só desagradava uma elite que há muito tempo comandava as ligas anteriores a FDP, como

grande e inconfundível prestígio que justamente lhe assegura a população em peso do interior da Paraíba que vê nele um autêntico “leader” e um abnegado lutador pelas justas reivindicações de seus conterrâneos.” (*Diário de Pernambuco*, 11/08/1946, p.5)

⁹⁸ O estádio foi inaugurado no dia 9 de janeiro de 1944, onde foi realizada uma partida entre Dolaport x Santa Cruz de Recife. (MARQUES, 1975, p.152).

adicionava a conquista de um troféu um peso cada vez maior do que a ideologia amadora poderia sustentar.

Pode-se dizer que o jogo realizado entre Astréia e Cabo Branco, no dia 21 de julho de 1942, foi a faísca que implodiu e demonstrou boa parte das questões sobre o parágrafo anterior, especialmente no que tange ao aumento da competitividade, fruto dos altos investimentos que esses dois clubes realizaram. Tido como um dos grandes jogos da competição, muito pela tradição que ambos os clubes tinham em seus âmbitos sociais, o primeiro “Fla x Flu” paraibano acabou tendo um fim melancólico. Na verdade, a realidade foi que o Astréia, mesmo com toda a rivalidade extra-campo, detinha um time mais bem preparado⁹⁹ e formado do que o seu rival, o que acabou levando os astreanos a marcarem três gols com apenas 29 minutos de bola rolando. Devido a tamanha superioridade, para evitar uma goleada, os jogadores do Cabo Branco se retiraram de campo, o que provocou uma revolta geral na partida com direito a invasão de torcedores e agressão a jogadores. Dois dias depois era assim a manchete do jornal *A Liberdade*:

Em vinte e nove minutos de jogo o Astréia vencia o Cabo Branco por
3 x 0

-O campeonato oficial de futebol, tão decantado pelo seu brilhantismo, este ano, desceu ao mais baixo nível com o que se presenciou, domingo passado, no campo da Avenida 1º de maio-

Realizou-se, na tarde de ante-ontem, o embate, ansiosamente esperado, entre as equipes de futebol do Astréia e do Cabo Branco, no campo deste ultimo.(...) Infelizmente, porém, os prognósticos capazes de garantir a confiança do público, cujos direitos deveriam ter sido respeitados, falharam dolorosamente, pela absoluta ausência de ponderação daqueles que, correndo para dentro de campo, fizeram as agressões presenciadas por todos que ali estavam(...) desgraçadamente havia acima de tudo isso uma cortina na qual se escondia a figura representativa da vaidade. Não se poderia perder, porque seria uma humilhação. Um dos quadros em campo viu que a derrota chegára, chegára com um escore arrasador. Tinha, assim, o jogo de não continuar...

E o futebol paraibano, que vinha recebendo uma aceitação bem pronunciada, já com repercussão fora do nosso Estado, caiu grandemente em face do que acaba de se registrar.

Muitos poderiam sofrer os efeitos do partidarismo, menos o público, que paga seu rico cobre.

Depois que o Governo da República houve por bem oficializar os esportes nacionais, o direito do público foi amplamente assegurado. **O Conselho Nacional de Desportos, por sua vês procurou sanar os males que vinham minando o aspecto geral dos esportes, imprimindo-lhes o que eles precisavam, isto é, disciplina e organização. Portanto, o futebol começou a se enquadrar no círculo da nova ordem, tornando-se, conseqüentemente, um espetáculo público.** (...). No entanto, como se procurou resolver o caso com uma insólita invasão de campo e agressão ao

⁹⁹ A contratação do técnico uruguaio Carlo Viola, além da vinda de bons jogadores de vários estados do Nordeste, como Bahia e Pernambuco, faziam do time astreano o clube a ser batido no campeonato paraibano de 1942.

juiz, ao jogador Omar, que foi pisado e ferido por diversos << esportistas>>, resta somente de tudo isso uma impressão dolorosa para os nossos próprios sentimentos esportivos... (Liberdade, 21/07/1942, p.1, grifos meus)

Sendo o assunto da primeira página do jornal *Liberdade* e sem a assinatura de nenhum cronista, os comentários que são tecidos na página acabam por extrapolar o que aconteceu no jogo. Nele estão presentes vários aspectos que parecem denotar uma transformação da mentalidade da crônica esportiva, pois esta acaba por responsabilizar a falta de disciplina não pela parte dos torcedores, e sim pela parte de quem estava dentro do campo e não conseguiu produzir um espetáculo à altura dos torcedores que pagaram as entradas para assistir as partidas.

Outro ponto que vale ser observado na arguição do cronista, é justamente a incapacidade de o futebol paraibano ter se enquadrado nos métodos disciplinares e organizacionais que passaram a valer com a criação do Conselho Nacional de Desportos. Essa dita “nova ordem” dos esportes teria como base principal a transformação do futebol em um “espetáculo público”, o que quer dizer em uma lógica de oposição que esse esporte anteriormente era um espetáculo restrito para poucas pessoas, e que justamente essas poucas pessoas ainda se achavam capazes de manter o controle do campo esportivo simplesmente paralisando uma partida quando lhes conviesse.

Analisando esses embates inerentes à prática futebolística com a espetacularização do futebol e sua crescente popularização nesse momento, impossível não recorrer a Pierre Bourdieu (1983) quando este disserta sobre o conceito de campo como sendo: “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (Bourdieu, 1983,p.119). Ou seja, para o caso paraibano as diferentes relações de força entre os diferentes tipos de capitais envolvidos nas inter-relações entre clubes, federação, confederação e torcedores com as mudanças provocadas ao longo do processo de espetacularização do futebol brasileiro, desestabilizaram a balança que anteriormente pendia para os clubes mais tradicionais¹⁰⁰detentores do capital simbólico por supostamente representarem a gênese do futebol “oficial” na Paraíba.

Com isso, o Astréia, paradoxalmente, embora existisse como clube social desde o ano de 1866, representava através da figura do usineiro Renato Ribeiro Coutinho uma nova força

¹⁰⁰ Vale lembrar que o Astréia embora exista desde 1866, o clube nunca constituiu um departamento de futebol antes de 1942, diferentemente do Cabo Branco 10 vezes campeão paraibano.

política e financeira dentro do campo esportivo, que associada ao aumento da participação estatal dentro das estruturas de organização do futebol a partir de seu incipiente processo de profissionalização, provocavam uma reação dentro de campo por parte de outros clubes através da tentativa de sabotar o campeonato de 1942. Em um balanço feito pelo jornal *Liberdade* sobre o fim da disputa isso fica evidente, mesmo que a parcialidade desta tenda em glorificar a campanha do campeão Astréia:

O QUE FOI O CAMPEONATO DE FUTEBOL DE 1942

-O Malabarismo empregado pelos outros filiados não surtiu efeito- O Astréia conquistou brilhantemente o campeonato de 1942-O público que julgue o modo de como se processou o certame- Aprendam a fazer esporte por esporte-Salve astreianos campeões dos 1 e 2 quadros. -

(...)O fracasso do nosso futebol, tantas vezes demonstrado nos campeonatos promovidos pela Confederação Brasileira de Desportos, estaria condenado a desaparecer, **desde que nada viesse perturbar a marcha renovadora do nosso padrão futebolístico**(...). Não havia exagero em se afirmar a realização de um certame bem importante. (...) A infiltração dos elementos egressos de outras plagas, nas fileiras dos nossos futeboleres, dava-lhes novos ensinamentos e concorria para uma apresentação técnica, capaz de satisfazer a exigência do nosso publico. A transição era um fato. O futebol paraibano entraria no rol das cousas aproveitáveis.(...) Os prognósticos mudaram e a perspectiva da luta apresentou-se mais importante, dado o valor dos quatro clubes em lida: Astréia, Treze, Cabo Branco e Dolaport.(...) Surgiu injustificavelmente, **a política clubista, impondo os seus desastrosos desejos de mando**. As cousas se transformavam e a incompreensão começou a construir os alicerces da sistemática **política de bastidores**, forjando dificuldades ao direito do adversário, por mais forte que fosse. As artimanhas engendradas e postas em prática por alguns membros da diretoria da Federação Desportiva Paraibana, contra o filiado Astréia, foram as mais ignóbeis. Precisava-se derrubá-lo.

(...). Contra os princípios mais mezinhos na organização pebolística, fez se o restante do campeonato em prestações. De quinze em quinze dias, se realizava um jogo e quase sempre havia entrega de pontos em favor daqueles que pudessem, de qualquer maneira, prejudicar o Astréia. Havia ainda, com essa prática, o interesse de facilitar aos concorrentes daquele clube, a inclusão de elementos de um desfilado e, também de jogadores vindos do sul(...). Dos três concorrentes, um foi vencido dignamente, em campo de luta, e os outros fugiram dolorosamente da porfia (...). E nessa jornada patriótica do Astréia(...) tendo a frente a figura do dr. Renato Ribeiro. Encerrando, apresentamos os nossos parabéns ao Astréia, pela conquista de suas vitórias, em defesa do desenvolvimento da Paraíba e por ter sabido fazer esporte, por esporte, o que os outros filiados não souberam ou não quiseram fazer!

(*Liberdade*, 28/09/1942, p.1, grifos meus)

Mais uma vez vamos ter na fala do cronista anônimo alguns aspectos que denotam o partidarismo clubista “impondo os seus desastrosos desejos de mando” como uma das causas principais do fracasso do campeonato. A polarização esportiva assim trazia à tona o aumento do processo de profissionalização em curso pelos clubes que de fato detinham capacidade para

manter os investimentos na prática esportiva. Tanto é que a matéria cita quatro clubes- Cabo Branco, Astréia, Dolaport e Treze- que teriam as condições técnicas necessárias de disputar o paraibano, alijando da disputa o Palmeiras e o Auto-Esporte, claramente times que não detinham os investimentos necessários para fazer frente aos demais clubes, fato esse que se comprovou ao longo das disputas futebolísticas.

Outro ponto a ser notado é a denúncia de um aparelhamento da FDP por parte dos outros clubes de tentar evitar a supremacia astreiana frente às demais entidades, incluindo a facilitação na contratação de futebolistas de um clube não mencionado que foi desfilado da federação e a diminuição da burocracia para a vinda de jogadores vindos da região brasileira genericamente nomeada de sul¹⁰¹. Embora não seja possível comprovar todas as denúncias, certo é que tanto no jogo relatado entre Astréia e Cabo Branco, quando este último deixou o campo ainda no primeiro tempo, assim como o jogo entre Astréia e Dolaport que também teve sérios problemas disciplinares com invasão de campo e violência entre jogadores (*Liberdade*, 31/08/1942, p.2), nenhuma medida foi tomada por parte da FDP para punir e garantir a mínima segurança dos jogos ao longo de todo o campeonato.

Isso se deve ao fato que a CND, só a partir da Resolução de 4 de novembro de 1942, passou a definir e determinar as federações a elaboração de códigos disciplinares e de penalidades para a aplicação apenas a partir dos campeonatos de 1943(PERRY, 1973, p.46). Com isso, a legislação para a aplicação de penalidades disciplinares chegava mais tarde do que o processo do profissionalismo velado nos campos paraibanos, fato esse que pode ter possibilitado a aplicação de métodos duvidosos pelos clubes, tanto na contratação de jogadores de outros estados, quanto na manipulação de resultados.

No que competia ao CRD da Paraíba, o seu silêncio frente às atribuições ocorridas ao longo do ano de 1942, pode ser interpretado primeiro pela crise logo da instituição do Decreto lei 3.199, que gerou a dissolução do mesmo e a sua reorganização apenas no dia 14 de abril de 1942 (*Liberdade*, 27/04/1942, p.2), pouco antes do início do campeonato. Segundo, é que aparentemente embora o jornal *Liberdade* tenha denunciado todas essas manipulações feitas pela FDP para prejudicar o Astréia, em nenhum momento o clube prejudicado se posicionou para tomar medidas que assegurassem seus interesses. Fato esse que pode ser um sinal de que o próprio clube astreiano poderia estar praticando atos irregulares, já que a contratação de

¹⁰¹ Ambas as denúncias carecem de comprovação, já que ao longo do ano de 1942, a edição esportiva do *A Liberdade* só comenta sobre esses dois fatos na matéria mencionada.

jogadores de outras praças esportivas favorecia aos clubes que tinham maior poder aquisitivo, como era o caso do clube do usineiro Renato Ribeiro.

Para além das brigas internas, vale ressaltar o aumento de importância que os jornais passam a ter sobre os assuntos esportivos da cidade. O jornal *Liberdade*, que tinha como dono o antigo desportista Anchises Gomes, foi um dos primeiros a relatar e se posicionar em prol das mudanças que ocorriam tanto no âmbito do Estado brasileiro quanto nos meandros internos do jogo. Essa necessidade dita de criar uma nova era no futebol paraibano relacionada ao melhoramento técnico do jogo e a capitalização dos investimentos dos clubes, já demonstravam uma nova faceta da imprensa esportiva ligada às mudanças que ocorriam através da mudança dos leitores dos jornais, que cada vez mais se interessavam pelos acontecimentos esportivos, em especial o futebol.

Refletindo para além do decreto lei 3.199/41, que impôs esse “novo modelo” sob a tutela do Estado brasileiro, e do próprio campeonato de 1942 que começa a mostrar parte desses rachas sintomáticos da mudança, é preciso agora voltar um pouco mais no tempo para se ter uma melhor percepção do processo histórico que levou ao aumento de popularidade do futebol paraibano através dos “subúrbios” da cidade de João Pessoa.

3.3 O subúrbio também joga futebol

Para isso, meu nobre e dedicado leitor, peço licença para convidá-lo a usarmos juntos da benéfica imaginação histórica para voltarmos um pouco no tempo; mais precisamente para 1933. Nesse ano, no dia 19 de março é fundada a Liga Suburbana de Desportos, com a participação dos clubes: República, Miramar, Itararé de Cabedelo, São Bento, São Lourenço e Sol Levante (MARQUES, 1975, p.92). Esse fato me chamou atenção especial, pois descobri a primeira notícia da existência de uma liga suburbana justamente no livro memorialista de Walfredo Marques (1975). Sem querer me aprofundar na reflexão da transformação da fonte histórica em objeto, mas pontuando a trajetória da pesquisa, foi só a partir desse momento no livro de Marques que pude perceber um espaço cedido a clubes que não fossem os ditos “oficiais” da antiga LDP.

É por isso que a criação da LSD pode ser uma das chaves para destrinchar alguns dos silêncios do processo de popularização do futebol na capital paraibana. Vejamos o capítulo que antecede o acontecimento citado acima:

JOGOS DE SUBURBIO

Em Barreiras, o São Bento, grande animador do futebol naquele município, derrotou por 2 x 1, o forte esquadrão do São Lourenço(...) **O juiz foi Domingos Sorrentino, membro de tradicional família italiana aqui radicada(...)** Nesta capital, e na mesma data, o “Sol Levante” perdeu em seu próprio campo para o Ipiranga(...) jogo **que arrastou grande público ao estádio da firma Matarazzo.**- Completando as festividades do mês, o São Bento realizou dia 12 de fevereiro de 1933, animado festival, com provas de saltos, corridas e um torneio de futebol, no qual competiram, São Bento, Botafogo, São Lourenço, Humayta e Combinado Tambiá, vitoriando o Botafogo(...) Com a evidencia que demonstrava, o Sol Levante era sempre procurado e gostava de promover animadas tardes esportivas em sua praça de esportes, **visando agradar ao pessoal da Fábrica(...)** (MARQUES, 1975,p.92)

Analisando pelas entrelinhas os episódios narrados por Walfredo Marques, nota-se algumas peculiaridades na organização dos eventos, especialmente na ênfase dada pelo autor à importância da presença de Domingos Sorrentino, na posição de juiz do confronto entre dois times da cidade de Barreiras¹⁰² - atual Bayeux-. A presença de um sportman da “boa família” paraibana atesta que esses acontecimentos esportivos de uma certa forma já deveriam estar sendo negociados entre os elementos dos clubes do subúrbio e membros da antiga LDP para a efetivação de um campeonato suburbano no mesmo ano. Fato é que alguns clubes que disputaram o campeonato da LSD, posteriormente ingressaram na LDP, como foi o caso do Botafogo- campeão do subúrbio em 1933 e membro da LDP em 1934-; o Felipéia de Bayeux- fundado em 1933 e membro da LDP a partir de 1935; o Sol Levante – fundado em 1932 e membro da LDP em 1933, tendo sido membro fundador da LSD, porém sem nem sequer disputar o campeonato em Bayeux, já ingressando no mesmo ano na LDP-.

Embora a escassez de informação sobre os clubes suburbanos e a própria LSD não contribuam para a maior riqueza de fontes tão preciosa para uma melhor análise do pesquisador, é perceptível uma mudança no panorama futebolístico dos campeonatos da LDP, especialmente a partir da fundação da LSD e ao longo de toda a década de 1930, a ponto de o S.C. Cabo

¹⁰² Anteriormente denominada pelo nome de Barreiras, a mudança para Bayeux veio através do decreto lei-estadual número 546 em homenagem a primeira cidade libertada da França libertada pelos aliados na segunda guerra mundial (1939-1945).

Branco fechar o seu departamento de futebol no ano de 1935 e só reabri-lo em 1942 (LEALS,1995, p.23).

A participação ativa da cidade de Bayeux através de seus clubes de fomentar a ideia do suburbano¹⁰³ em contraposição a João Pessoa, em um sentido de pluralizar a participação de clubes das cidades que circundam a capital paraibana, assim como a entrada de um clube respaldado pela fábrica da família Matarazzo como o Sol Levante, que possuía uma praça de esportes própria no bairro industrial de Indio Piragibe, já eram sinais claros de uma pluralização do acesso à prática esportiva e ao lazer intrínseco que uma tarde esportiva poderia proporcionar ao espectador, que poderia ser o operário da fábrica de folga ou o vendedor de frutas.

Seguindo essa linha de raciocínio, vale a pena observar o desenvolvimento de um processo histórico de vinculação entre o operariado com o esporte que acabava promovendo a construção de laços de solidariedade, que em parte eram almejados tanto pelo Estado brasileiro quanto pelos patrões, donos das indústrias. A colocação de Marques da “promoção de animadas tardes esportivas que visavam agradar o pessoal da fábrica”, já demonstrava que embora estivéssemos falando do ano de 1933, ou seja, um período do governo de Getúlio Vargas anterior ao Estado Novo¹⁰⁴, já se fazia presente a ideia de controlar o momento de não-trabalho dos operários, em um intuito de aumentar o controle destes em suas atividades de tempo livre, e ao mesmo tempo construir uma relação onde a fábrica inserida no espaço urbano pudesse ser representada como a “provedora” não só do emprego, mas também do lazer.

Além dessa perspectiva que os esportes passam a ter no âmbito da classe trabalhadora da cidade de João Pessoa, a proliferação de clubes de futebol em meados da década de 1930, especialmente a partir da criação da LSD, poderia possuir as mais variadas possibilidades de representação de laços identitários. Uma das poucas fontes iconográficas dessa época pode ser bastante elucidativa a respeito dessa pluralização quando por exemplo é apresentada na *Revista*

¹⁰³ Subúrbio na sua definição geográfica refere-se a áreas que circundam as áreas centrais dos espaços urbanos. Sendo derivada da palavra inglesa *suburb*, que significa *subcidade*. O termo subúrbio designa também áreas com baixa densidade populacional onde podem existir pequenas propriedades agrícolas, condomínios de luxo, parques e até indústrias (subúrbios industriais). Do ponto de vista espacial, subúrbio representa um território intermediário entre o urbano e o rural. No sentido amplo o subúrbio muitas vezes se confunde com a periferia. Para mais ver: MARTINS, José de Souza. *Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*: São Caetano, do fim do império ao fim da República velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

¹⁰⁴ Digo isso porque é a partir do período estadonovista que a vinculação entre esporte e trabalhadores vai ser utilizada pelo governo como política de Estado, através da criação do Serviço de Recreação Operária (SRO) no ano de 1943. (DRUMOND, 2014, p.138).

Ilustração uma partida inter-estadual entre os clubes “Time Negro” de João Pessoa e “Damanhã” de Recife:

Imagem 02: Detalhes da partida entre o “Damanhã” x “Team Negro”.



Fonte: Foto extraída de: *Revista Ilustração*, 2º quinzena de dezembro de 1936 e 1º quinzena de janeiro de 1937, Ano II, Nº 32, p.4.

Reparem que o “Time Negro” parece atestar na foto acima a presença apenas de jogadores negros portando um distintivo intimidador de uma caveira nada amistosa para os parâmetros dos antigos *sportmans*. Assim como o “Damanhã”, que não conseguiu encontrar

nenhuma referência nos jornais de Recife, também aparenta através de seus jogadores uma origem social mais humilde, até pela simplicidade de seus uniformes.

Ou seja, até mesmo os jogos interestaduais, que ao longo da década de 1920, eram luxo apenas dos clubes da LDP, começaram a ser organizados por agremiações de origens mais humildes diminuindo assim o fosso que separavam os *sportmans* da elite do resto da população. Vale lembrar que embora não tenha encontrado nada sobre o clube “Damanhã”, em Recife também atestei a existência de um campeonato de subúrbio que já em 1929 é noticiado pelos jornais (*Diário de Pernambuco*, 07/07/1929, p.2).

Nesse contexto, a apropriação desses clubes menores do ideal amador para a construção de identidades coletivas mais plurais- como o caso do Time Negro, que aparenta carregarem em sua essência a presença de jogadores de origem afro-brasileira-, acarretava o aumento das representações que o futebol passava a ter gerando como consequência o maior interesse do espetáculo esportivo para as demais classes sociais na capital paraibana.

Por outro lado, é preciso levar em consideração que essa aparente “permissividade”, da entrada de elementos de outras origens sociais no calendário esportivo da cidade também carregava em seu bojo a própria ideia muito comum, ao longo da década de 1930 e 1940, de uma espécie de “regeneração da raça brasileira” através da prática do esporte. Vista com bons olhos desde o início do século com a proposta de educar e preparar os corpos para o trabalho e para a guerra, o discurso higienista foi associado a construção de uma nova raça brasileira ligada a um projeto governamental do período varguista. Segundo o próprio Getúlio Vargas:

Associando o cinema, o rádio e o culto nacional dos desportos, completará o governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil (Apud, SCHEMES, 2005, p.94)

Nesse projeto, Mauricio Drummond (2008) inclusive comenta sobre a produção de filmes com a temática esportiva no intuito de passar a população brasileira os modelos de corpos eugênicos que melhor exemplificariam a busca por um ideal de perfeição corporal:

Football em Família, teve a direção de Ruy Costa, e *Alma e Corpo de uma Raça* teve o roteiro e a direção de Milton Rodrigues, irmão de Mário Filho. (...) O roteiro girava em torno de uma história de amor, onde os valores do espírito desportivo e da eugenia da raça brasileira eram constantemente trabalhados como pano de fundo. Apenas o título do filme já seria suficiente para deixar evidente sua identificação com o governo Vargas e a sua ideologia esportiva. (DRUMMOND, 2008, p.61)

Essa preocupação governamental, também estava intrinsecamente ligada à participação de uma intelectualidade brasileira que corroborava e incentivava a prática de esportes para a possibilidade do melhoramento dos flagelos da raça brasileira, tida muitas das vezes como preguiçosa e fraca. Em um processo que não pode ser considerado apenas como uma pirâmide das classes dirigentes para as classes populares, posto que a circularidade das trocas culturais entre produtores e receptores é negociada e reapropriada ao longo do processo histórico, pode-se entender que a LSD e posteriormente a Associação Suburbana de Desportos-ASD-, fundada pelos mesmos princípios da antiga LSD no ano de 1940, carregava as demandas e pressões que os clubes suburbanos passavam a exercer no “pátio” das Ligas ditas oficiais na Paraíba.

A ASD com isso parece representar um segundo momento do esporte suburbano, já em um contexto de consolidação do projeto estadonovista de expansão e aceitação das organizações associativas, baseada na utilização dos clubes como ferramentas de “conscientização das massas” para o despertar do senso de coletividade e civilidade através dos clubes de futebol. Vejamos a reportagem do jornal *Liberdade* quando este noticiou a formação da ASD:

IMPORTANCIA DO ESPORTE SUBURBANO

O desenvolvimento do esporte nos subúrbios é muito recente no Brasil, mesmo nas grandes capitais. Comumente, só o futebol é objeto de regulamentação e de organização em pequenos clubes, quase sempre em péssimas condições financeiras e alojados em edifícios acanhados. Entretanto, o esporte suburbano tem muito maior importância do que pode parecer á primeira vista.

Em primeiro lugar, **é a escola onde se preparam os futuros “cracks” dos grandes clubes**, onde os rapazes aprendem as primeiras regras do futebol que começaram jogando com bola de pano, no quintal das escolas ou nas ruas sem calçamento. Por este motivo, a influência é poderosa na formação da mentalidade do jogador, **ensinando-lhe desde logo a maneira de se conduzir em campo, os princípios da pratica esportiva, os deveres da camaradagem e de educação que se lhe impõem.**

Depois, o esporte suburbano é uma das formas mais simpáticas e interessantes de desenvolver o instinto associativo nos bairros da cidade. **É através dos pequenos clubes que se consegue formar uma “consciência de bairro”**, uma convicção generalizada que se instala em cada habitante daquela zona e que leva a colaborar eficientemente em favor do seu progresso, de sua melhoria, de um aspecto que lhe dê mais destaque do que os outros bairros.

Destes grupos, é que saem as primeiras iniciativas em prol da beneficência, da educação noturna dos adultos, da fundação de bibliotecas populares, da instalação de postos de saúde, higiene e puericultura, etc.

Mas tudo isso só se consegue quando os clubes estão agrupados numa associação que lhes dê disciplina, sentimento de ordem e vontade de colaborar na obra comum, evitando o desperdício de esforços, boa vontade e dinheiro.

Foi com esse objetivo que surgiu a Associação Suburbana de Esportes em João Pessoa. Para centralizar os esforços isolados de uma dezena de pequenos clubes do Roger, da Torre, de Trincadeiras, da Índio Piragibe, de Mandacaru, da Cruz do Peixe¹⁰⁵. Para coordenar num plano de ação sistemático a vontade de trabalhar, a extraordinária capacidade de realização que se acha dispersa nas associações esportivas da cidade(...). Para garantir a conservação da ordem nas disputas, para assegurar a legitimidade dos resultados, para melhorar o nível desses jogos e preparar assim uma mentalidade mais aberta e mais liberal.

O que a Associação Suburbana tem conquistado até agora é muito pouco. Mas é obra exclusivamente do trabalho e da boa vontade dos clubes filiados. **E com o seu apoio e a sua decidida colaboração, levará adiante um programa que requer sobretudo entusiasmo e patriotismo.** (*Liberdade*, Edição Esportiva, 29/04/1940, p.2)

Olhando para o interessante relato do cronista anônimo, é possível perceber uma grande quantidade de aspectos que estão vinculados ao “esporte suburbano”, especialmente para a lógica do futebol. Inicialmente, o autor discorre sobre a construção da formação do esportista em um sentido “educacional”, que permitiria ao jogador adquirir, além do conhecimento das regras do jogo, os valores morais necessários para a sua entrada no *hall* das Ligas principais, já que a argumentação sobre o tema começa com a ideia de que os clubes suburbanos são o estágio de preparação “dos futuros “cracks” dos grandes clubes”. Visto sobre uma perspectiva de inserção de futebolistas de classes sociais mais pobres, as associações de subúrbio teriam o papel de mediação entre o futebol da várzea e o futebol profissional, já que a pluralização da prática esportiva gerava uma relativa quebra no status de distinção de classe propagado pelos ideais amadores de décadas anteriores.

Outro argumento apontado na crônica estaria relacionado à existência dos clubes suburbanos na formação de identidades coletivas vinculados aos bairros de João Pessoa. Seguindo essa linha de pensamento, o jornalista atribui aos pequenos clubes o papel de serem fundamentais para o desenvolvimento de uma “consciência de bairro” que a longo prazo, poderia ser uma saída para solucionar os problemas estruturais que afetavam as regiões periféricas da cidade. Porém, essas conquistas só poderiam vir através da manutenção da “disciplina” e da “ordem” na qual as associações suburbanas teriam de servir de exemplo máximo.

¹⁰⁵ Infelizmente não consegui achar as fontes necessárias para a comprovação da existência de clubes em todos esses bairros descritos pelo periódico na cidade de João Pessoa.

Essa importância dada à percepção patriótica e educativa do esporte como uma plataforma de acesso às melhorias sociais através da “camaradagem” e da “disciplina”, poderia ser baseada também pelo aumento do interesse estatal na ASD. Tanto que o primeiro presidente desta entidade foi Cleanto de Paiva Leite, primeiro secretário do Departamento de Serviço Público (DSP) na Paraíba (SILVA, 2013, p.112), ligado diretamente às reformas na administração pública do interventor Ruy Carneiro. Por isso não é de se espantar já no ano seguinte a realização de um torneio da ASD onde seria disputada a taça “Ruy Carneiro” com distribuição de “vários prêmios” aos participantes (*A União*, 28/11/1941, p.2).

É inserido nesse contexto, que se tem que levar em conta o crescente aumento da popularidade desses campeonatos que vão cada vez mais estar inseridos nas interlocuções em torno da prática esportiva, geradas com a popularização do futebol e suas variadas reapropriações de significados para a sociedade paraibana. Dos clubes que participaram dos campeonatos suburbanos entre 1940 e 1941, vamos ter o Mandacarú, o Brasil-esquadrão da polícia militar (Marques, 1975, p.126) -, o Central Elétrica- time representante da empresa fornecedora de energia do estado da Paraíba-, o Time Negro, 19 de março-time que Walfredo Marques assumirá a presidência em 1944 (MARQUES, 1975, p.159) -, e o nosso velho conhecido Pytaguare.

Fora esses, uma outra dezena de clubes passará a ter relatados seus jogos nas páginas dos jornais da capital. Com isso não só os clubes de bairro, como as agremiações de cunho laboral passavam a fazer parte da vida esportiva de João Pessoa, em um processo de trocas políticas e culturais que, desde a criação da LSD, até a filiação da ASD a FDP¹⁰⁶, permitiram a instituição do futebol como uma prática de lazer as mais variadas áreas da cidade.

Recorrendo novamente às interpretações de Mauricio Drummond (2008, p.73), teríamos um processo de produção cultural, onde a circularidade de ideias e desejos entre uma ideologia oficial e a sociedade produziram um cenário esportivo particular de proliferação de clubes que apropriando para si a organização de uma liga própria, com estatutos, regulamentos e campeonatos, passavam a ter como uma de suas funções a visibilidade social e geográfica da cidade para além das fronteiras dos clubes tradicionais:

Não apenas a cultura de elite foi absorvida e re-adaptada pelas camadas populares, mas a cultura popular também teve contato com as elites culturais, que foram influenciadas por ela, e, por muitas vezes, adotaram e adequaram produtos culturais de acordo com o seu *habitus*. (DRUMMOND, 2008, p.73)

¹⁰⁶ O Decreto Lei 3.199/41 não permitia a existência de duas ligas na mesma cidade.

Para fortalecer o argumento supracitado temos como exemplo, inclusive, o aumento da participação dos clubes suburbanos¹⁰⁷ nos campeonatos oficiais da FDP nos anos seguintes ao fracasso do campeonato de 1942. Com a falta de capacidade do estabelecimento de um campeonato competitivo, devido à instabilidade política criada dentro da liga com a entrada de outros segmentos na disputa pelo controle da federação paraibana, somada ao acirramento clubístico que impediu o desenvolvimento de um campeonato mais rentável e lucrativo, os clubes suburbanos ao longo dos anos seguintes vão ocupar esses espaços vazios deixados pelas subsequentes saídas de outros clubes que perderam o interesse seja pela ótica financeira, seja pela ótica disciplinar, com o aumento das batalhas campais que passaram a ser rotina dentro dos jogos do campeonato paraibano.

De certa forma, e com isso não pretendo generalizar os acontecimentos a partir de uma conclusão unilateral, a impossibilidade de realização de campeonatos competitivos pela FDP, que gerariam como em outros estados do Brasil a consolidação de um modelo de gestão futebolística, baseada no aumento da espetacularização do futebol e, conseqüentemente, seu consumo por parte da população através da venda ingressos e jornais esportivos, criaram em oposição na Paraíba, para os anos seguintes, o prevalecimento da participação de clubes que carregavam em seus nomes e bandeiras a lógica associativa a partir da construção das identidades sociais da cidade.

Não é à toa que os clubes suburbanos foram o diferencial da balança quando, em 1947, uma dissidência rachou com a FDP e fundou a Federação Paraibana de Futebol-FPF-. Dos clubes fundadores da nova entidade que propunha se tornar a representante do futebol paraibano, com exceção do Palmeiras, todos os outros já tinham participado dos campeonatos organizados pela ASD, são eles; Botafogo, Vasco da Gama, Ipiranga, Equador, Onze Esporte Clube, Central Elétrica e Saturno (MARQUES, 1975, p.175).

¹⁰⁷ Delimito aqui como clubes suburbanos aqueles que participaram dos campeonatos promovidos pela Associação Suburbana de Desportos (ASD).

3.4 O fim do sonho profissionalista e o eterno retorno de soerguer o futebol paraibano

Uma pedrinha na shooteira

No tempo das vacas gordas, qualquer clube, quando se aborrecia com a entidade, amarrava a trouxa, dizia adeus e ia-se embora...

A troco de qualquer coisa, ou mesmo sem coisa nenhuma, qualquer clubeco fazia a sua “fitinha” e passava alguns meses fora da entidade, para onde voltava mais tarde, atendendo aos apelos de seus irmãos e outras “conversas moles”...

Esse tempo já passou(...). Agora estão arreganhando os dentes para o CND os clubes filiados à Federação Paraibana de Desportos.

O Conselho Regional da Paraíba, vendo que a direção da Federação Paraibana estava fora dos eixos, solicitou permissão ao CND para intervir nessa entidade.

A autorização foi concedida, e os “moscas” da entidade nordestina tiveram de abandonar o cargo.

Os clubes da Federação Paraibana, “bancando” o mendigo que, sentado na porta de uma igreja, brigou com um cavaleiro que humanamente lhe enxotou as moscas pousadas numa ferida, alegando que outras viriam mais famintas, ameaçaram o CND com o desligamento, caso não fossem reempossados os diretores atingidos pela intervenção.

Esqueceram-se os clubes paraibanos de que essas imposições não são toleradas. Hoje a escola é outra...

Os clubes, agora, seguem a orientação do Estado e não o Estado segue a orientação dos clubes.

Fumando meu “Pauli-Poli” e “concentrado” na minha cadeira de balanço, digo com os meus botões: Afinal de contas, o Conselho Regional da Paraíba, enxotou as “moscas” da Federação. Os clubes agora querem que as moscas voltem, sob pena de deixarem a Federação as moscas.

Zé

de S. Januário

(*Jornal dos Sports*, 17/10/1943, p.8)

A matéria descrita acima, refere-se a um importante veículo de comunicação esportiva do Rio de Janeiro, o *Jornal dos Sports*, onde o cronista Álvaro do Nascimento, utilizando o pseudônimo Zé de São Januário comenta sobre os acontecimentos passados na Federação

Desportiva da Paraíba no ano de 1943. Segundo o relato do mesmo, tem-se a descrição de um quadro no qual mais uma vez é notório a visão unilateral de um acontecimento, onde o CRD da Paraíba realizou uma intervenção na FDP, espantando assim as “moscas” que representariam os dirigentes desta Federação que estariam interessados apenas em assegurar seus interesses clubistas.

É possível perceber no relato explicitado, uma carga extremamente dura no que se referem às críticas impetradas pelo cronista quanto às atitudes comumente praticadas pelos dirigentes paraibanos, que ainda atuando como “nos tempos das vacas gordas”, acabavam por negociar com as entidades desportivas de uma maneira mais incisiva, optando muitas das vezes pela desfiliação de seus clubes em suas antigas Ligas estaduais para fazerem valer seus supostos interesses. Essa falta de comprometimento com um projeto de solidificação das entidades, segundo o autor, se dava pelos interesses clubistas estarem acima dos interesses do Estado. Fato esse que com o aumento da intervenção estatal na política desportiva recente tendia a acabar, já que nas palavras de Álvaro Nascimento a “escola agora era outra”.

Outro fato explicitado tem a ver com a alegação metafórica de que os dirigentes da FDP ameaçavam o CRD da Paraíba com a possibilidade de que se estes saíssem, assumiriam outras “moscas mais famintas”, em clara alusão a uma possível oposição na gestão paraibana, que poderia ter mais ímpeto em barrar a intervenção autorizada pelo CND no ano de 1943. Ou seja, a fome das moscas estaria referenciada a questão da “fome” de poder dentro da FDP e as suas disputas internas pelo controle do campo esportivo.

Claro que o relato em si já deixa pistas sobre o lado da disputa que o cronista vascaíno¹⁰⁸ optou, posto que mesmo o *Jornal dos Sports* sob direção do jornalista Mário Filho, a partir de 1936¹⁰⁹, tinha entre seus cronistas, nomes ligados às mudanças na gestão esportiva nacional, como o caso de Vargas Netto, sobrinho de Getúlio Vargas, poeta e membro do CND¹¹⁰. Além de adotar em sua linha editorial, uma postura que segundo o historiador Alexandre Couto:

tinha a pretensão de atuar duplamente no desenvolvimento do campo esportivo carioca, ao noticiar os fatos e eventos ligados aos esportes e de

¹⁰⁸ Álvaro do Nascimento pelo próprio pseudônimo adotado era torcedor do Vasco da Gama, chegando a comentar muitos dos jogos do seu time de coração.

¹⁰⁹ A data de fundação do *Jornal dos Sports* remonta ao dia 13 de março de 1931, pelo jornalista Argemiro Bulcão, porém foi a partir de 1936, com a aquisição do jornal por Mário Filho que o periódico passou a agregar um corpo editorial mais comprometido com a “modernização” dos esportes na sociedade brasileira. Para mais ver: COUTO, André Alexandre Guimarães. *Cronistas esportivos em campo: letras, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1958)*. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2016.

¹¹⁰ Fonte: <<http://www.ludopedio.com.br/arquivancada/vargas-neto-e-suas-chronicas-a-imprensa-esportiva-para-alem-de-mario-filho/>>. Acesso em 02/02/2017.

interferir no cotidiano deste campo, ao promover discussões e debates que teriam impacto nas ações dos clubes, nas associações esportivas e nas políticas públicas” (COUTO, 2011, p.51)

Nesse sentido, o tom da crítica utilizada por Álvaro Nascimento também tinha relação com o próprio nome de sua coluna intitulada “Uma pedrinha na shooteira” que acabava por denotar um espaço de crítica a determinadas situações que aconteciam no mundo do futebol¹¹¹. Porém, é inegável que nesse relato específico, o cronista tenha intencionado em elogiar a atuação das recém-criadas instâncias responsáveis por regular o futebol paraibano, no sentido de dar limites aos interesses particulares em contraposição aos interesses da nação.

Tratando o caso relatado em uma óptica diferente do jornal da antiga capital federal, é perceptível a partir do ano de 1943, para o âmbito regional das disputas políticas no seio da FDP, o aumento dos embates entre um grupo ligado ao Conselho Regional da Paraíba, com fortes ligações com a interventoria Ruy Carneiro, e outro grupo ligado a ex- desportistas que detinham um certo destaque na vida esportiva da capital paraibana até a implementação da oficialização dos esportes em 1941. Tudo parece começar com a perda de credibilidade da gestão de Rômulo de Almeida-Delegado de Trânsito e Vigilância da Paraíba e primeiro presidente da reorganização do departamento de futebol do Botafogo em 1944. (*Diário de Pernambuco*, 16/03/1944) - que comandou a FDP no ano de 1942 e acabou por não conseguir evitar os problemas de violência nas partidas da disputa do certame, assim como não levar a seleção da Paraíba a melhores resultados no campeonato brasileiro de seleções estaduais¹¹².

Devido a esses fatores, e sucumbindo à própria pressão política interna da federação paraibana, o periódico *Diário de Notícias*¹¹³ anunciava que Carlos Neves da Franca comunicava a CBD que tinha assumido a presidência da FDP devido à renúncia coletiva da gestão anterior (*Diário de Notícias*, 27/06/1943, p.3). Posteriormente na eleição de agosto do mesmo ano, Carlos Neves da Franca, acabou confirmando o favoritismo e foi eleito junto com João Elias

¹¹¹ Vale ressaltar que o próprio André Alexandre Guimaraes Couto afirma que Zé de São Januário: “adotava uma postura de crítico feroz da desorganização esportiva, seja por conta da atuação de dirigentes que deveriam estar atentos a isso, sejam as próprias entidades relacionadas ao campo. Esta característica, no entanto, estava presente desde os primeiros anos do jornal, quando utilizava os textos para denunciar equívocos dos dirigentes esportivos”. (COUTO, 2016, p.178).

¹¹² Embora a seleção paraibana tenha eliminado as seleções do Rio Grande do Norte e de Alagoas, era esperado pelo investimento feito na equipe, a vitória sobre os pernambucanos, que acabou por não vir. (MARQUES, 1975, p.147).

¹¹³ Jornal carioca diário e matutino fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas. Saiu de circulação em 1974. Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>> . Acesso em 03/02/2017.

Bernardes para a vice-presidência (MARQUES, 1975, p.150). Fazendo uma pequena retrospectiva nota-se que ambos os indivíduos eleitos já figuravam na vida esportiva da Paraíba, desde a década de 1930.

João Elias Bernardes era conhecido por suas crônicas no jornal *A União* utilizando o pseudônimo “Aluizio Paredes” (MARQUES, 1975, p.140), além de existir uma suspeita de este publicar crônicas no *A Liberdade* apenas com suas iniciais “E.B.”. Como não posso afirmar com certeza que E.B. é o nosso sujeito histórico em questão, analisarei uma opinião dada por este sobre o desenvolvimento do profissionalismo, logo após a oficialização dos esportes:

O desenvolvimento esportivo do Brasil não ficou no foot-ball. No violento esporte bretão, embora atrevêssemos no momento uma fase que não é das mais auspiciosas, já chegamos a ser congominados os “reis do foot-ball”(...). Os brasileiros eram mesmo os “cracks” do foot-ball”. Com a implantação do profissionalismo que já existia sob a máscara do falso amadorismo, quando se esperava que a situação melhorasse ainda mais, ou, pelo menos guardasse o mesmo ritmo de influência, tudo foi por água abaixo. **Aluizio Paredes** (*A União*, 27/11/1941, p.3)

Nota-se pela opinião do cronista através de sua coluna “A Hora Esportiva”, uma clara desilusão com os rumos tomados posteriormente ao Decreto Lei 3.199/41. Através da subjetividade de sua escrita, que não aponta qual o motivo de as coisas terem ido “por água abaixo”, o autor assinala uma piora do desenvolvimento do futebol após a opção pelo profissionalismo, mesmo ele argumentando que este já existia devido ao “falso amadorismo”. Além da própria crítica subjetiva ao alto grau de violência que esse esporte detinha. Por essas palavras, já se pode ter uma ideia de qual era o perfil de Elias Bernardes¹¹⁴ que durante a década de 1930, chegou a ser juiz de futebol pela antiga LDP (MARQUES, 1975, P.103).

Carlos Neves da Franca também fez a sua carreira esportiva como juiz de futebol, tendo ostentado inclusive o status de melhor árbitro da Paraíba em meados da década de 1930 (MARQUES, 1975, P.105), e sua participação política na antiga LDP, se restringia a acompanhar a delegação da Paraíba em algumas disputas do campeonato brasileiros de seleções estaduais. Porém a sua respeitabilidade enquanto conhecido juiz de futebol e representante de uma “velha guarda” dos antigos desportistas, tendia a representar uma certa imparcialidade quanto as rivalidades clubistas no seio da FDP.

¹¹⁴ João Elias Bernardes também foi representante da antiga LDP no ano de 1935. (MARQUES, 1975, p.102).

Concomitantemente, menos de um mês depois da eleição de Carlos Neves da Franca para a FDP, o *Diário de Pernambuco* anunciava:

O Conselho Regional de Desportos acaba de ser recomposto com a nomeação dos membros seguintes: Miguel Falcão Alves, Clovis Lima, Geraldo Portela, Sizenando Costa e Capitão José de Souza Pinto, este último, representante do Conselho Nacional de Desportos, foi designado para presidente da entidade (*Diário de Pernambuco*, 04/07/1943.p.7)

Vale lembrar que a nomeação para o CRD era feita através do secretário do interior da interventoria Ruy Carneiro, por isso não espanta que tenhamos Miguel Falcão Alves- secretário da fazenda e presidente do Banco da Paraíba-; Clovis Lima- já mencionado outras vezes, sendo este chefe de polícia do Estado; Geraldo Portela- Presidente da fábrica de cimentos Portland, presidente do clube Dolaport e 1º secretário do banco da Paraíba; além de Sizenando Costa- já mencionado aqui como diretor do departamento estadual de estatística da Paraíba- e o Capitão José de Souza Pinto, eleito diretamente pelo CND, conforme determinava a legislação do Decreto Lei 3.199/41¹¹⁵.

Olhando para esses nomes, mais uma vez vamos ter as disputas internas que acabaram não sendo resolvidas pelo fracasso do campeonato paraibano de 1942. Ou seja, de um lado, como já disse, uma velha guarda de *ex-sportmans* com opiniões contrárias ao aumento da presença estatal metaforizada pelo CRD da Paraíba, e de novas forças políticas de outros clubes- como o caso de Geraldo Portela e seu clube Dolaport-. E do outro lado, membros da Interventoria Ruy Carneiro, funcionários públicos e novas forças políticas de clubes mais novos que buscavam o estabelecimento de uma nova ordem política dentro do campo esportivo do futebol paraibano.

É dentro desse contexto, portanto, que Zé de Januário do *Jornal dos Sports* noticia a intervenção no dia 13 de outubro de 1943 da FDP pelo CRD da Paraíba. Isso queria dizer que a FDP perdia todo o seu poder na gestão dos esportes no estado, sendo o CRD, autorizado pela CBD e CND, a nomear um interventor com poderes totais para dirigir o prosseguimento dos esportes paraibanos. A função ficou a cargo de Gilberto Azevedo, um destacado funcionário do

¹¹⁵ Art. 6º- Haverá, em cada Estado ou Território, um Conselho Regional de Desportos, que se comporá de cinco membros, nomeados pelo respectivo governo, pelo prazo de um ano, não sendo vedada a recondução. Parágrafo único- Um dos membros, de que trata o presente artigo, será de indicação do Conselho Nacional de Desportos. Brasil. Decreto Lei Nº 3.199, de 14 de abril de 1941.

Banco do Brasil S/A (MARQUES, 1975, p.151), porém sem representatividade no cenário esportivo.

Fica claro com isso as características semelhantes de atuação política do governo de Ruy Carneiro em optar por escolher nomes que não tivessem vínculos com as partes em disputa, já que segundo o próprio esse era um meio de governar com mais independência. Nas palavras do ex-interventor da Paraíba em depoimento a Fundação Getúlio Vargas:

Como havia dez anos que eu não tinha uma atuação direta no estado, porque vivia no Rio de Janeiro, tive muita cautela na organização do governo. Não queria ficar muito subordinado à possível política dos meus companheiros, dos meus amigos, que eram adversários de Argemiro, e não se davam com ele. Eu levei, para secretário da Fazenda, um funcionário do Banco do Brasil, o falecido Miguel Falcão de Alves. Para meu oficial-de-gabinete, levei um mineiro, Homero de Souza e Silva, de Poços de Caldas(...); para diretor de Obras Públicas, o dr. Cícero Cruz, também de Minas Gerais – cheguei a ter seis mineiros no meu governo. (CARNEIRO, Ruy. Ruy Carneiro (depoimento, 1977. Rio de Janeiro, CPDOC.)

Essa característica de escolher para a interventoria da FDP um funcionário do Banco do Brasil se repetiu anteriormente na nomeação descrita de Miguel Falcão Alves. Até porque o próprio Ruy Carneiro antes de ser empossado por Getúlio Vargas para assumir o comando do estado da Paraíba, era secretário do presidente do Banco do Brasil na antiga capital federal.

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva das inter-relações entre os campos esportivo e político, a peculiaridade da proximidade entre a ascensão de Ruy Carneiro em 1940 e a instauração do CRD da Paraíba em 1941 acabavam por definir uma política centralizadora, através do aumento do aparato burocrático que pudesse racionalizar a máquina pública, em um sentido de alijar as possíveis oposições do centro de decisões do poder. Com isso, a falha do antigo interventor Argemiro de Figueiredo em ainda privilegiar uma política coronelista¹¹⁶, favorecendo os setores agroexportadores em franca oposição ao caráter essencialmente urbano que se propunha fortalecer o regime estadonovista, fazia com que as mudanças realizadas por Ruy Carneiro tivessem o respaldo total do governo federal. Sobre essas mudanças, vale lembrar as palavras do historiador Jean Patrício da Silva (2013):

Em síntese, Ruy Carneiro fez uma administração voltada para uma racionalização da máquina pública, totalmente sintonizado com os

¹¹⁶ Para o conceito de coronelismo importante lembrar as delimitações produzidas por Victor Nunes Leal onde este afirma: “(...) Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influencia sócia dos chefes locais, notadamente senhores de terras.” (LEAL, 1949, p.20).

dispositivos emitidos pela “nova era” que se iniciou com o Estado Novo(...).Essas reformas estavam sintonizadas com a política do Estado Nacional, o que veio a ajudar de certa forma o governo, pois o mesmo fazia a política do regime e ao mesmo tempo garantiu uma reforma indispensável para proporcionar o mínimo de governabilidade ao Interventor. Na condição de “delegado” do Presidente Vargas, Ruy Carneiro desenvolveu praticamente durante toda a sua administração reformas que reforçaram a centralização administrativa, como também aprofundou ou implantou todas as reformas administrativas nacionais implementadas pelo governo Vargas(...) Os mecanismos de centralização foram reforçados a exemplo da Comissão de Negócios Municipais, o Departamento das Municipalidades e o Departamento do Serviço Público. (SILVA,2013, p.20)

Adaptada para o mundo futebolístico essas mudanças acabavam sendo mais acirradas, já que o próprio Ruy Carneiro, junto com boa parte de seu gabinete acabavam sendo pessoas de fora da vida política do estado da Paraíba. Temos como exemplo a figura do mineiro Miguel Falcão Alves que foi secretário da fazenda do governo paraibano e membro do CRD da Paraíba.

Interessante pensar que a ausência de uma coalização entre os membros que disputavam o comando do futebol na Paraíba, acabaram por provocar um vácuo de poder na FDP, onde os desinteresses por parte de clubes tradicionais da capital paraibana¹¹⁷ assim como a falta de uma efetiva política esportiva por parte da gestão de Ruy Carneiro, desintegraram o futebol paraibano. Tanto é que depois da intervenção de Gilberto Azevedo, a gestão do eleito Arnaud Amorim durou apenas cinco meses até novamente em agosto de 1944, João Elias Bernardes assumir a FDP sob um regime de exceção:

A Crise da F.D. Paraibana

O presidente do Conselho Superior da Federação Desportiva Paraibana, sr. João Elias Bernardes, comunicou a CBD que assumiu a presidência daquela entidade em virtude da renúncia da quase totalidade dos membros da diretoria. (*Diário de Notícias*, 22/08/1944, p.12)

Infelizmente, a partir do ano de 1944, as notícias sobre o esporte paraibano, refletindo o conturbado momento político da FDP começam a se tornar cada vez mais rarefeitas, apenas noticiando através de pequenas notas as subseqüentes mudanças de diretoria, ignorando assim as partidas do campeonato local. Porém, por uma articulação política improvável João Elias

¹¹⁷ Vale lembrar que o Treze e o Dolaport, ainda mantinham uma boa estrutura em seus respectivos departamentos de futebol. O Treze passou a se dedicar a disputar os campeonatos da Liga de Desportos Campinense, e o Dolaport ainda mantinha um bom investimento advindo da fábrica de cimentos Portland. (MARQUES,1975, p.153)

Bernardes é indicado após o acontecimento descrito acima como o novo interventor do CRD da Paraíba, cargo que este assumiu até o ano de 1945(*Diário de Pernambuco*, 26/09/1944, p.8).

Durante o seu mandato como interventor da FDP, ocorreu um fato que serviu para enfraquecer ainda mais o movimento futebolístico da Paraíba. O campeonato paraibano de 1944 embora sem o mesmo apelo dos outros certames, ainda possuía entre seus disputantes, a volta do departamento de futebol do Botafogo-com jogadores do extinto Astréia-, o Treze de Campina Grande e o Dolaport- esses dois últimos vistos como a maior rivalidade da Paraíba (*Diário de Pernambuco*, 2/04/1944, p.8). Além do Palmeiras, Felipéia, Industrial de Santa Rita e 19 de Março.

No jogo da final do campeonato entre Botafogo e Dolaport, no dia 26 de novembro de 1944, a partida foi suspensa por uma invasão de campo de torcedores de ambos os lados. Ao invés de remarcar o jogo, a FDP, sob a gestão de Elias Bernardes, decidiu por proclamar o Botafogo campeão, alegando que até a suspensão da partida o clube vencia o Dolaport por 2 a 1. Essa atitude fez com que o clube vice-campeão pedisse desfiliação da entidade, juntamente com o Treze e o Felipéia (MARQUES, 1975, p.159). A saída de três clubes importantes no cenário esportivo local, fez com que no ano de 1945, apenas cinco clubes disputassem o torneio estadual, já sem o apelo de grandes torcidas, sendo o Botafogo o único grande clube em meio aos times de menor expressão¹¹⁸.

Para exemplificar a perda de representatividade do futebol paraibano frente ao cenário das demais Federações do Norte e Nordeste, vamos ter no mesmo ano de 1945 a realização de um Torneio de clubes do Norte, promovido pela Federação Pernambucana de Desportos, no qual nenhum clube da Paraíba foi convidado a participar. A crônica intitulada “Resposta aos Paraibanos” se refere a uma publicação do jornal *A União*, onde o cronista Aloisio Rodrigues critica a escolha de clubes do Maranhão ao invés da Paraíba, alegando que os maranhenses não seriam melhores que os paraibanos. A resposta do cronista pernambucano Hélio Pinto, acaba sendo essa:

Acredito que o sr. Aloisio Rodrigues não conheça o padrão técnico do futebol maranhense. Sua crônica é justa porque está em defesa dos interesses esportivos de sua terra, mas é injusta quando nas suas entrelinhas demonstra um bairrismo condenável. As suas comparações entre o futebol da Paraíba e

¹¹⁸ Disputaram o Campeonato Paraibano de 1945: Botafogo; Esporte Clube União; Felipéia; Palmeiras e Vasco da Gama.

Fonte:<<http://www.futebolnacional.com.br/infobol/championship.jsp?code=7059F0C75674E8C304EFB5FAF807E542>>. Acesso em 04/02/2017

do Maranhão são tendenciosas e desvirtuam o seu próprio trabalho. Também os ataques que dirige a entidade esportiva pernambucana não vem de encontro a boa ética esportiva. Tendem apenas a criar um ambiente de animosidade entre dois centros esportivos do nordeste que sempre se compreenderão(...) Acompanhei de perto a fase de esplendor do futebol paraibano, em 1942, quando o maior centro esportivo do Norte- o Recife- viu-se ameaçado com a debanda de seus melhores jogadores para os gramados de João Pessoa(...). Passaram-se os tempos e a “roleta” foi virando. O futebol paraibano caía a olhos vistos. Foram-se os seus melhores jogadores e os clubes de cartaz como Dolaporte, Astreia, Botafogo, Felipéia, Palmeiras e Auto-Esporte também foram declinando. Alguns desapareceram e os mais sólidos preferiram o movimento social(...). Atualmente não podemos dizer o mesmo da Paraíba. Acompanhei interessadamente o desempenho dos paraibanos no último campeonato brasileiro de futebol. Fiquei decepcionado com os 9 x 5 que os potiguares lhes impuseram em Natal, e logo mais senti a mesma decepção em João Pessoa, quando os rapazes da entidade paraibana voltaram a cair por 5 x 3(...). No mês de maio último, telegrafei ao presidente da Federação Paraibana propondo uma temporada de dois jogos do América, em João Pessoa(...). A resposta que recebi da FDP foi que o futebol dali estava em crise e nenhum clube se apresentava com capacidade de enfrentar o América. Logo depois, chegavam a Recife os jogadores Alirio, Sabino e Berto, últimos remanescentes da fase de ouro do futebol paraibano. (*Diário de Pernambuco*, 07/10/1945, p.18)

A partir do relato acima pode-se ter uma contextualização bem definida de como ao longo dos anos entre 1942 até 1945, o futebol paraibano vai do seu apogeu a um certo ostracismo, representado pela incapacidade de a FDP ter um clube que pudesse fazer frente ao América de Recife. Questões como a ida de grandes jogadores pernambucanos “para os gramados de João Pessoa”, a rememoração dos grandes clubes que ao longo do tempo foram caindo de produção até a fragorosa derrota para a seleção do Rio Grande do Norte no campeonato brasileiro de 1944, acabam por contextualizar o argumento do cronista Hélio Pinto de que o futebol da Paraíba não seria mais capaz de figurar competitivamente entre os grandes estados do Norte. Soma-se a esse fator a crítica feita pelo cronista pernambucano ao jornalista paraibano, de uma tentativa por parte desse último de tentar provocar um clima de animosidade entre “dois centros esportivos do Nordeste que sempre se compreenderam”.

Sobre esse assunto é interessante perceber que o próprio cenário político esportivo na Paraíba acabava por isolar a FDP das demais federações estaduais, fato esse que prejudicava ainda mais, tanto a realização de torneios regionais ou partidas interestaduais-que rendiam grandes fontes de renda para as federações-, como também impedia que a FDP pudesse constituir alianças com as demais federações, frente a possíveis decisões por parte das instituições esportivas centrais que fossem consideradas “injustas”.

Por isso não foi surpresa nenhuma quando a FDP no ano de 1946, já sob efeito dos ventos democráticos que estavam em curso¹¹⁹ pelo país com a saída de Getúlio Vargas do poder, entrou com um recurso contra a realização da partida válida pelo Campeonato Brasileiro de Seleções em Natal contra a seleção do Rio Grande do Norte alegando um atraso de mais de três horas na realização da partida, e outros problemas técnicos que eram contrários ao próprio regulamento da disputa da competição:

A Paraíba pediu anulação do jogo contra o Rio Grande do Norte

Chegou ontem a CBD um protesto da Federação Desportiva Paraibana contra ocorrências verificadas no segundo encontro com o Rio Grande do Norte, em Natal, no qual a representação daquela entidade foi eliminada do certame. Diz a Federação Paraibana, em ofício assinado pelo seu presidente, sr. Carlos Neves da Franca, que o jogo foi iniciado com atraso de mais de três horas, sob a luz de refletores, contra os costumes dos seus jogadores; que o arbitro, além de ter chegado ao campo com duas horas de atraso, deu por encerrada a prorrogação aos 15 minutos, ao contrário do que dispõe o regulamento, que fixa a prorrogação em 30 minutos.

O protesto muito embora contenha argumentos que dizem respeito a falta de observância do regulamento, dificilmente poderá ser tomado em consideração pela CBD. Antes do seu encaminhamento a Confederação, deveria ter sido submetido ao Conselho Arbitral que funcionou em Natal. (*Diário de Notícias*, 02/10/1946, p.12)

Analisando o relato do jogo entre as seleções estaduais da Paraíba e do Rio Grande do Norte, fica claro a ausência de uma estrutura que pudesse viabilizar por completo a realização das partidas programadas pelo campeonato realizado pela CBD. Ao mesmo tempo, essa carência de organização da disputa do certame, aliada ao tamanho do território nacional brasileiro pode significar que esses problemas não aconteciam apenas em um caso específico, como o comentado pelo *Diário de Notícias*. Tem-se, por exemplo, na mesma reportagem do periódico uma denúncia da ausência de transporte da delegação da seleção estadual do Pará para a disputa contra a seleção estadual do Amazonas em Manaus, o que estaria impossibilitando a realização da partida por falta de um pronunciamento da CBD (*Diário de Notícias*, 02/10/1946, p.12).

Isso quer dizer que embora esses problemas para a realização das partidas do campeonato brasileiro de seleções estaduais pudessem acontecer em várias regiões do país, a tentativa de impetrar a anulação da partida por parte do presidente da FDP, denotava a busca de um protagonismo por parte de Carlos Neves da Franca, em tomar uma posição de crítica não

¹¹⁹ Digo em curso porque os paraibanos só elegeram um novo governador no ano de 1946. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo foi empossado no cargo em 19 de janeiro de 1947. (SILVA, 2013, p.71).

só pela defesa dos interesses da seleção paraibana na partida, como também de marcar uma posição contra as condições de realização do campeonato organizado pela CBD.

Esse protagonismo solitário de Carlos Neves da Franca frente à instituição máxima do futebol nacional não necessariamente produziu efeitos positivos para a sua gestão na FDP. O prenúncio da crise aconteceu quando no final do ano de 1946 o presidente Carlos Neves da Franca não aceitou os nomes de José Domingues Sá e Genival Menezes como representantes dos clubes Botafogo e Vasco da Gama na FDP, alegando que os dois não eram “persona grata da entidade paraibana”. (MARQUES, 1975, p.171). Ambos os presidentes dos clubes em questão, decidiram não só manter os candidatos, como também pediram licenciamento da FDP pelo restante do campeonato paraibano. Como represália a tal atitude, a entidade paraibana aplicou para ambos a suspensão de um ano.

Com isso, o campeonato paraibano acabou por ser paralisado mais uma vez, e o Interventor da Paraíba, José Gomes- que substituiu Ruy Carneiro- nomeou para o cargo do CRD da Paraíba, Domingos Trigueiro Lins para tentar resolver o impasse entre clubes e FDP. Por já conhecermos a lógica de ação centralizadora da função representativa do cargo, não é difícil imaginar que Trigueiro Lins pediu a Intervenção da FDP, e o estabelecimento de uma junta governativa para solucionar a crise. Porém, Carlos Neves da Franca não aceitou a dita intervenção e publicou uma nota em um jornal da Paraíba¹²⁰, com críticas pesadas ao CRD e à CBD. Em represália, a FDP acabou sendo des filiada da CND, ficando impedida assim de realizar partidas oficiais, de participar do campeonato brasileiro de seleções estaduais, assim como teve a perda de validade dos contratos dos jogadores que atuavam por clubes paraibanos. Na reportagem do periódico *Diário de Notícias* sobre o evento, vamos ter:

Desfiliada da CBD a Federação Desportiva Paraibana

Recusou o presidente daquela entidade de acatar a ordem de intervenção, dada pela C.N.D.

Numa das decisões mais enérgicas destes últimos tempos, a diretoria da CBD resolveu, ontem, desfiliar a Federação Desportiva Paraibana. Essa decisão foi tomada após a apreciação, pelos dirigentes da Confederação, de uma “Nota Oficial”, assinada pelo sr. Carlos Neves da Franca, presidente da aludida Federação, e na qual afirma categoricamente que não tomaria conhecimento, “por inconstitucional”, da intervenção da entidade, determinada pela CND. Tal medida, ao que apuramos, fora motivada por certas irregularidades verificadas no seio da Federação

¹²⁰ Infelizmente não consegui identificar o jornal que publicou a dita nota escrita por Carlos Neves da Franca.

Paraibana e comunicadas ao CND pelo Conselho Regional da Paraíba. De acordo com os dispositivos legais, uma vez constatada a impossibilidade de entendimentos entre o presidente da Federação e os membros do Conselho Regional, determinou o CND a intervenção, a qual seria efetivada por uma comissão da qual - segundo determinação do CND - faria parte o próprio presidente da Federação Paraibana.

Presumivelmente, a atitude do presidente da Federação Paraibana, ora afastada oficialmente do convívio das demais organizações esportivas do país, resultou de desentendimentos de caráter pessoal entre os mentores dos esportes naquele Estado.

(*Diário de Notícias*, 17/04/1947, p.12)

Lendo a reportagem sobre a desfiliação da FDP, fica claro que apesar de a democracia brasileira voltar a respirar novamente, as estruturas do esporte ainda mantinham a mesma política centralizadora na “pacificação” dos conflitos internos. A própria justificativa dada por Carlos Neves da Franca de impedir a intervenção na FDP relatada no jornal, tinha em sua fundamentação, uma lógica “inconstitucional” da ação promulgada pela CND. Porém, os próprios “desentendimentos pessoais” também alegados na notícia entre os grupos políticos na disputa do campo esportivo paraibano, acabaram por desacreditar a capacidade de organização dos diferentes interesses em disputa, e isolar Carlos Neves da Franca e João Elias Bernardes, abrindo caminho assim para a constituição de uma nova federação capaz de pleitear o vácuo deixado com o fim da FDP.

Assim, apenas sete dias após a desfiliação da antiga entidade, a Federação Paraibana de Futebol foi fundada sob a presidência do Capitão Renato Ribeiro de Moraes com a participação dos clubes fundadores: Vasco da Gama, Botafogo, Ipiranga, Equador, Saturno, Palmeiras, Onze Esporte Clube, Central Elétrica e Esporte Clube União (*A União*, 25/04/1947, p.6). Um mês depois Auto-Esporte e Felipéia se uniam aos demais para a realização do Campeonato Paraibano de 1947, já sob a supervisão da recém-criada FPF (MARQUES, 1975, p.176).

A fundação da FPF, nesse sentido, acaba por estabelecer uma nova ordem na política esportiva paraibana, já que boa parte dos clubes que ajudaram a fundar a nova entidade não possuíam a tradição de serem representantes do futebol paraibano a época. Vale lembrar que o Botafogo esteve parado durante boa parte da década de 1940 e à exceção do Palmeiras, os demais clubes não tinham muito tempo de fundação, advindos em sua maioria do campeonato suburbano. Soma-se a isso a forte presença de militares nesse primeiro momento nos cargos

mais altos da direção da FPF, como o presidente capitão Renato Ribeiro e o diretor de futebol, Tenente João Viana (*Diário de Pernambuco*, 16/11/1947, p.8).

Pode-se perceber assim, a formação de um arranjo entre militares que passaram a ocupar mais posições de destaque no CRD da Paraíba a partir da interventoria Ruy Carneiro, seguindo as determinações do Decreto Lei 3.199/41, juntamente com as novas forças políticas dos clubes suburbanos e seus respectivos dirigentes para a ocupação do campo esportivo paraibano. Ditos como abnegados por parte da imprensa, esses dirigentes vão tentar recuperar a imagem dos tempos de glória do futebol paraibano, sendo a inauguração dos refletores do estádio do Cabo Branco uma de suas primeiras obras. Com a participação do clube Náutico do Recife, vamos ter na crônica de Hélio Pinto para o *Diário de Pernambuco* o seguinte relato:

Colheu o Náutico em João Pessoa ampla vitória sobre o Equador

João Pessoa- Não foi sem alguma dificuldade de consegui atingir essa capital(...). Lembro agora mesmo, escrevendo num silencioso escritório do Paraíba Hotel, as tardes gloriosas do futebol paraibano. Dramáticas disputas em anos passados travadas entre o Treze e o Dolaporte, Astréia e Cabo Branco. Jogos que ficaram gravados na história esportiva do Nordeste, em que os paraibanos tomaram parte saliente. Enfim, toda a época de esplendor do “association” da terra de João Pessoa, esquecida temporariamente após o colapso “fragoroso” que sofreu a “finada” Federação Paraibana de Desportos.

O passado teria de ser revivido em 1947. Outra equipe de homens abnegados do esporte teria de substituir aquela que fracassara desastrosamente, levando o esporte paraibano ao caos. Não se fez esperar o aparecimento do Cap. Renato Ribeiro de Moraes, auxiliado de perto pelo ten. João Viana, por José Maria, por Walfredo Marques e outros(...)

(*Diário de Pernambuco*, 16/11/1947, p.8)

Seguindo a análise dessa nova conjuntura que se delineou no campo esportivo da Paraíba com a criação da FPF, é possível perceber a partir do relato descrito acima, esse resgate em tentar soerguer o futebol paraibano aos seus ditos dias de glória. A tentativa de reviver o passado a partir do ano de 1947, creditada a abnegação dos novos dirigentes- entre eles Walfredo Marques- se contrastava com a queda do nível técnico dos times locais. Relembrando os clássicos entre Treze e Dolaport e Astréia e Cabo Branco, o cronista não menciona nenhum clube com o peso dos tempos antigos. Embora já no final do ano de 1947, a FPF já tivesse sido regularizada e filiada a CBD como a representante da Paraíba, os seus clubes, com a exceção¹²¹

¹²¹ Vale lembrar que o Treze só voltará a disputar o Campeonato Paraibano em 1950, quando se consagrará Campeão. Fonte: <www.trezegalo.xpg.uol.com.br/zezinhoibiapino.html>. Acesso em 05/02/2017.

do Botafogo e o do Auto-Esporte, acabavam por permanecer em uma lógica associativa em contraposição a uma lógica profissionalista do esporte.

Isso quer dizer que a modernização do futebol brasileiro em curso em vários estados do país, que foi experimentada pela Paraíba no ano de 1942 e 1943, agora dava espaço para clubes de menor expressão que não tinham condições financeiras de promover um espetáculo esportivo cada vez mais necessário para o aumento das rendas. Aspectos como a questão da profissionalização dos jogadores, a capacidade de mobilização do campeonato paraibano, a renovação da imprensa esportiva e o próprio valor de vinculação afetiva entre os clubes paraibanos e seus torcedores acabava por produzir um cenário desfavorável frente ao cada vez mais competitivo campo esportivo nacional à época. Nesse sentido, a ideia do retorno a um tempo passado de glórias do futebol paraibano, pode ser melhor associado à perda do trem de uma história futebolística, que pelos mais variados motivos explicitados ao longo dessa narrativa historiográfica trazem à tona a própria problematização das desigualdades regionais, financeiras e políticas que ajudaram a construir um futebol que é espelho e miragem de um país ainda tão desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, sentado à frente da velha mesa que me acolheu durante o tempo da escrita dessa dissertação, percebo o tamanho da *loucura* que foi escrever sobre aspectos do lugar que eu escolhi para viver tendo na bagagem inicial a essa experiência, que começou com a minha vinda à Paraíba, questionamentos que a toda hora se misturavam e acabavam confundindo os limites entre o pesquisador e o indivíduo. Por isso, as motivações que me levaram a essa pesquisa sempre foram muito heterogêneas e aí talvez estejam as maiores lacunas dessa história.

Ao me deparar com essas interrogativas associadas à minha intrínseca paixão pelo futebol, tentei apresentar uma gama de possibilidades de pesquisa que não necessariamente seguiram uma cronologia linear, já que o processo criativo tem os seus próprios caprichos incontrolláveis. Com isso, adotando uma linha de raciocínio tão sinuosa quanto aquelas estradas cheias de desfiladeiros, tentei apresentar alguns aspectos que humildemente achava importante, conforme as ideias surgissem ao longo do caminho.

Assim, em um primeiro momento dessa experiência procurei trabalhar focado no desenvolvimento esportivo da antiga cidade da Parahyba, em seu período inicial, tentando entender quais eram as suas peculiaridades, em um contexto histórico de inserção do fenômeno futebolístico ligado a uma cultura de elites que viam no esporte uma forma de distinção social. Nesse meio de tempo, tentava buscar possibilidades de analisar a própria expansão do tecido urbano da capital paraibana sempre associando-a ao aspecto esportivo das nascentes Ligas e suas associações esportivas.

Problematizando o aspecto social, não consegui encontrar fontes suficientes que pudessem atestar a prática esportiva para além dos periódicos direcionados apenas aos seus leitores mais abastados. Com isso, deixo em aberto para outros pesquisadores o desafio de compreender de uma forma mais ampla a conjuntura social da prática esportiva na antiga Cidade da Parahyba, porém já com pelo menos um exemplo de um clube, o misterioso Pytaguarenses, que aparenta ser o ponto fora da curva dos demais que disputavam os primeiros campeonatos da extinta Liga Desportiva Parahybana.

Ainda inserido nessa periodização temporal (1919-1925), pude perceber a importância dos primeiros torneios interestaduais que geravam a construção de um sentimento de pertencimento regional, e ao mesmo tempo, movimentavam a rotina da cidade com a construção

dos hábitos de lazer que o próprio fenômeno futebolístico carregava. Nesse sentido, partidas promovidas geralmente pelo Sport Club Cabo Branco contra clubes de Natal e Recife, possibilitavam a compreensão do processo de popularização que passava a transformar os sentidos do jogo de algo idealizado para a confraternização esportiva exemplificada pela palavra *fair-play*, algo mais próximo do imperativo da disputa, onde a vitória e a derrota instituíam o “gérmen da rivalidade” tanto entre os primeiros clubes da LDP, quanto entre as cidades vizinhas.

Concluindo essa etapa, acabei por me deparar com uma notícia da participação do estado da Parahyba em um torneio promovido pela CBD, intitulado “Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais”. Já no ano de 1925, os melhores desportistas dos clubes de futebol da antiga liga parahybana viajaram a Salvador da Bahia para enfrentar os baianos em uma competição que tinha a intenção de integrar os estados da federação através do futebol. Com isso, entendi o peso do caráter político que a prática esportiva ia ganhando, com o crescente envolvimento de famílias políticas tradicionais, duelando por cargos na gestão esportiva, tanto a âmbito nacional e regional.

Imbuído desse aspecto político do futebol, passei nos meus questionamentos a problematizar o poder da construção das memórias coletivas que visavam homogeneizar os variados desenvolvimentos do esporte bretão em um país com dimensões continentais. Trabalhando o meu próprio etnocentrismo, pude perceber que o ato de torcer para um clube que não encontra fronteiras no território nacional como o meu Flamengo, tem em suas origens um processo de construção de um projeto nacional para o futebol, advindo dos meandros do governo de Getúlio Vargas.

Não que eu estivesse querendo acabar com as eternas discussões de futebol na mesa de bar, nem muito menos quisesse envolver o meu clube do coração no objeto de pesquisa. Mas de uma certa forma, tentei compreender as possíveis relações de um projeto nacional para os esportes que perpassavam pela centralização das decisões políticas, através da instituição do Decreto Lei 3.199 de 1941, que oficializava os esportes e ao mesmo tempo profissionalizava o futebol no Brasil. Abordando aspectos ideológicos que perpassavam pela “regeneração da raça brasileira” através dos esportes, percebi como a instauração de um discurso pedagógico e integrador silenciava os bastidores do espetáculo que o futebol se inseria, e ao mesmo tempo, emudecia as variadas desigualdades financeiras regionais latentes das federações e clubes,

utilizando como exemplo o próprio campeonato brasileiro de seleções estaduais com enfoque na organização do torneio e o seu potencial lucrativo.

Voltando a terras paraibanas no curso da pesquisa, pude perceber em um terceiro momento as consequências do Decreto Lei 3.199/41 em uma órbita estadual, com a criação da Federação Desportiva Paraibana, e o abalo sísmico dos efeitos de uma maior participação da Interventoria Federal nos aspectos da gestão esportiva, com a instauração da nova resolução federal. Temas como a influência do Conselho Regional dos Desportos, a instabilidade política no seio da nova entidade, fruto das variadas disputas pelo campo esportivo na Paraíba, e a importância da imprensa na externalização das variadas retóricas argumentativas entre uma elite de ex-futebolistas representantes dos antigos clubes tradicionais da cidade, em oposição a essas mudanças de cunho ideológico e político nas esferas esportivas locais me levaram a perceber as peculiaridades do cenário esportivo inserido em um franco processo de popularização.

Mesmo em um contexto de grande instabilidade, em um primeiro momento desse processo já no ano de 1942, foi possível perceber o aumento dos investimentos nos clubes paraibanos, que com instauração do profissionalismo, passaram a contratar jogadores de várias regiões do país- e até mesmo um técnico estrangeiro- com o intuito de tornar os campeonatos mais atrativos e ao mesmo tempo estabelecerem um patamar de competitividade que fizesse frente às demais potências estaduais da região do Nordeste brasileiro. Porém, o crescimento de importância do espetáculo esportivo gerou o aumento das rivalidades clubísticas que acabaram por refletir para o campo as disputas políticas em curso na FDP.

Tentei, a partir disso, comparar as diferentes origens sociais desses clubes, novamente com o olhar para a cidade de João Pessoa e seus arredores, e acabei me deparando com a grande quantidade de associações esportivas que passaram a ser formadas ao longo da década de 1930 e que a partir da constituição da Associação Suburbana dos Desportos em 1940, passavam também a participar ativamente do cotidiano esportivo em um primeiro momento nos campeonatos suburbano e posteriormente nos próprios campeonatos da Federação Desportiva Paraibana.

Essa reunião de fatores somados levaram a um processo histórico de desintegração da política esportiva estadual que teve seus reflexos na desfiliação da FDP por parte da CBD. A constituição de uma nova federação para representar o futebol paraibano, no âmbito

regulamentar e simbólico, acaba por mostrar que, mesmo atualmente, ainda ressoam as consequências ocorridas mais de setenta anos atrás.

Não quero dizer com isso que este trabalho produza em si as respostas a um tema tão abrangente como este. O futebol paraibano passou posteriormente à década de 1940 por momentos de altos e baixos como tantas outras regiões do país. Porém, o período estudado, trata de temas que ajudam a apontar determinados mistérios que são importantes para a constituição de uma perspectiva historiográfica do estudo das práticas esportivas no estado da Paraíba. Tais como o processo de profissionalização dos jogadores, a influência do Decreto-Lei 3.199/41 em uma esfera regional, as desigualdades financeiras no cenário esportivo nacional associado a um modelo de gestão esportiva autoritário e as próprias peculiaridades das práticas políticas no campo esportivo paraibano, acabavam por provocar um clima de instabilidade permanente que em parte persiste até os dias de hoje.

Embora a quantidade de matérias analisadas para o estudo do futebol paraibano não seja tão vasta quanto em outras regiões, pude perceber ao longo desta narrativa historiográfica muitas possibilidades para trabalhos futuros. Além do próprio campo de pesquisa ainda estar em aberto -e consequentemente em disputa- para as mais variadas periodizações do tema, a própria correlação entre as forças políticas esportivas da região Nordeste em torno da construção de uma identidade comum, seja através do fomento às rivalidades entre clubes de diferentes estados ou mesmo da reafirmação de um ideal de parentesco relacionado à representação do “ser nordestino”, são pauta para novos e longos debates.

A utilização de pesquisas que tenham como metodologia a História Econômica como “norte” para a real compreensão das disparidades econômicas que se deram após a centralização política da administração esportiva, associada à propagação da espetacularização do futebol, também são questionamentos muito instigantes para uma maior amplitude da historiografia do futebol na região Nordeste. Finalmente, a própria trajetória dos ídolos esportivos não só da Paraíba, como em outros estados, em uma possível história comparada desses indivíduos que não migraram para os ditos grandes clubes do país, e permaneceram vinculados a uma história local de guardiões da memória do esporte em suas regiões, são boas possibilidades para uma nova investigação histórica.

Sendo assim, caro leitor, espero que você não leia o final deste trabalho como um romance que revela os mistérios da narrativa em suas últimas páginas, mas sim como um livro que acaba no meio, obrigando o próprio espectador a finalizar a escrita com as próprias mãos.

Adaptado à realidade de um trabalho de pesquisa, espero ter com isso contribuído em inquietar a imaginação histórica, que como um pássaro cego preso na gaiola canta aquilo que não podemos ver.

REFERÊNCIAS:**Periódicos:**

A União: 1920,1941, 1942, 1943, 1944, 1946, 1947.

O Jornal: 1923, 1924.

O Norte: 1920.

O Imparcial: 1925.

A Imprensa: 1940, 1941, 1946, 1947

A Noite: 1941,1942,1944.

A Liberdade: 1939, 1940, 1941, 1942.

Diário de Pernambuco: 1941, 1943, 1946.

Diário de Notícias: 1941, 1942, 1943, 1946, 1947.

Jornal dos Sports: 1941, 1942, 1943, 1946, 1947.

Acervos: Arquivo Histórico Espaço Cultural

Confederação Brasileira de Futebol

CPDOC-Arquivo Gustavo Capanema

Federação Paraibana de Futebol

Fundação José Américo

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional)

Bibliografia:

AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, F. M. R. F. *Com brasileiro, não há quem possa! Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues*. São Paulo: UNESP, 2004.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. João Pessoa: Ed. Grafset, 1985.

BAUDELAIRE, Charles. “O pintor da vida moderna”. In: *Poesia e Prosa: volume único*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BARROS, José D` Assunção. *História Comparada- Da Contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico*. História Social, Campinas, nº13. 2007.

BLOCH, Marc. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. Revue de Synthèse Historique. 6:15-50, 1928.

BOURDIEU, Pierre. *Como é possível ser esportivo?* In: Bourdieu, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. *O que é história Cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALDAS, Waldenyr. *O pontapé Inicial: Memórias do Futebol Brasileiro*. São Paulo: Ibrasa, 1990

CAVALCANTE. Faustino Teatino Neto; SANTOS, Martinho Guedes dos; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes (orgs). *CULTURA E PODER POLÍTICO: historiografia, imaginário social e representações na política na Paraíba republicana*.

IN: SILVA, Ana Beatriz Ribeiro de Barros. *O salvador, o realizador e o democrata: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945.)* João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2012.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CITTADINO, Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Estado Novo na Paraíba: aspectos iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro(1940-45)*. IN: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. *Historiografia em diversidade: ensaios de História e ensino de História*. Campina Grande- PB:Editora Universitaria / UFCG,2008.

CONNIFF, Michael L. *Política Urbana no Brasil. A Ascensão do Populismo(1925-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará,2006.

COSTA, Mauricio da Silva Drumond. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Peron*-Rio de Janeiro:Apicuri,2008

COUTO, André Alexandre Guimarães. *A hora e a vez dos esportes: a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)*. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2011. Dissertação de Mestrado em História Social.

COUTO, André Alexandre Guimarães. *Cronistas esportivos em campo: letras, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1958)*. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.2016.

DAMO, Arlei Sander. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2007.

DEL PRIORE, M.; MELO, V. A. de. (Orgs.). *História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009.

DRUMMOND, Maurício. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri,2008.

DRUMMOND, Maurício. *Estado novo e esporte. A política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1940-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. Volume 2

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Dança dos Deuses. Futebol, Sociedade, Cultura*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro:LTC,1989.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol. Dimensões Históricas e Socioculturais do Esporte das Multidões*. São Paulo: Nova Alexandria,2002.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Centenário do Jornal “O Norte”*. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano. Ano XCXIX- João Pessoa- setembro 2007- Nº40. Ed. Universitária UFPB, 2008.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: UFPB, 1994.

HEINZ, Flavio M. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego*. Edições Biblioteca Nacional, 2004.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento de cultura*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 2006.

LEAL, Wills. *A saga de um grande clube – história do Cabo Branco*. João Pessoa: A União, 1995

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba – Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUCENA, Ricardo de F. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2000. (Coleção educação física e esportes).

LYRA FILHO, João. *Introdução a Sociologia dos Desportos*. Rio de Janeiro: Bloch editores, 1973.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Políticas de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARQUES, Walfredo. *A História do Futebol Paraibano (1908-1968)*. João Pessoa. União, 1975.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MIRANDA, Wander Melo. *As fronteiras internas da nação*. In: Anais do 5º Congresso da Abralic - Cânon e contextos. 1998. Rio de Janeiro.

MORAIS, Fabrício de Sousa. *As Festas da Nação- civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de João Pessoa.

PARADA, Mauricio. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2009.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania. Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro.v.2, n.3,1989.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed.Mauad, 2004.

RODRIGUES, Nelson. *O berro impresso das manchetes*. Rio de Janeiro:Agir,2007.

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. João Pessoa: A União, 1994.
RIBEIRO, André. *Os donos do Espetáculo. Histórias da imprensa esportiva do Brasil*.1.ed.São Paulo;Ed. Terceiro Nome,2007.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. *Poder e intervenção estatal: Paraíba (1930-1940)*. João Pessoa: Ed.UFPB, 1999.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia dos. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia dos. *Campeonato Brasileiro de Seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932)*. In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6 Nº 10 Jan-Jun 2011.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação* Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHEMES, Claudia. *Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas(1937-1945) e Peron(1946-55)*. Novo Hamburgo:Feevale,2005.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Mil e uma noites de futebol: o Brasil moderno de Mário Filho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História). UFPB,2013.

SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI José Alfredo de O.; SILVA Tiago Felipe da (Orgs.). *O futebol nas Geraes*- Ed. UFMG,2012

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

SOARES Júnior, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2015.

SOIHET, Rachel. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo-do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2.Ed Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,2003.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008

SOUZA, João Paulo Ribeiro de. *Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte-1908-1925*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande,2014.

THOMPSON, E.P. *Miséria da teoria*. Rio de Janeiro:Zahar,1981.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 145-180.

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANEXOS



De pé, da esquerda para a direita: Matias, Macaco, Martelo, Araújo, Né e Raimundo. De joelhos, na mesma ordem: Néquinho, Aderson, Chiquinho, Alcides, Biu, Eustáquio e Mota. Campeões de 1940 pela Liga Desportiva Paraibana, do Estado da Paraíba do Norte.

O Treze F. C. e a sua brilhante trajetória na vida esportiva da Paraíba do Norte

CAMPEONATOS

O Treze F. C. já tomou parte em 8 campeonatos, de 1926 a 1929, em 1930 a L. D. C. foi extinta e o Treze ficou inativo desse ano até 1936, em 1937 a L. D. C. foi reorganizada e o Treze voltou a disputar mais um campeonato pela mentora da cidade, retirou-se da Liga Desportiva Campinense em 1938, e filiou-se pela Liga Desportiva Paraibana, para disputar o campeonato de 1939, que foi em um só turno, classificando-se: Vice-Campeão, no Campeonato de 1940 a L. D. P. organizou dois turnos, tendo o Botafogo vencido o 1.º turno e o Treze o 2.º, ficando empatado, a Liga marcou o desempate na "melhor de três", tendo o Treze perdido a primeira partida, vencendo as duas últimas, classificando-se Campeão de 1940.

CAMPEONATOS

U.D.C. — Campeão: Treze — 1926

Um turno — Treze x Palestra, 2x0; Treze x Ipiranga, 3x0; Treze x Comercial, 2x0.

L.D.C. — Campeão: Treze — 1926

Dois turnos — Treze x Ipiranga, 6x1; Treze x Comercial, 4x0; Treze x Palestra, 2x1; Treze x Ipiranga, 2x0; Treze x Comercial, 2x0; Treze x Palestra, 2x0.



Natanael Belo, diretor de esporte do Treze Foot-Ball Club, campeão paraibano de foot-ball em 1940.

L.D.C. — Campeão: Treze — 1927

Dois turnos — Treze x Ipiranga, 2x1; Treze x Comercial, 2x0; Treze x Palestra, W. O.; Treze x Ipiranga, 1x0; Treze x Comercial, 6x1; Treze x Palestra, W. O.; Treze x Ipiranga, 2x2; Treze x Ipiranga, 4x0.

L.D.C. — Campeão: Treze — 1928

Dois turnos — Treze x Palestra, 7x0; Treze x Comercial, 6x0; Treze x Ipiranga, 0x0; Treze x Iolanda, 7x0; Treze x Palestra, 5x0; Treze x Comercial, 6x0; Treze x Iolanda, W. O.; Treze x Ipiranga, 1x0.

L.D.C. — 3.º Lugar — 1929

Um turno — Treze x Palestra, 1x2; Treze x Ipiranga 0x2.

L.D.C. — Vice-Campeão — 1937

Um turno — Treze x Flamengo, 1x0; Treze x Vera Cruz, 4x3; Treze x Ipiranga, 2x1; Treze x Paulistano, 0x2.

L.D.P. — Vice-Campeão — 1939 João Pessoa

Um turno — Treze x Auto Sport

— 2x3; Treze x Botafogo, 8x1; Treze x Brasil, 7x2; Treze x Esporte, 7x1.

L.D.P. — Campeão — 1940 — João Pessoa

Turno — Treze x Auto Esporte, 2x4; Treze x Felipé, 4x2; Treze x Esporte, 5x1; Treze x Palmeiras, 6x3; Treze x Botafogo, 1x2. Retorno — Treze x Felipé, 1x3; Treze x Palmeiras, 5x0; Treze x Botafogo, 2x1; Treze x Auto Esporte, 2x0; Treze x Botafogo, 2x2; Treze x Botafogo, 5x4. "Melhor de três" — Treze x Botafogo, 1x3; Treze x Botafogo, 5x3; Treze x Botafogo, 6x3.

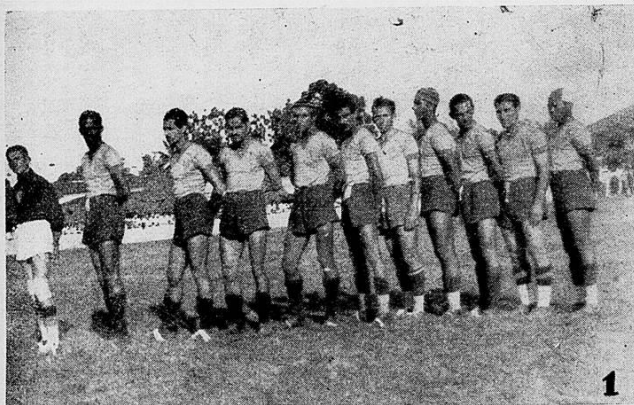
JOGOS INTER-MUNICIPAIS

1926 — Treze x América (João Pessoa), 2x1; 1927 — Treze x Vila Branca (Moreno), 6x0; 1927 — Treze x Cabo Branco (João Pessoa), 1x3; 1928 — Treze x Cabo Branco (João Pessoa), 3x2; 1938 — Treze x Brasil (Patos), 4x3.

JOGOS INTER-ESTADUAIS

1928 — Treze x Paisandú (Natal), 3x1; 1937 — Treze x Guarani

Anexo 01: Matéria do periódico *Esporte Ilustrado*, sobre a campanha vitoriosa do clube Treze de Campina Grande e os jogadores campeões do Campeonato Paraibano de 1940, seguido de um pequeno relato das conquistas anteriores deste clube em torneios anteriores. (*Esporte Ilustrado*, 17/04/1941, p.20)



A REHABILITAÇÃO DO FUTEBOL NA PARAÍBA



Os paraibanos sempre foram amantes entusiastas do futebol; mas ultimamente esse esporte caiu extraordinariamente naquele Estado, por motivos que não sabemos explicar.

Agora, porém, sopra uma aura de renascimento, de entusiasmo, nas hostes pebolísticas da Paraíba. E a prova disso reside nas vitórias que os paraibanos lograram nas últimas disputas do campeonato nacional, abatendo em encontros memoráveis, o selecionado do Rio Grande do Norte pela elevada contagem de 6 x 0; e o time de Alagoas pela diferença considerável de 4 x 1. Verdade é que o selecionado paraibano perdeu para o seu maior adversário — o time do Estado de Pernambuco — um dos mais fortes do país. Mas, perdendo por um score de 4 x 1, não o fez em pugna desinteressante. O encontro foi bonito, porque os paraibanos souberam enfrentar o grande adversário.

Informa o nosso correspondente em João Pessoa que o resurgimento do futebol paraibano é devido, sobretudo, ao trabalho que, nesse sentido, vem sendo desenvolvido pelo Dr. Renato Ribeiro, jovem usineiro no Estado e apaixonado do esporte bretão.



1 — O selecionado paraibano em pose especial para o ESPORTE ILUSTRADO. 2 — A equipe de Alagoas fotografada antes do memorável encontro. 3 — Interessante defesa do goleiro do time, Pagé, no jogo Paraíba x Pernambuco. 4 — Outra pose interessante do jogo Paraíba x Pernambuco. 5 — O Dr. Renato Ribeiro entre jogadores paraibanos, antes de um dos últimos jogos do campeonato.

Anexo 02: Matéria do periódico *Esporte Ilustrado*, sobre a campanha da seleção paraibana no Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais. A reportagem relaciona o bom desempenho da Paraíba a uma “aura de renascimento” do futebol no estado, e indica a importância dos investimentos feitos pelo usineiro Renato Ribeiro. (*Esporte Ilustrado*, 19/11/1942, p.10)